



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2026 PROCESSO Nº 032/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Assis, realizará licitação, para **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento de **MENOR VALOR GLOBAL** do item, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 9.302, de 05 de janeiro de 2024, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 18/06/2026

Horário: 9h (horário de Brasília-DF).

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br

UASG 926486

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE REGULAR COM ÔNIBUS, COM MOTORISTA, TODOS OS VEÍCULOS COM ACESSIBILIDADE, COM AR CONDICIONADO, MONITORAMENTO VIA GPS, SISTEMAS ITS, FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, GARAGEM, SEGURO E DEMAIS DESPESAS NECESSÁRIAS PARA CIRCULAR DENTRO DO MUNICÍPIO DE ASSIS, EXECUTANDO OS ITINERÁRIOS DAS LINHAS DE ÔNIBUS DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS, EM CONFORMIDADE COM AS ORDENS DE SERVIÇO EMITIDAS PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO.**

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes for de seu interesse.

1.3. A justificativa concreta da real necessidade do objeto desta licitação deve estar plenamente demonstrada e comprovada com os documentos necessários, devendo a autoridade competente pela expedição do edital, analisar tais justificativas e somente assinar e expedir o edital após constatada a realidade, veracidade e comprovação de tais justificativas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

2.1. Para participar deste Pregão os interessados devem se credenciar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, aquele que se enquadrem a quaisquer das hipóteses do artigo 14 da Lei 14.133/21.



2.4.1. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.5. Não será permitida a participação de empresas reunidas em Consórcio.

2.6. Não será admitida a participação de ONG ou OSCIP, qualquer que seja sua forma de constituição, conforme Súmula 281 do TCU

2.7. Não será permitida a participação de pessoa física.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor **GLOBAL ANUAL** do item;

4.1.2. Descrição detalhada do objeto, conforme especificações do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, marca, modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante:

4.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro ou omissão.

4.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.5.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação. Caso não contenha tal informação a validade da proposta será considerada a 60 (sessenta) dias.

4.5.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a PROPOSTA COMERCIAL referente ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.4.1. A PROPOSTA COMERCIAL (Anexo VIII) deverá conter um conjunto de informações que demonstre a viabilidade econômica e financeira da operação dos serviços, considerando todos os custos, despesas, investimentos, faturamentos, seguro, impostos, taxas e encargos ao longo da vigência do contrato, em valores atuais.

5.19.4.1.1. A PROPOSTA COMERCIAL deverá vir acompanhada da PLANILHA DE CUSTOS (anexo IV), para a demonstração da viabilidade econômico-financeira da proposta.

5.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO.

6.1. Encerrada a etapa de negociação, visando identificar possível sanção que impeça a participação da licitante provisoriamente classifica em primeiro lugar no certame, ou a futura contratação, será efetuada a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e



6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação deste Edital e em seus anexos.

6.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.3.1. Contiver vícios insanáveis;
- 6.3.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.4.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 6.4.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.4.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.8. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.9. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.10. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021:



7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meios digitais.

7.2.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.4. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, social e trabalhista.

7.4.1. O interessado, para efeitos de habilitação mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

7.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.6.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.7. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

7.8.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.8.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.6.1.

7.11. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.12. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.13. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.14. As habilitações jurídica, fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos.

7.14.1. Habilitação jurídica:

7.14.1.1. Registro empresarial, no caso de empresário individual;

7.14.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária ou simples, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.14.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade não empresária, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.14.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; ou,

7.14.1.5. Comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

7.14.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

7.14.2.1. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.14.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.14.2.3. Regularidade perante a Fazenda Federal, e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.14.2.4. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.14.2.5. Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

7.14.2.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo do anexo VII, podendo ser substituída pela declaração em campo próprio do sistema.

7.14.2.7. Em qualquer caso serão aceitas certidões negativas, certidões positivas com efeito de negativa, ou outras provas de regularidade equivalentes, na forma de Lei.

7.14.3. Qualificação Econômico-Financeira:

7.14.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

7.14.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

7.14.3.2.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

7.14.3.2.1.1. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela licitante.

7.14.3.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.14.3.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

7.14.3.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

7.14.3.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.14.4. Qualificação Técnica:

7.14.4.1. Comprovação de capacidade técnico-operacional através de atestado ou declaração em nome do LICITANTE, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para o desempenho de atividade(s) pertinente(s) em característica(s) com o objeto da licitação, e que demonstre que a LICITANTE tenha prestado serviço com pelo menos 3 (três) veículos de transportes de passageiros.

7.14.4.2. Comprovação de capacidade técnico-operacional através de atestado ou declaração em nome do LICITANTE, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para o desempenho de atividade(s) pertinente(s) em característica(s) com o objeto da licitação, e que demonstre que a LICITANTE tenha prestado serviço com a utilização de Sistemas de Bilhetagem Eletrônica-SBE, Sistemas de Rastreamento da Frota-GPS e Sistemas de Informações ao Usuário-SIU.

7.14.4.3. Apresentação de declarações conforme modelos do ANEXO VII, indicando a disponibilidade para o início de operação dos serviços:

a) De imóvel(is) destinado(s) à instalação de garagem de acordo com as especificações mínimas do Anexo II.

b) De frota de acordo com as especificações do Anexo II.

c) De aquisição, instalação e manutenção de sistemas inteligentes de transporte – ITS, e demais Sistemas Inteligentes de Transporte, conforme especificado no ANEXO III.

7.15. Não será aceita a comprovação de experiência técnica-operacional mediante documento emitido pelo próprio interessado ou por quem possa, direta ou indiretamente, ser beneficiário dessa comprovação.

7.16. As certidões apresentadas devem estar com o seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 90 (noventa) dias, a contar de sua expedição.

7.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.



7.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis a defesa de seus interesses.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e às demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa.

9.2. O procedimento administrativo de aplicação de sanções será o previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para realizar questionamento sobre seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo email: comul@assis.sp.gov.br :

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da medição, vedado qualquer forma de pagamento antecipado.

11.2. Os documentos fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidos à Contratada e seu vencimento ocorrerá no mesmo prazo contido do item 15.1, contado da data de apresentação correta dos documentos fiscais.

11.3. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada, que deverá indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente, até a fase que antecede a formalização do termo de contrato.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Prefeitura de Assis para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

- 04.122.0077.2705.0000 3.3.90.39.00 (607);

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.assis.sp.gov.br.



13.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 13.10.1 - ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar;
- 13.10.2 - ANEXO II – Termo de Referência;
- 13.10.3 - ANEXO III – Sistemas de ITS (bilhetagem, wi-fi, contador)
- 13.10.4 - ANEXO IV – Planilha de Custos de Referência;
- 13.10.5 - ANEXO V – Matriz de Risco;
- 13.10.6 - ANEXO VI – Minuta do Contrato;
- 13.10.7 - ANEXO VII – Modelo de Cartas e Declarações;
- 13.10.8 - ANEXO VIII – Modelo de Proposta Comercial;
- 13.10.9 - ANEXO IX – Orientação para Elaboração da Proposta Comercial;
- 13.10.10 - ANEXO X – Declaração de Elaboração Independente de Proposta e Atuação Conforme Marco Legal Anticorrupção;

Assis, 25 de maio de 2026.

.....
TELMA GONÇALVES CARNEIRO SPERA DE ANDRADE
PREFEITA



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2026 PROCESSO Nº 032/2026

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE REGULAR EM ÔNIBUS, COM MOTORISTA, TODOS OS VEÍCULOS COM ACESSIBILIDADE, COM AR CONDICIONADO, MONITORAMENTO VIA GPS, SISTEMAS ITS, FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, GARAGEM, SEGURO E DEMAIS DESPESAS NECESSÁRIAS PARA CIRCULAR DENTRO DO MUNICÍPIO DE ASSIS, EXECUTANDO OS ITINERÁRIOS DAS LINHAS DE ÔNIBUS DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS, EM CONFORMIDADE COM AS ORDENS DE SERVIÇO EMITIDAS PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO.

1. INTRODUÇÃO

O presente documento apresenta o Estudo Técnico Preliminar (ETP) em atendimento à Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos) e à Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2022. O estudo estrutura-se conforme as etapas de planejamento definidas no Art. 7º da referida norma, abrangendo desde a descrição da necessidade até o posicionamento conclusivo sobre a viabilidade da contratação.

O ETP fundamenta a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de transporte, abrangendo a disponibilização de frota de ônibus convencionais e a alocação de motoristas devidamente qualificados, com veículos dotados de acessibilidade, ar-condicionado e sistemas de tecnologia embarcada (Wi-Fi, GPS e ITS), incluindo o fornecimento de insumos (combustível), infraestrutura (garagem), seguros e demais despesas operacionais necessárias à execução das Ordens de Serviço Operacionais (OSOs) emitidas pela Prefeitura de Assis.

Pela essencialidade do transporte público e a necessidade de atendimento permanente à população, o serviço é classificado como contínuo. Ademais, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo mercado e pelo edital, caracteriza-se como serviço comum, permitindo a adoção do pregão eletrônico.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir a continuidade do serviço de transporte público coletivo no Município de Assis, serviço este classificado como essencial pelo Art. 30, inciso V, da Constituição Federal.

Atualmente, o Município encontra-se em fase de planejamento para a estruturação de uma nova Concessão do Transporte Coletivo Municipal. Este processo envolve estudos técnicos complexos para a elaboração do Projeto Básico, o Edital de Concorrência e seus demais anexos, etapas que exigem rigor técnico e prazos legais dilatados para análise da Administração Pública e participação social.

Considerando que:

- I - **Iminência do Termo Final:** O contrato vigente de operação do sistema aproxima-se do seu encerramento;

II - **Complexidade da Modelagem:** A estruturação da nova concessão demanda tempo superior ao prazo remanescente do ajuste atual para assegurar uma licitação robusta e sustentável; e

III - **Dever de Continuidade:** A interrupção do transporte público acarretaria danos irreparáveis à mobilidade urbana e ao atendimento à população local;

A necessidade reside na implementação de uma solução de transição. A contratação por meio de prestação de serviço de transporte regular em ônibus, com frota operada por motoristas da contratada apresenta-se como a via mais eficiente para manter o atendimento à população sem interrupções, enquanto a Administração Pública conclui os estudos e o processo licitatório da Concessão definitiva. Esta estratégia mitiga o risco de paralisação e assegura que o sistema seja operado com padrões modernos de acessibilidade e climatização durante o período de transição.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para a definição da estratégia de contratação, foi realizado um estudo comparativo entre os modelos de Gestão Direta (onde o Município assume a operação e a frota) e Gestão Indireta (onde se contrata uma empresa especializada).

A análise considerou fatores como o impacto financeiro imediato, a capacidade operacional da Administração e a urgência na manutenção do serviço. O quadro abaixo sintetiza as principais vantagens e desvantagens de cada modelo, fundamentando a escolha pela gestão indireta como a mais adequada para o atual cenário de transição em Assis:

Critério	Gestão Indireta (Terceirização)	Gestão Direta (Frota e Operação Própria)
Investimento Inicial	A CONTRATADA aporta os veículos e a infraestrutura.	Exige desembolso imediato da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA para compra de frota e construção de garagens.
Mão de Obra	Contratação via CLT, mais ágil e flexível.	Exige Concurso Público e estatuto próprio.
Manutenção e Insumos	Risco de quebra e flutuação de preços é da CONTRATADA.	Exige equipe técnica própria e processos licitantes para cada peça/insumo.
Agilidade Operacional	Substituição imediata de veículos e ajuste de escala por contrato.	Depende da disponibilidade de reserva técnica própria e prazos de compras públicas.
Controle e Gestão	Fiscalização baseada nas Ordens de Serviço Operacional – OSOs.	Domínio completo sobre cada detalhe da operação e comportamento da equipe.
Custo por Unidade	Paga-se pelo serviço.	Ausência de lucro empresarial e imunidade tributária em alguns casos.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte coletivo, adotando-se o critério de julgamento por **Menor Valor Global**.

A opção pela Gestão Indireta consolida-se como a mais vantajosa para o interesse público, uma vez que transfere à CONTRATADA a responsabilidade integral pela execução operacional, desonerando o Município de encargos administrativos complexos. Esta escolha justifica-se pelos seguintes eixos:

- I - **Eficiência e Expertise:** A terceirização permite a contratação de empresa com expertise na manutenção de veículos, capacitação de motoristas e cumprimento de quadros horários, garantindo maior qualidade técnica no serviço de transição.
- II - **Gestão Global e Escala:** O lote único garante a padronização visual e tecnológica da frota (Wi-Fi, GPS e ITS), facilita a fiscalização centralizada e assegura a existência de frota reserva, item indispensável para evitar falhas no atendimento.
- III - **Flexibilidade de Cobertura:** O modelo permite expandir o atendimento para áreas remotas e rurais de forma ágil, adaptando a rede sem a necessidade de novos investimentos em ativos públicos.

Dada a natureza de transição desta contratação e a necessidade de ajuste constante à demanda de Assis, a solução prevê os seguintes mecanismos de flexibilização:

- I - **Alteração de Itinerários e Horários:** Em conformidade com as determinações dos órgãos competentes, os horários e rotas poderão ser alterados conforme a demanda apresentada no decorrer da prestação do serviço.
- II - **Ajuste de Quilometragem:** A quilometragem prevista constitui uma estimativa, podendo haver acréscimo ou supressão nos limites previstos em Lei (Lei Federal nº 14.133/2021). A quantidade de veículos e rotas poderá ser reestruturada pela Administração Pública para garantir a otimização dos recursos e o melhor atendimento aos passageiros.

5. PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A Prefeitura de Assis optou pelo NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO, sendo a licitação realizada em LOTE ÚNICO. Esta decisão fundamenta-se nos princípios da eficiência, da economicidade e na busca pela segurança operacional, conforme as justificativas abaixo:

- I - **Economia de Escala e Padronização:** A contratação global permite que a Administração obtenha preços mais competitivos devido ao ganho de escala na aquisição de insumos (combustível e peças) e na gestão de mão de obra pela CONTRATADA. Além disso, garante a padronização tecnológica (GPS/Wi-Fi/ITS) e visual em toda a rede municipal.
- II - **Viabilidade da Frota Reserva:** Um dos pilares da continuidade do serviço é a existência de veículos de reserva. Ao contratar um lote único, a empresa vencedora consegue manter uma frota reserva centralizada, capaz de substituir qualquer veículo em falha em tempo hábil. Caso a licitação fosse parcelada por linhas ou grupos de linhas, as pequenas empresas dificilmente teriam capacidade financeira para manter veículos reservas ociosos, comprometendo a regularidade do transporte.
- III - **Unidade Logística e Fiscalização:** O transporte público de Assis opera como um sistema integrado. O parcelamento fragmentaria a gestão operacional, dificultando a fiscalização pela Prefeitura e gerando conflitos de responsabilidade em casos de atrasos ou falhas de integração entre rotas urbanas e rurais.
- IV - **Risco à Continuidade:** A divisão em lotes menores aumenta o risco de fracasso parcial da licitação ou de abandono de linhas menos rentáveis por empresas com menor robustez financeira, o que feriria o princípio da universalização do serviço.

Portanto, a solução em LOTE ÚNICO é a que melhor garante a integridade do sistema e a eficiência administrativa no manejo dos recursos públicos.

6. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Está previsto no Orçamento Municipal Anual, referente ao exercício de 2026, os recursos necessários para o transporte regular de passageiros.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A execução do objeto deverá observar rigorosamente a legislação federal, estadual e municipal aplicável, bem como as normas técnicas pertinentes ao transporte público coletivo. Os requisitos dividem-se em dois pilares:

I - Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato.
- b) Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o Recebimento Definitivo dos serviços.
- c) Os serviços a serem contratados se enquadram como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.
- d) A CONTRATADA possibilitará a fiscalização pela Administração Pública quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos alocados aos seus contratos.
- e) A CONTRATADA deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados envolvidos na prestação dos serviços.
- f) A fiscalização da execução dos serviços abrange todos os procedimentos constantes relativos às metas definidas no Termo de Referência ou Contrato, sob pena da respectiva fatura quando do não cumprimento.
- g) A CONTRATADA deve manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento.

II - Níveis de Serviço (Padrões de Desempenho e Qualidade):

- a) **Segurança e Regularidade:** Garantia de transporte seguro nas áreas urbanas e rurais, com cumprimento rigoroso dos horários e itinerários estabelecidos (pontualidade).
- b) **Conforto e Universalidade:** Frota com climatização (ar-condicionado), acesso à internet (Wi-Fi embarcado) e acessibilidade plena, assegurando o bem-estar e o direito de locomoção de passageiros com deficiência e/ou mobilidade reduzida.
- c) **Sustentabilidade:** Adoção de práticas que visem a redução da emissão de poluentes, em conformidade com as normas ambientais vigentes.
- d) **Tecnologia e inovação:** Utilização de tecnologias de monitoramento da frota em tempo real (GPS) e controle de demanda e eventual cobrança de tarifa dos usuários (SBE), bem como demais Sistemas ITS a serem detalhados no Edital e seus anexos.
- e) **Capacitação Operacional:** Promoção de treinamento contínuo para os motoristas e equipe de apoio, focando na segurança viária e no atendimento humanizado ao usuário.
- f) **Transparência:** Fornecimento de dados gerenciais que permitam o monitoramento eficaz da execução do contrato e a identificação preventiva de problemas operacionais.
- g) **Atendimento às legislações vigentes:** Assegurar a estrita observância de todo o arcabouço legal relacionado ao transporte coletivo, abrangendo normas de trânsito, resoluções do CONTRAN, leis de acessibilidade e regulamentações municipais.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A definição dos quantitativos baseia-se na infraestrutura mínima necessária para o atendimento à demanda atual do Transporte Coletivo do Município de Assis, garantindo a operacionalidade do sistema e a existência de reserva técnica.

8.1. Dimensionamento da Frota

- Frota Operacional: 06 (seis) veículos tipo ônibus convencional básico para operação contínua nas linhas estabelecidas.
- Reserva Técnica: 01 (um) veículo tipo ônibus convencional básico para assegurar a continuidade do serviço em caso de manutenções ou intercorrências;
- Frota Total: 07 (sete) veículos tipo ônibus convencional básico.

8.2. Critérios de Idade e Qualificação da Frota

- Idade Média da Frota: A frota deverá apresentar idade média de até 02 (dois) anos no início da prestação dos serviços.
- Idade Máxima do Veículo: Para o serviço em questão, considerando eventuais prorrogações contratuais, o limite máximo de idade para qualquer veículo tipo ônibus convencional básico é de 5 (cinco) anos.

Todos os veículos devem estar rigorosamente adaptados às normas do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e às legislações e normas de acessibilidade e segurança vigentes.

8.3. Projeção de Demanda e Quilometragem

Com base no histórico operacional e nos estudos de transição, estimam-se os seguintes indicadores mensais:

- Volume Médio de Passageiros: **119.928 passageiros/mês.**
- Quilometragem Operacional: 31.361,2 km/mês.
- Quilometragem Ociosa (5%): 1.568,1 km/mês.
- Quilometragem Total: **32.929,2 km/mês.**

9. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Em conformidade com a Planilha de Custos de Referência – ANEXO IV, estima-se os custos totais do serviço em R\$ 7.143.070,45 (sete milhões, cento e quarenta e três mil, setenta reais e quarenta e cinco centavos), pelo período de 12 (doze) meses.

10. DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

Os resultados pretendidos com a presente contratação são:

I - Eficácia e Continuidade Operacional

- a) **Garantia de Atendimento Integral**: Assegurar que 100% das ordens de serviço e itinerários estabelecidos sejam cumpridos, eliminando lacunas no transporte.
- b) **Suporte à Atividade Final**: Manter o pleno funcionamento da mobilidade urbana como suporte essencial às atividades econômicas, educacionais e de saúde do Município de Assis.

II - Eficiência e Uso Racional de Recursos

- a) **Otimização de Recursos Humanos:** Redução da sobrecarga administrativa da Prefeitura, uma vez que a gestão de escalas, treinamentos e encargos trabalhistas dos motoristas recai integralmente sobre a CONTRATADA.
- b) **Aproveitamento de Recursos Materiais:** Garantia de operação com frota moderna e tecnologicamente equipada (GPS/ITS/Climatização) sem a necessidade de imobilização de capital público para aquisição de ativos.

III - Economicidade e Custo-Benefício

- a) **Maximização da Relação Custo-Benefício:** Obtenção de uma tarifa por quilômetro rodado (ou por veículo) que reflita os ganhos de escala da contratação global, permitindo uma execução mais rápida e econômica do que se fosse realizada por meios próprios.
- b) **Redução de Custos Indiretos:** Eliminação de despesas com manutenção de oficinas, estoques de peças e gestão de sinistros, que passam a ser risco exclusivo da CONTRATADA.
- c) **Sustentabilidade Financeira:** Alocação precisa dos recursos financeiros, pagando-se estritamente pelo serviço executado (quilometragem operacional), o que confere maior controle orçamentário à Administração durante o período de transição.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para assegurar a eficácia da contratação e a segurança jurídica da Administração Pública, deverão ser adotadas as seguintes providências:

I - Formalização Administrativa e Seleção

- a) **Condução do Processo Licitatório:** Realização do certame para seleção da empresa prestadora do serviço, garantindo a ampla competitividade e a observância integral aos ritos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- b) **Consolidação da Pesquisa de Mercado:** Finalização do levantamento de preços para assegurando que a contratação ocorra dentro dos parâmetros vigentes de mercado.
- c) **Elaboração do Termo de Referência (TR):** Detalhamento das especificações técnicas, itinerários e Planilha de Custos Referencial, que nortearão a execução e a fiscalização do contrato.

II - Gestão e Fiscalização Contratual

- a) **Designação e Capacitação da Fiscalização:** Nomeação formal dos servidores responsáveis pela gestão do contrato, com treinamento focado no acompanhamento das Ordens de Serviço Operacional (OSOs) e na conferência dos dados da bilhetagem eletrônica e monitoramento da operação.

III - Comunicação e Transparência Social

- a) **Implementação de Plano de Comunicação:** Estruturação de canais de informação à comunidade (portal oficial, redes sociais e informativos) para divulgação de itinerários e horários, garantindo transparência sobre o sistema de transição.

- b) **Instituição de Canais de Ouvidoria:** Formalização de canal específico para coleta de sugestões e reclamações dos usuários, visando o monitoramento da satisfação e ajustes operacionais contínuos.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Considerando que todos os custos do serviço serão arcados exclusivamente pela CONTRATADA, não há contratação correlata/interdependente.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

A execução dos serviços de transporte coletivo gera impactos ambientais inerentes à atividade, os quais deverão ser monitorados e mitigados pela CONTRATADA por meio das seguintes diretrizes:

I - Controle de Emissões e Eficiência Energética

- a) **Monitoramento da Emissão de Poluentes:** Realização periódica de vistorias técnicas para garantir que a frota mantenha condições ideais de trafegabilidade e eficiência na combustão.
- b) **Exigência de Manutenção Preventiva:** Garantia de que os veículos operem em conformidade com as normas do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), visando a redução da emissão de gases de efeito estufa.
- c) **Promoção de Combustíveis Menos Poluentes:** Estímulo ao uso de insumos que apresentem menor impacto ambiental, conforme a disponibilidade tecnológica e viabilidade econômica do sistema.

II - Gestão de Resíduos e Logística Reversa

- a) **Descarte Adequado de Insumos:** Implementação de rigoroso controle sobre o descarte de resíduos sólidos e líquidos perigosos, como pneus usados, baterias e óleos lubrificantes, proibindo qualquer descarte inadequado no meio ambiente.
- b) **Aplicação de Logística Reversa:** Obrigatoriedade de destinação final ambientalmente correta dos resíduos gerados na manutenção da frota, priorizando a reciclagem e a reutilização através de empresas licenciadas pelos órgãos ambientais competentes.
- c) **Conformidade Normativa:** Observância estrita às legislações estaduais e nacionais vigentes, assegurando que a operação do sistema de transporte coletivo de Assis esteja alinhada às metas de sustentabilidade urbana.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base no estudo técnico realizado e em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência e economicidade regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, este Estudo Técnico Preliminar conclui:

- I - **Pela Viabilidade da Contratação:** A solução de Gestão Indireta demonstra ser a única via capaz de garantir a continuidade ininterrupta do transporte público coletivo em Assis, enquanto se processam os estudos para a futura Concessão.
- II - **Pela Conformidade do Objeto:** A contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte, operado por meio de frota com acessibilidade, climatização (ar-condicionado), *Wi-Fi* embarcado e sistemas de tecnologia embarcada (Sistemas ITS), atende integralmente aos padrões modernos de mobilidade urbana.



- III - **Pela Segurança Operacional:** A transferência da responsabilidade sobre mão de obra, insumos, infraestrutura de garagem e seguros para a contratada mitiga os riscos administrativos e financeiros da Prefeitura Municipal de Assis.

Eduardo David Figueiredo
Secretário Adjunto de Planejamento, Obras e Serviços

Geovane de Araujo
Chefe de Divisão na Secretaria de Planejamento Obras e Serviços

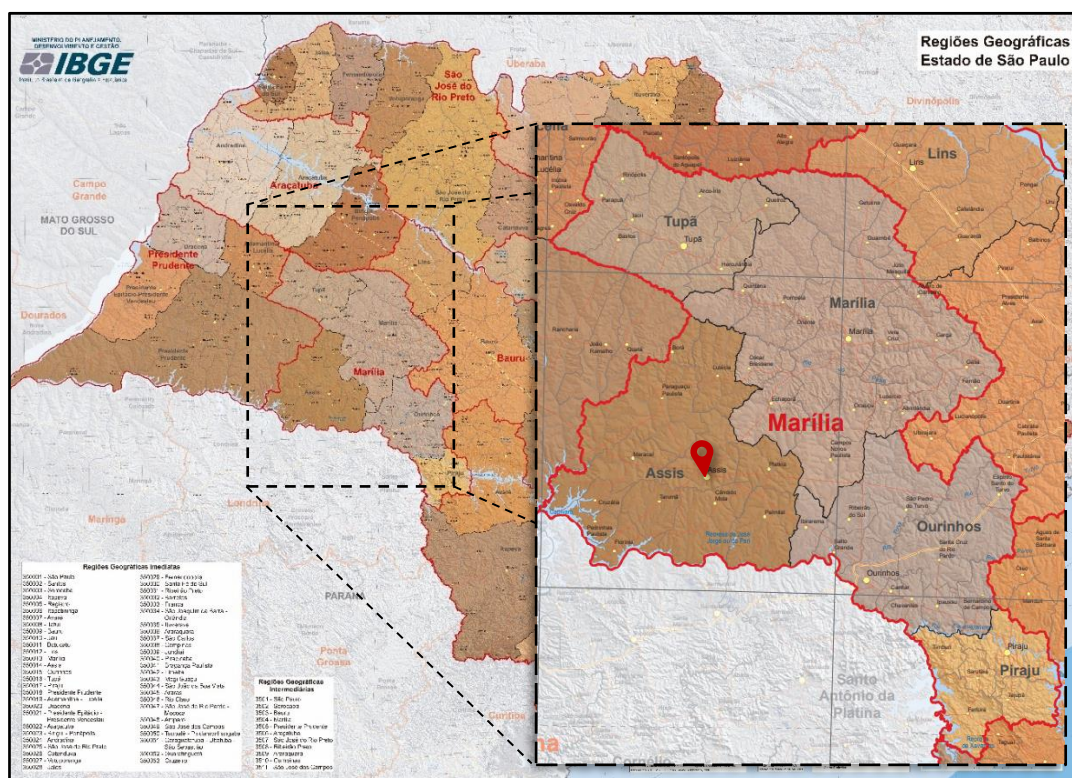
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2026 PROCESSO Nº 032/2026

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE REGULAR COM ÔNIBUS, COM MOTORISTA, TODOS OS VEÍCULOS COM ACESSIBILIDADE, COM AR CONDICIONADO, MONITORAMENTO VIA GPS, SISTEMAS ITS, FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, GARAGEM, SEGURO E DEMAIS DESPESAS NECESSÁRIAS PARA CIRCULAR DENTRO DO MUNICÍPIO DE ASSIS, EXECUTANDO OS ITINERÁRIOS DAS LINHAS DE ÔNIBUS DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS, EM CONFORMIDADE COM AS ORDENS DE SERVIÇO EMITIDAS PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO.

1. ASPECTOS DO MUNICÍPIO

Localizado no oeste paulista, o município de Assis integra a Região Geográfica Imediata de Assis e a Região Geográfica Intermediária de Marília.



Fonte: IBGE, 2017

Assis está localizado a aproximadamente 433 km, via Rodovia Raposo Tavares (SP-270), da cidade de São Paulo (capital), e a 1.031 km, via BR-050, da capital federal (Brasília). Limita-se ao norte com os municípios de Lutécia e Echaporã, a sul com Cândido Mota, a leste com Platina e Echaporã, e a oeste com Paraguaçu Paulista, Maracá e Tarumã (ao sudoeste).

O processo de ocupação de Assis remonta a 1855, mas sua fundação oficial ocorreu em 1905, com o desenvolvimento inicial profundamente influenciado pela localização estratégica em divisores de águas e pelo papel de ponto de pouso para tropeiros. A chegada da Estrada de Ferro Sorocabana em 1914 foi o divisor de águas que transformou o núcleo rural em um centro urbano pujante, consolidando a cidade como sede de diocese e polo educacional e jurídico da região, características que moldaram uma malha urbana central seccionada pela via férrea.

Atualmente, com área territorial de 460,6 km² e população de 101.409 habitantes no Censo 2022 (IBGE), com estimativa para 104.858 habitantes para 2025, Assis possui uma densidade demográfica de 220,16 habitantes por quilômetro quadrado em 2022 (hab./km²), e configura-se como um entroncamento logístico vital, conectando o estado de São Paulo ao Mato Grosso do Sul e ao Paraná. Essa condição de cidade-polo atrai um fluxo contínuo de pessoas aos seus centros de saúde e ensino superior, o que justifica a implementação de um sistema de transporte coletivo robusto e eficiente, capaz de superar as barreiras físicas da malha urbana e garantir a fluidez necessária para o desenvolvimento econômico e social contemporâneo.

2. METODOLOGIA E DEFINIÇÕES

O objeto deste Termo de Referência consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte público coletivo para o município de Assis, mantendo-se a configuração da rede atual. A execução dar-se-á por meio do modelo de prestação de serviço de transporte em ônibus, com motorista, incluindo toda a infraestrutura necessária à operação. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento da frota, abastecimento, equipe de condução, manutenção corretiva e preventiva, cadastro de usuários, comercialização e distribuição de cartões, além da logística de pátio e insumos, garantindo o cumprimento integral das ordens de serviço e viagens programadas pela Administração Pública.

De forma geral, deverão ser atendidas às seguintes obrigações:

- I - Operação: fornecimento preferencialmente de mão-de-obra local e insumos necessários à operação dentro dos padrões de oferta pré-estabelecidos;
- II - Frota: disponibilização de veículos, com reposição em eventuais faltas, dentro dos padrões tecnológicos, ambientais e quantitativos estabelecidos;
- III - Garagem: disponibilização dentro dos padrões tecnológicos e ambientais;
- IV - Bilhetagem: fornecimento de todo o Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE);
- V - Sistemas Embarcados: disponibilização de equipamentos embarcados (validadores, GPS, Telemetria, dentre outros), para o controle e monitoramento da frota;
- VI - Manutenção: fornecimento de mão-de-obra e insumos necessários à manutenção das frotas, garagens e de todo aparato tecnológico; e,
- VII - Comunicação com o Usuário: fornecimento de Sistema de Informação ao Usuário-SIU, site web e Call Center (0800).

2.1. CONCEITO

O modelo de rede de transporte coletivo e de contratação que se pretende implantar a partir deste processo, tem como base as diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Para o atingimento dos objetivos, o modelo estabelece a contratação de empresa na prestação de serviço em ônibus convencional básico, com motorista, todos os veículos com acessibilidade, com ar condicionado, fornecimento de combustível, bilhetagem eletrônica e suas funcionalidades (arrecadação, cadastro, distribuição), informação ao usuário, garagem, seguro e demais despesas necessárias para circular dentro do município de Assis, executando os itinerários das linhas de ônibus do transporte público coletivo de passageiros, em conformidade com as Ordens de Serviço emitidas pela Prefeitura do Município.



As integrações entre linhas poderão ocorrer em qualquer ponto de embarque e desembarque, além do Terminal Urbano, localizado na Av. Rui Barbosa, 14 – Centro. As linhas integrantes da rede de transporte estão descritas e detalhadas no item 13. CARACTERIZAÇÃO DAS LINHAS, deste Termo de Referência.

2.2. PREMISSAS

2.2.1. Classificação das Linhas

Considerando a metodologia clássica de planejamento de transportes, a Rede de Transporte Público Coletivo de Passageiros de Assis constitui-se uma rede única, de linhas radiais e circulares realizando a função estrutural no sistema, classificadas conforme a identificação abaixo:

I - Segundo a Operação:

- a) **Regular:** é a linha permanente do sistema de transporte coletivo, com itinerário completo e padronizado, definido como parte da estrutura básica da rede de transporte coletivo.

II - Segundo o Traçado:

- a) **Radial:** linha que liga a zona central (onde, em geral, há grande concentração de atividades comerciais e de prestação de serviços) à outra região da cidade (onde se localizam um ou mais bairros); e
- b) **Circular:** linha que liga várias regiões da cidade, formando um circuito fechado como se fosse um círculo e, no caso mais comum, com a zona central localizada mais ou menos no centro do círculo. Algumas vezes se utilizam linhas circulares passando pela área central. Em geral, são utilizados pares de linhas circulares girando em sentidos opostos, para reduzir a distância e o tempo das viagens.

III - Segundo a Função:

- a) **Convencional:** linha que executa simultaneamente as funções de captação dos usuários na região de origem, transporte da origem até o destino e distribuição na região de destino.

2.2.2. Do atendimento a Pessoa com Deficiência

O Transporte Público Coletivo tem como premissa a inclusão da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, de forma que todo cidadão, independentemente de suas limitações motoras, sensoriais ou mentais possa usufruir, com segurança e conforto, do transporte público. Entende-se como pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aquelas definidas na legislação federal¹ específica, complementada pela legislação municipal.

Cabe à Prefeitura de Assis coordenar, fiscalizar, formular normas e legislação específica, orientar e controlar as intervenções físicas e reguladoras relativas à mobilidade e acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na rede viária e no sistema de transporte.

A frota de transporte público coletivo que operacionalizará o sistema, deve ser 100% (cem por cento) adaptada de forma a permitir o acesso e transporte das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, conforme legislação federal. Os veículos do transporte público coletivo municipal que atendem, exclusivamente ou não, aos usuários com deficiência ou mobilidade reduzida devem ser adequados com:

¹ Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

- a) Reserva de assento preferencial, através de sinalização específica para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- b) Espaço para acomodação de cadeiras de rodas, durante as viagens das pessoas com deficiência;
- c) Equipamento próprio ou com elevador ou plataforma ou, ainda, com sistema de abaixamento de suspensão do veículo para o embarque/desembarque destas pessoas, podendo ser também dotados de ajuda técnica² do prestador de serviços para que não seja necessária a ajuda de terceiros;
- d) Catracas, portas e corredores largos;
- e) Barras verticais de apoio em número suficiente; e
- f) Sistema de comunicação adequado aos usuários.

Os veículos, equipamentos e respectivas instalações devem obedecer aos requisitos do Regulamento Técnico da Qualidade para Inspeção da Adaptação de Acessibilidade em Veículos para o Transporte Coletivo de Passageiros do Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, especificamente a Norma Técnica Brasileira ABNT NBR 14022³ e ABNT NBR 15570⁴.

2.2.3. Das Obrigações Essenciais da CONTRATADA

As principais atividades a serem executadas pela Contratada consistem em:

- I - Prestar os serviços de transporte coletivo com operação adequada à satisfação dos usuários conforme disposições estabelecidas no presente EDITAL e seus anexos, com rigoroso cumprimento dos itinerários, viagens e horários programados das linhas de transporte coletivo, características da frota, tarifas e pontos de parada definidos pela Administração Pública;
- II - Cumprir as normas de operação e arrecadação, inclusive no que diz respeito à cobrança de tarifa nos ônibus, responsabilizando-se pela receita;
- III - Realizar a arrecadação das tarifas e controle das receitas, com a implantação de Sistema de Bilhetagem Eletrônica – SBE;
- IV - Realizar o controle e monitoramento da operação com a implantação e utilização de Sistema de Rastreamento – Monitoramento da frota por GPS;
- V - Promover a limpeza dos ônibus;
- VI - Manter a frota conforme requisitos de operação e manutenção estabelecidos pela Administração Pública;
- VII - Promover, periodicamente, treinamentos adequados a seus funcionários, com orientações específicas de acordo com cada função, para manutenção do bom atendimento aos usuários do transporte coletivo;
- VIII - Acompanhar e executar as ações necessárias, interagindo de imediato com a Administração Pública, para manter a regularidade do transporte coletivo;
- IX - Apresentar os seus ônibus para a inspeção técnica programada ou para inspeções técnicas eventuais definidas pela Administração Pública.

2.3. POLÍTICA TARIFÁRIA

² Entende-se por “ajuda técnica” qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso do meio físico.

³ ABNT NBR 14022: Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros.

⁴ ABNT NBR 15570: Fabricação de veículos acessíveis de categoria M3 com características urbanas para o transporte coletivo de passageiros – Especificações técnicas.

A Política Tarifária pode ser definida como o conjunto de decisões da Administração Pública, que envolve o estabelecimento de uma estrutura tarifária (preços, estratégias de cobrança e opções de pagamento do serviço), visando objetivos econômicos, financeiros e sociais, em convergência com as diretrizes do transporte público coletivo.

As diretrizes de Política Tarifária do Transporte Público Coletivo, estabelecidas pela Lei Federal nº 12.587/12 que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, são as seguintes:

- I - Promoção da equidade no acesso aos serviços;
- II - Melhoria da eficiência e da eficácia na prestação dos serviços;
- III - Ser instrumento da política de ocupação equilibrada da cidade de acordo com o plano diretor municipal, regional e metropolitano;
- IV - Contribuição dos beneficiários diretos e indiretos para custeio da operação dos serviços;
- V - Simplicidade na compreensão, transparência da estrutura tarifária para o usuário e publicidade do processo de revisão;
- VI - Modicidade da tarifa para o usuário;
- VII - Integração física, tarifária e operacional dos diferentes modos e das redes de transporte público e privado nas cidades;
- VIII - Articulação interinstitucional dos órgãos gestores dos entes federativos por meio de consórcios públicos; e
- IX - Estabelecimento e publicidade de parâmetros de qualidade e quantidade na prestação dos serviços de transporte público coletivo.

A Política Tarifária consiste nos critérios a serem seguidos pela Administração Pública no estabelecimento de tarifas, objetivando assegurar um serviço adequado. No decorrer do prazo da contratação, o município poderá instituir nova tarifa pública e/ou benefícios tarifários em horários, períodos e/ou dias específicos com a finalidade incentivar a utilização do transporte público.

Qualquer modificação no preço da Tarifa Pública, para mais ou para menos, não afetará o preço da prestação do serviço por parte da CONTRATADA estabelecido na Proposta da licitante, pois não há interrelação. O preço estabelecido é fixado com base no valor global do serviço, sem considerar a receita percebida na catraca.

A CONTRATADA manterá banco de dados com informações sobre o movimento mensal de passageiros por linha com benefício tarifário, garantindo acesso a essas informações à Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços, através de Relatórios Gerenciais.

2.3.1. Meios de Pagamento

O Município de Assis atualmente adota o modelo de **Tarifa Pública Zero**, que isenta todos os usuários do pagamento de tarifa em qualquer linha do transporte coletivo municipal.

Para a contratação, fica prevista a utilização de cartões eletrônicos por meio do SBE, mesmo na manutenção do modelo de Tarifa Zero, com a finalidade de controle de acesso e registro dos embarques, sem ônus ao usuário.

Na hipótese de implantação de tarifa pública ao longo do período da contratação, o pagamento da passagem deverá ser realizado por meio do SBE, dinheiro em espécie e outros meios de pagamento que venham a ser definidos pela Administração Pública, conforme **ANEXO III – Sistemas ITS**.

Os usuários com direito a gratuidades ou benefícios tarifários, quando aplicável, utilizarão cartões eletrônicos específicos, garantindo o adequado registro das viagens realizadas.

2.4. MODELO DE REMUNERAÇÃO

A prestação de serviços de transporte coletivo com ônibus convencional básico conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos, contempla o fornecimento de combustível necessário à operação das Ordens de Serviços Operacionais, veículos com equipamentos de tecnologia embarcado (Sistemas ITS), garagem para manutenção e guarda dos veículos na cidade de Assis, seguro e demais despesas necessárias para a correta execução do serviço.

O cálculo do valor da prestação de serviço seguirá modelo da Planilha de Custos Operacionais de Referência apresentada no **ANEXO IV - Planilha de Custos e Referências**, deste Edital, onde detalha a metodologia, parâmetros, índices e os custos para a formação do preço da prestação dos serviços, de forma que a proponente possa apresentar sua Proposta Comercial.

O preço final será calculado de forma a custear integralmente os custos totais da prestação do serviço, quais sejam, de Operação, Manutenção, infraestrutura necessária e de Gestão (tecnologias ITS adotadas).

O preço do serviço deve refletir a equação de equilíbrio econômico-financeiro que garanta a plena operacionalização dos serviços especificados, tomando como base estudo realizado pela Administração Pública, tal e qual é apresentado no Edital e seus anexos, que considera:

- I - As especificações dos serviços e de frota sugerida para a operação;
- II - A idade média da frota e idade inicial de operação (até 2 anos);
- III - Os custos operacionais; e,
- IV - Os riscos pela prestação dos serviços.

2.5. DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO E INÍCIO DO SERVIÇO

O prazo da contratação inicial é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente (Lei Federal nº 14.133/21).

O início da prestação dos serviços, com a disponibilização dos ônibus convencionais básicos, todos com acessibilidade, com ar condicionado, com motorista, fornecimento de combustível, Sistemas ITS, garagem, seguro, instalação de todos os requisitos, dispositivos, sistemas e equipamentos embarcados, de acordo com este Termo de Referência e demais anexos do Edital, se dará **10 (dez) dias após a assinatura do contrato.**

3. CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA DE TRANSPORTE

A caracterização da demanda é o pilar central para o dimensionamento e a eficiência das redes de transporte coletivo. Embora a remuneração desta contratação não seja baseada no volume de usuários, o monitoramento do fluxo de passageiros é indispensável para que a Prefeitura de Assis realize o planejamento operacional, o controle de lotação e o ajuste de frequências conforme as variações de demanda.

O sistema estrutura-se em um modelo de linhas radiais e circulares, cujos indicadores de março de 2026 apontam um volume mensal de **119.928 passageiros**, detalhados conforme a tabela a seguir:

Demanda Assis – Passageiros Totais				
Linha	Dia Útil	Sábado	Domingo	Total/mês
001 – Xereta	36.144	3.189	-	39.333

002 – Parque Colinas	7.025	0	-	7.025
003 – Nova Assis	19.710	1.414	-	21.124
004 – Parque Buracão	23.342	1.250	-	24.592
005 – Rodoviária	15.698	1.011	-	16.709
006 – Pacaembu	10.389	756	-	11.145
Passageiros Totais	112.308	7.620	-	119.928

4. CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA DOS SERVIÇOS

4.1. FROTA

A tecnologia veicular foi definida com base na demanda média registrada por linha, na capacidade de transporte de passageiros de cada tipologia e nas características físicas das vias atendidas pelo sistema de transporte coletivo. A frota é composta por veículos do tipo Ônibus Convencional Básico, todos equipados com ar-condicionado, acessibilidade e Sistema ITS (ver ANEXO III).

A caracterização da frota aprovada neste Termo de Referência adota a classificação operacional de veículos proposta pela Associação Nacional de Transportes Públicos – ANTP, em conformidade com a ABNT NBR 15570.

ÔNIBUS CONVENCIONAL BÁSICO, veículo de porte padrão para operação urbana, com capacidade mínima de 70 passageiros, sentados e em pé, incluindo área reservada para acessibilidade. Possui PBT igual ou superior a 16 toneladas e comprimento total de até 14,0 m, podendo chegar a 15,0 m, desde que dotado de terceiro eixo de apoio direcional e suspensão pneumática ou mista. Aplicável a linhas com médias e altas demandas.

Para o sistema a ser licitado, projetou-se para o início da prestação do serviço uma frota total de 07 (sete) Ônibus Convencional Básico, sendo 06 (seis) operacionais e 01 (um) reserva.

As capacidades dos veículos apresentadas podem variar em função de adaptações voltadas à acessibilidade, bem como do comprimento do veículo e do *layout* interno dos bancos, respeitados os limites técnicos e normativos aplicáveis.

Considerou-se a capacidade média dos veículos determinada da seguinte forma:

$$\text{Capac. veículo} = \text{Área pass em pé} \times \text{Taxa de ocupação} + \text{Lugares sentados}$$

Onde:

Taxa de ocupação = taxa de passageiros em pé/m² admitida. Este valor varia em função do nível de conforto desejado. No caso do presente dimensionamento adotou-se a seguinte taxa:

Taxas de Conforto Assumidas			
Taxas Resultantes	Dia Útil	Sábado	Domingo
Pico (*)	6,0	6,0	3,6
Entre pico	3,6	3,6	3,6

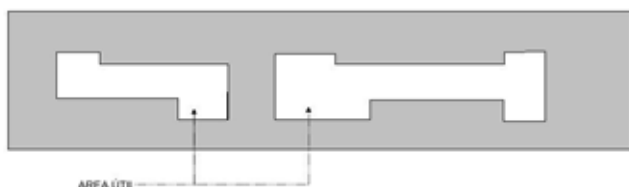
(*) Item 7.3.2 na ABNT NBR 15570:2009

Fonte: Manual Técnico dos Veículos SPTRANS

O valor de 6,0 passageiros/m² é a taxa de conforto tradicionalmente utilizada no Brasil para o dimensionamento das linhas de ônibus. A adoção de valores menores, podem resultar em aumento de frota, de viagens e consequentemente, de rodagem.

Define-se como área útil do veículo (figura a seguir) a área total de piso do salão, subtraída de:

- áreas utilizadas pelos postos do motorista;
- área necessária à utilização da catraca, conforme exemplo da figura a seguir;
- área do motor (nos casos em este ocupe espaço no salão);
- área ocupada pelos assentos e o espaço entre eles;
- área de varredura das portas;
- área de degraus; e
- área reservada para deficientes físicos em cadeiras de rodas.



O número de lugares oferecidos por ônibus varia de acordo com o tipo de veículo utilizado e com o arranjo de seu espaço interno. Para a Contratação considerou-se:

Descrição	Área Pass.	Pass.	Pass.
	em pé (m ²)	Sentados	Total
Ônibus Convencional Básico	6,0	35	74

média considerando área para cadeirante / Fonte: Manual Técnico dos Veículos SPTRANS

4.2. QUILOMETRAGEM

Com base no histórico operacional e nas características geográficas do Município de Assis, a projeção de rodagem mensal está estruturada da seguinte forma:

- Quilometragem Operacional:** Refere-se ao percurso realizado pelos veículos em cumprimento às Ordens de Serviço Operacional (OSOs), com o transporte efetivo de passageiros;
- Quilometragem Ociosa (Improdutiva):** Corresponde ao deslocamento técnico necessário entre a garagem e o início/fim das linhas, estimada em 5% (cinco por cento) sobre a rodagem operacional;
- Quilometragem Total:** É a soma da quilometragem operacional e da quilometragem ociosa.

A tabela a seguir apresenta a projeção da quilometragem mensal do sistema de transporte coletivo de Assis.

Projeção da Quilometragem	
Quilometragem Operacional	31.361,2 km/mês
Quilometragem Ociosa (<i>improdutiva</i> – 5%)	1.568,1 km/mês
Quilometragem Total/mês	32.929,2 km/mês

4.3. PLANEJAMENTO DA OPERAÇÃO

O planejamento dos serviços será adequado às alternativas tecnológicas disponíveis e atenderá ao interesse público, obedecendo às diretrizes gerais do planejamento global da cidade, notadamente, no que diz respeito ao uso e ocupação do solo e ao sistema viário básico. Terá como princípio básico proporcionar aos usuários a mais ampla mobilidade e acesso a toda a cidade, no menor tempo e custo possível, com segurança e nível de serviço adequado.

O serviço de prestação de serviço de transporte regular com ônibus compreende a realização de viagens com o uso de veículos específicos para transporte coletivo, com a alocação de profissionais devidamente qualificados para operá-los e mantê-los, em serviços organizados em linhas, tudo de acordo com especificações e padrões de conformidade fixados pela Administração Pública.

Ao longo do prazo da contratação, as especificações operacionais do serviço de transporte (itinerário, frequência, horários e frota das linhas) serão adequadas às necessidades de melhor atendimento da população, do desenvolvimento urbano, da racionalidade e economia dos serviços, em conformidade com as Ordens de Serviços Operacionais (OSOs) estabelecidas pela Prefeitura de Assis.

A Prefeitura de Assis poderá, ao longo do prazo da contratação, propor novos itinerários, bem como novas alternativas operacionais e tecnológicas. Dentro da lógica que trata das alterações de linhas, o item 5 deste anexo, destinado a “*Crítérios para Extensão e Segmentação de Linhas*”, estabelece as definições, critérios e procedimentos a serem observados tanto pela CONTRATADA quanto pela Administração Pública quando da necessidade de criação ou alteração das características operacionais dos atendimentos municipais.

NOTA TÉCNICA SOBRE A OPERAÇÃO:

Para assegurar a continuidade do serviço e a regularidade dos horários, a CONTRATADA deverá disponibilizar o veículo reserva todos os dias no Terminal Urbano. Esta prontidão deve ser mantida independentemente de solicitação da Administração Pública, garantindo a pronta resposta a eventuais intercorrências operacionais nas linhas de transporte coletivo municipal.

4.3.1. Ordem de Serviço Operacional – OSO

A Ordem de Serviço Operacional (OSO) constitui-se como o documento de força contratual e instrumento primário de gestão, detalhando as obrigações específicas para cada linha. Elaborada pela Prefeitura de Assis, sua observância e cumprimento integral são obrigatórios por parte da CONTRATADA.

A OSO será estruturada em seções específicas, cujos campos devem ser rigorosamente preenchidos pela Administração Pública e seguidos pela CONTRATADA, conforme detalhamento abaixo:

I - Cabeçalho e Identificação Cadastral

- a) **Dados da Operadora:** Nome da empresa responsável e número do contrato administrativo vinculado.
- b) **Identificação da Linha:** Registro do código numérico e denominação oficial do itinerário.
- c) **Vigência Operacional:** Indicação da data de início da operação e do período de validade da instrução específica.
- d) **Tipo de Linha:** Classificação operacional da rota, podendo ser Radial ou Circular.
- e) **Início da Operação da Linha:** Data do início da operação da linha no sistema de transporte coletivo.

- f) **Ponto Terminal (PT):** Localização precisa dos pontos de início e encerramento da linha (ex.: Terminal Rodoviário – Centro).

II - Especificações Técnicas, de Conforto e Tarifárias

- a) **Tipo de Veículo:** Definição do modelo de veículo utilizado (ex.: Convencional Básico).
b) **Informações sobre a Integração e Tarifa:** Descrição das regras do benefício de integração concedido ao usuário, informando o intervalo de tempo para a integração e a tarifa, ambas condicionadas exclusivamente ao uso do cartão de bilhetagem eletrônica.

III - Programação Visual e Comunicação (Letreiros)

- a) **Padronização de Letreiros:** Identificação do letreiro conforme Instrução Normativa vigente, garantindo a visibilidade e clareza da informação ao usuário.
b) **Indicação Principal Dianteira:** Definição exata do texto a ser exibido no painel frontal, alternando conforme o sentido da viagem:
 - PF1 p/ PT2: Sentido Bairro para o Centro (PT2: PONTO CENTRO).
 - PT2 p/ PF1: Sentido Centro para o Bairro (PF1: PONTO BAIRRO).

IV - Parâmetros Operacionais e Observações

- a) **Extensão e Ciclo:** Mensuração da quilometragem percorrida e tempo de ciclo da viagem.
b) **Tabela de Partidas:** Consolidação dos horários e da quantidade de partidas por sentido (ida e volta) para dias úteis, sábados e domingos.
c) **Campo de Observações Gerais:** Espaço destinado a diretrizes complementares e reforço de obrigações tecnológicas, como a garantia de que a frota esteja 100% equipada com elevadores de acessibilidade, ar-condicionado e Wi-Fi.

V - Itinerário

- a) **Itinerário Georreferenciado (mapa):** Representação gráfica e visual do percurso sobre a malha urbana (imagem cartográfica), indicando o traçado oficial que deve ser seguido pelo veículo.
b) **Itinerário Descritivo:** Listagem sequencial e textual de todos os logradouros, avenidas e praças percorridos, podendo incluir pontos de referência e a numeração dos imóveis para balizamento exato do trajeto.



ORDEM DE SERVIÇO OPERACIONAL – OSO

Nº DA LINHA – NOME DA LINHA

Operadora	Nome da Linha	Nº da Linha	Tipo de Linha
-----------	---------------	-------------	---------------

Tipo do Veículo	Integração Eletrônica Tipo: Tempo:	Ponto de acerto de horário (PF-1)	Ponto de acerto de horário (PT-2)
Início de operação da linha:	Intervalo Útil: PM – XX min EP – XX min PT – XX min Intervalo Sábado: PM – XX min EP – XX min PT – XX min	Extensão: PF1 p/ PT2: PT2 p/ PF1:	
Letreiro (de acordo com Instrução normativa)			
Indicação Principal Dianteira: PF1 p/ PT2: PT2 p/ PF1: PT2: PONTO CENTRO PF1: PONTO BAIRRO			
Observações: A FROTA ESTÁ 100% EQUIPADA COM ELEVADORES DE ACESSIBILIDADE, AR-CONDICIONADO E WI-FI.			

Tabela Horária

SAÍDA BAIRRO	SAÍDA CENTRO
Dia útil	Dia útil
Sábado	Sábado
Domingo e Feriado	Domingo e Feriado



ORDEM DE SERVIÇO OPERACIONAL – OSO Nº DA LINHA – NOME DA LINHA

ITINERÁRIO PF1: BAIRRO X PT2: CENTRO

MAPA COM ITINERÁRIO BAIRRO – CENTRO GEORREFERENCIADO

ITINERÁRIO DESCRITIVO: SENTIDO BAIRRO - CENTRO

LOGRADOURO – LOGRADOURO – LOGRADOURO – LOGRADOURO – LOGRADOURO – LOGRADOURO –
LOGRADOURO – LOGRADOURO – LOGRADOURO – LOGRADOURO – LOGRADOURO – LOGRADOURO –
LOGRADOURO – LOGRADOURO – LOGRADOURO – LOGRADOURO – LOGRADOURO.

ITINERÁRIO PT2: CENTRO X PF1: BAIRRO

MAPA COM ITINERÁRIO CENTRO – BAIRRO GEORREFERENCIADO

ITINERÁRIO DESCRITIVO: SENTIDO CENTRO - BAIRRO

LOGRADOURO – LOGRADOURO – LOGRADOURO – LOGRADOURO – LOGRADOURO – LOGRADOURO –
LOGRADOURO – LOGRADOURO – LOGRADOURO – LOGRADOURO – LOGRADOURO – LOGRADOURO –
LOGRADOURO – LOGRADOURO – LOGRADOURO – LOGRADOURO – LOGRADOURO.

5. CRITÉRIOS PARA EXTENSÃO, CRIAÇÃO E SEGMENTAÇÃO DE LINHAS

Este item tem por objetivo esclarecer sobre as definições, critérios e procedimentos estabelecidos pela Administração Pública para a introdução de alterações no conjunto de linhas, abrangendo tanto a criação ou supressão de linhas como modificações nas características operacionais de linhas existentes. O dimensionamento das linhas será realizado pela Prefeitura Municipal de Assis.

As propostas de alteração dos atendimentos municipais consideram a área de abrangência do sistema atual, com a possibilidade de manutenção ou ampliação da mesma, não provocando desatendimento à parcela da população que conta com serviço de transporte regular, salvo em casos excepcionais.

A Administração Pública poderá, a qualquer tempo, unilateralmente, criar, alterar ou extinguir atendimentos municipais, desde que, procedendo aos ajustes do contrato.

5.1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

Na data de início de vigência do contrato, a CONTRATADA dará início à operação das linhas em suas respectivas funções e traçados, segundo as OSOs emitidas pela Administração Pública.

No decorrer desta etapa a Administração Pública poderá tomar a iniciativa de ajustes adicionais, seja pela disponibilidade de novas informações não existentes à época da montagem do Edital, seja como consequência de ajustes promovidos pela dinâmica e crescimento da cidade.

A introdução de novas linhas ou incremento de quilometragem por alteração de itinerários ou aumento da frequência de atendimento, que requererem acréscimo de frota, terão prazo de 30 (trinta) dias corridos para que a CONTRATADA faça as adequações necessárias em relação à frota.

A Administração Pública, a qualquer tempo, poderá estabelecer modificações nas linhas do sistema, resultando em extinção de linhas, implantação de novas linhas ou alterações nas características operacionais, de modo a adequar a oferta aos padrões requeridos.

O conjunto de eventuais alterações, no âmbito do contrato, será devidamente precedida dos ajustes dos preços em face aos acréscimos de rodagem ou do incremento da quantidade e veículos, tendo como base de cálculo, a Proposta Comercial da CONTRATADA.

Os ajustes operacionais serão implementados pela CONTRATADA obedecendo os procedimentos e prazos definidos nas novas Ordens de Serviços Operacional, em seu devido momento, pela Administração Pública.

5.2. RECOMENDAÇÕES PARA O DIMENSIONAMENTO DAS LINHAS

Qualquer proposta de criação ou alteração de linha deverá considerar as diretrizes que definem as condições mínimas a serem atendidas por qualquer linha do sistema, para seu dimensionamento. Estas diretrizes estão detalhadas no item 4 (*CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA DOS SERVIÇOS*) deste Termo de Referência.

O conhecimento da demanda é condição essencial para que a Administração Pública realize um planejamento e dimensionamento adequados do sistema de transporte, promovendo um serviço de qualidade à população. Assim, qualquer proposta de criação ou alteração de linha será acompanhada de informações sobre a estimativa de passageiros, inclusive quanto à sua variação ao longo do dia e sazonalidade.



A Administração Pública poderá realizar pesquisas e campo, embarcadas ou não, (origem/destino, pesquisa de sobe/desce, com ou sem senha, pesquisas visuais de lotação em pontos específicos ou entrevistas com usuários), para caracterizar a proposta da nova linha ou novo atendimento.

Assim, através de técnicas consagradas de Engenharia de Transporte, procede-se ao dimensionamento da linha, tendo como resultado a tipologia veicular e quadro de horários.

6. FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A fiscalização da prestação dos serviços será exercida pela Prefeitura Municipal de Assis, por intermédio da **Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços**, ou por servidores formalmente designados para tal fim. A fiscalização terá amplos poderes de controle, abrangendo desde a conferência documental até a verificação operacional in loco e remota.

A metodologia de fiscalização fundamenta-se nos seguintes pilares:

- I - **Gestão por Ordem de Serviço:** Verificação sistemática do cumprimento integral de todas as especificações contidas nas Ordens de Serviço Operacionais (OSOs) vigentes, incluindo itinerários, horários e frota alocada.
- II - **Monitoramento Tecnológico:** Utilização obrigatória dos dados gerados pelos Sistemas ITS (GPS/SBE/SIU/Contador de Passageiros) para a validação das viagens realizadas e medição da quilometragem operacional mensal.
- III - **Inspeção de Frota:** Realização de vistorias periódicas ou aleatórias para assegurar a conformidade dos veículos com as exigências de acessibilidade, climatização (ar-condicionado), Wi-Fi e conservação visual/mecânica.
- IV - **Controle de Regularidade:** Aferição do cumprimento dos horários de partida e chegada nos pontos terminais, bem como da disponibilidade da reserva técnica com equipe de prontidão no Terminal Rodoviário.

A atuação da fiscalização não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade exclusiva pela execução dos serviços, nem pela qualidade, segurança e eficiência da operação. As irregularidades detectadas serão objeto de notificações e sanções administrativas, conforme os ritos e penalidades previstos no Edital e na legislação vigente.

7. ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS DA FROTA

A CONTRATADA deverá disponibilizar a frota necessária para a operação integral dos serviços de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência. Para o início da prestação dos serviços, é exigido que a frota seja composta por 07 (sete) veículos de tipologia ônibus convencional básico. Durante todo o período contratual, a idade máxima individual de cada veículo não poderá ser superior a 06 (seis) anos, enquanto a idade média de início de operação, a frota deverá ser mantida em, no máximo, 02 (dois) anos, exceto reserva. Para fins de comprovação, será considerado o ano do primeiro registro do veículo junto ao DETRAN (ano/modelo).

Todos os veículos devem estar rigorosamente adaptados às normas do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e às legislações e normas de acessibilidade e segurança vigentes, incluindo as resoluções do CONTRAN e as normas técnicas da ABNT aplicáveis ao transporte coletivo. Serão aprovados para a operação somente veículos apropriados que satisfaçam integralmente as especificações de potência, disposição interna de assentos e configuração de portas de conformidade com o uso destinado às linhas urbanas e rurais do sistema de Assis.

Não serão aceitos veículos que apresentem desconformidades com a legislação, **não sendo aplicáveis prazos de adequação para a frota após o início do contrato**; portanto, na data da inspeção técnica, todos os veículos deverão estar rigorosamente de acordo com os padrões de conforto, segurança e tecnologia exigidos. A composição da frota poderá ser alterada no decorrer do prazo contratual a critério da Administração Pública, sempre observando as necessidades dos serviços e as condições da proposta comercial.

Além da identificação da linha e trajeto, os veículos deverão conter identificação numérica representando a rota trafegada, sendo que as denominações das linhas poderão sofrer alterações conforme novas propostas de nomenclatura da Administração Municipal.

7.1. CLASSES DE VEÍCULOS UTILIZADOS

O quadro a seguir apresenta as características básicas dos veículos tendo como base a classificação adotada na norma ABNT NBR 15570 e os veículos da frota estabelecida para a operação do sistema de transporte público coletivo.

Veículo:	CONVENCIONAL – ÔNIBUS BÁSICO
Item	Especificações Técnicas Básicas
Motor	Posição frontal ou traseira, turboalimentado ou aspirado.
Estrutura	Encarçoado ou monobloco.
Capacidade	Máximo de 32 passageiros sentados e 43 em pé com 1 box para passageiro em cadeira de rodas ou cão guia.
Peso bruto total mínimo (t)	16,0 t (ABNT NBR 15.570).
Comprimento total (m)	≤ 14m (a ABNT NBR 15.570 admite comprimento até 15m, desde que o veículo seja dotado de terceiro eixo de apoio direcional e suspensão dos tipos pneumática ou mista).
Sistema de direção	Hidráulica.
Transmissão	Automatizada equipado com Retardador de Velocidade (<i>Retarder</i>). É também admitida a transmissão mecânica.
Suspensão	Pneumática, mista ou metálica.
Freios	Sistemas antiblocante (ABS) – Resolução 380/2011 do CONTRAN.
Escapamento	Saída traseira, lado esquerdo ou direito.
Combustível	Diesel S10 ou gás natural veicular – GNV. No caso de GNV, de acordo com projeto específico. Podendo ter adaptação para biocombustíveis.
Pneus	Radiais sem câmara, rodagem dupla no eixo traseiro. 275/80 R22,5 .
Degraus	Altura máxima do piso interno, de 0,40 m. Altura entre degraus (espelho) de 0,30 m. Revestimento com borracha ou material antiderrapante. Contorno dos degraus com acabamento na cor amarela com largura mínima de 10mm.
Corredor	Largura efetiva entre as faces laterais dos assentos de 700 mm.
Altura interna do teto	Mínima de 2.000 mm.
Banco do motorista	Anatômico, regulável, acolchoado, possuindo ventilação, suspensão e amortecimento hidráulico ou pneumático com regulação horizontal e vertical, de modo a minimizar o desgaste físico e mental do condutor.
Cinto de segurança	Para o motorista de três pontos com dispositivo de retração.
Ventilação interna	Trocadores de ar localizados no teto – no mínimo 2 escotilhas.

Veículo:	CONVENCIONAL – ÔNIBUS BÁSICO
Item	Especificações Técnicas Básicas
Saídas de emergência	3 janelas do lado esquerdo e 2 janelas do lado direito, com aviso e instruções de funcionamento. 2 alçapões/escotilha no teto.
Catraca	Eletrônica modelo Minibloqueio com 3 ou 4 braços, rotação unidirecional, contador mecânico, com botoeira de aço inox.
Janelas	Vidros inteiros deslizantes.
Revestimento de Piso	Antiderrapante (manta de borracha, taraflex ou similar). Na região do motor o piso deve ser revestido em material à prova de fogo, com isolamento térmico e acústico.
Acionamento de parada	Campainha com sinal luminoso de solicitação de parada no painel do veículo. Devem ser instalados interruptores no divisor de fluxo das portas de desembarque e, de forma alternada, nos balaústres verticais após a catraca – 8 a 9 interruptores. Para o cadeirante, o interruptor deve ser instalado no “pegamão interno”.
Sistema elétrico	Tensão nominal de 24 V.
Iluminação interna mínima	Mínimo de 140 Lux por Leds. Na região das portas e no posto de comando (motorista) até a fila de bancos atrás do mesmo, admite-se índice não inferior a 30 Lux.
Fator de equivalência	0,67
Pinturas internas e externas	Conforme padrão a ser apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
Itinerário eletrônico	Os veículos deverão exibir itinerário eletrônico, indicativo do destino, previamente aprovado pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
Sistema de rastreamento	Os veículos devem ser providos de dutos para encaminhamento dos cabos de alimentação e transmissão de dados.
Sirenes Intermitentes	Todos os veículos devem possuir sinal sonoro conjugado à marcha-à-ré (ruído máximo de 85 dB sem luz ligada) e para sinalizar o funcionamento do equipamento de elevação.
Acessibilidade	1 espaço para cadeira de rodas, posicionado no sentido de marcha e com área de manobra.
Dispositivo de Segurança	Deve-se aplicar em todos os veículos, um dispositivo para impedir a abertura das portas sem o veículo estar totalmente parado.
Padrão de Identificação Visual	Os veículos deverão ser pintados conforme o Padrão de Identificação Visual Externa proposto pela CONTRATADA e aprovado pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
Equipamentos Embarcados (ITS)	Os veículos devem atender às especificações contidas nos ANEXO III – Sistemas ITS deste EDITAL, e ar condicionado.

7.1.1. Notas Técnicas

NOTA 1: As quantidades definidas para os passageiros sentados são referenciais, baseadas em valores médios dos diversos fabricantes, podendo, no entanto, serem admitidos outros valores, devidamente aprovados pela Administração Pública.

NOTA 2: O motor deve dispor de tecnologia que proporcione atendimento integral aos limites de emissões estabelecidos pela Resolução CONAMA vigente.

NOTA 3: Os veículos devem apresentar nível de ruído interno inferior a 85 dB(A) em qualquer regime de rotação, conforme ABNT NBR 9079.

NOTA 4: No caso de veículo a gás, os cilindros de armazenagem e seus suportes de sustentação devem estar dispostos de modo a proporcionar fácil acesso à manutenção. Devem ser atendidas as normas de segurança específicas para cilindros de armazenagem de combustível, válvulas de segurança e tubulações integrantes do sistema, além dos aspectos envolvidos no abastecimento dos veículos.

NOTA 5: Os veículos devem atender às disposições das normas ABNT NBR 15570, ABNT NBR 14022 e ABNT NBR 15646 que estabelecem os parâmetros e critérios técnicos de fabricação de veículos e de acessibilidade a serem observados em todos os elementos do sistema de transporte coletivo de passageiros de características urbanas, de acordo com os preceitos do Desenho Universal.

7.2. COMUNICAÇÃO VISUAL DOS VEÍCULOS

O padrão de Comunicação Visual tem por objetivo padronizar e normatizar a identidade visual do sistema de transporte da cidade de Assis.

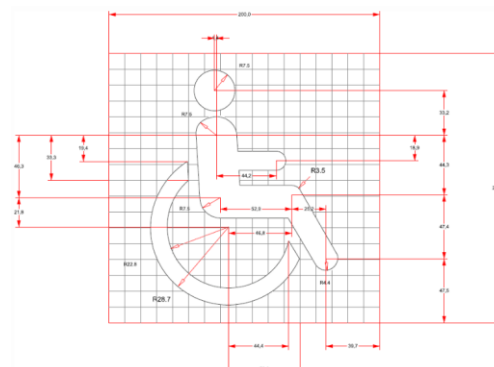
Caberá a CONTRATADA, a partir da assinatura do contrato e antes do início da operação dos serviços, adequar o *layout* da pintura dos veículos da frota. Para tanto, deverá apresentar à Administração Pública o projeto de Comunicação Visual para apreciação e aprovação.

7.2.1. Comunicação Visual Externa

Todos os veículos devem apresentar o **Símbolo Internacional de Acesso – SIA** com dimensões de 300 mm x 300 mm, integrado, inclusive, à Identidade Visual adotada. Na impossibilidade de adoção do dimensional estabelecido, em função da variedade dos modelos de carroceria ou devido ao projeto de identidade visual, admite-se dimensões do SIA de 200 mm x 200 mm.



Pictograma branco sobre fundo azul-ciano
(Pantone 2925 C ou Munsell 10B 55/10)

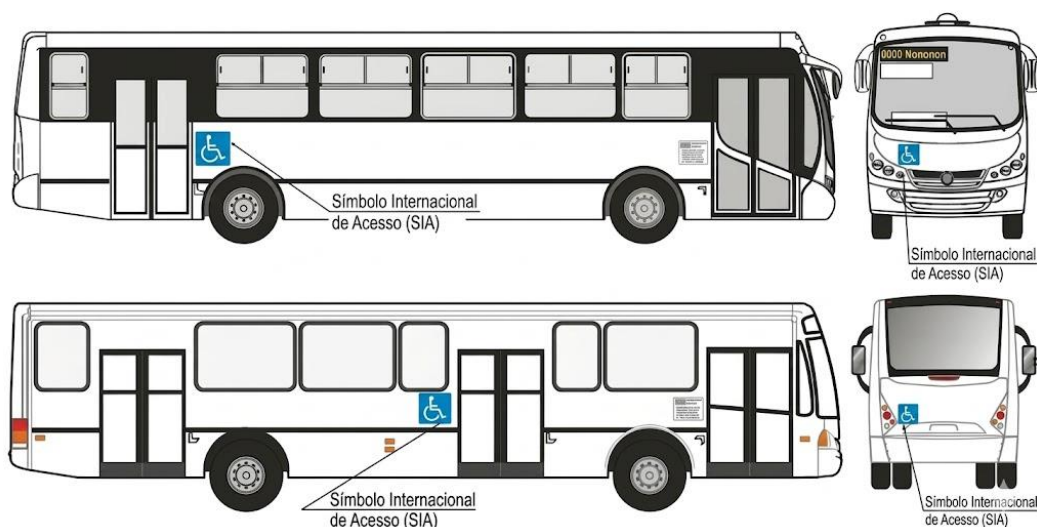


Diagramação (dimensões em milímetros)

O SIA deve estar posicionado junto à porta onde está instalado o dispositivo de transposição de fronteira (DFT) específico do tipo de veículo, que possibilita o embarque ao nível do piso interno para acesso à área reservada (box), sendo opcional a aplicação do SIA no lado oposto da carroceria.

Na parte dianteira do veículo, o SIA deve estar posicionado de forma a não obstruir a visão do motorista nem prejudicar eventuais informações de ordem operacional.

Na parte traseira do veículo, o SIA deve estar posicionado no quadrante inferior esquerdo da carroceria, para possibilitar a identificação por motoristas que estejam atrás do veículo, como forma de alerta nos momentos de embarque e desembarque.



7.2.2. Comunicação Visual Interna

A CONTRATADA deverá fixar cartaz, pintura ou adesivo com os números telefônicos do Serviço de Atendimento ao Usuário (*Call Center* – 0800) e da ouvidoria da Administração Pública, bem como o número máximo da lotação de passageiros sentados e em pé, para reclamações e sugestões, na parte traseira ou junto às janelas ao lado da catraca, no interior dos veículos que executam o serviço.

7.3. ACESSIBILIDADE UNIVERSAL

Todos os veículos deverão possuir equipamentos que permitam acessibilidade (elevadores e/ou plataformas para acesso de usuários com necessidades especiais), conforme legislação vigente – Lei Federal nº 10.048/2000, Lei Federal nº 10.098/2000 e Decreto Federal nº 5.296/2004.

Fiscalizações sem aviso prévio podem ser feitas pela Administração Pública para verificar as condições de acessibilidade dos veículos e outros aspectos da frota e da operação em si, sob pena de multa.

7.3.1. Reserva de Bancos para Passageiros Especiais

Todos os veículos da frota deverão possuir assentos destinados ao uso preferencial de pessoas idosas, gestantes, com criança de colo, obesas, com deficiência ou com transtorno do espectro autista, preferencialmente localizados próximos à porta de acesso.

Os assentos preferenciais devem, obrigatoriamente, ser identificados pela cor amarela (referência Munsell 5Y/8/12 ou similar), aplicada no mínimo na parte frontal do encosto do banco, no protetor de cabeça e no pega-mão.

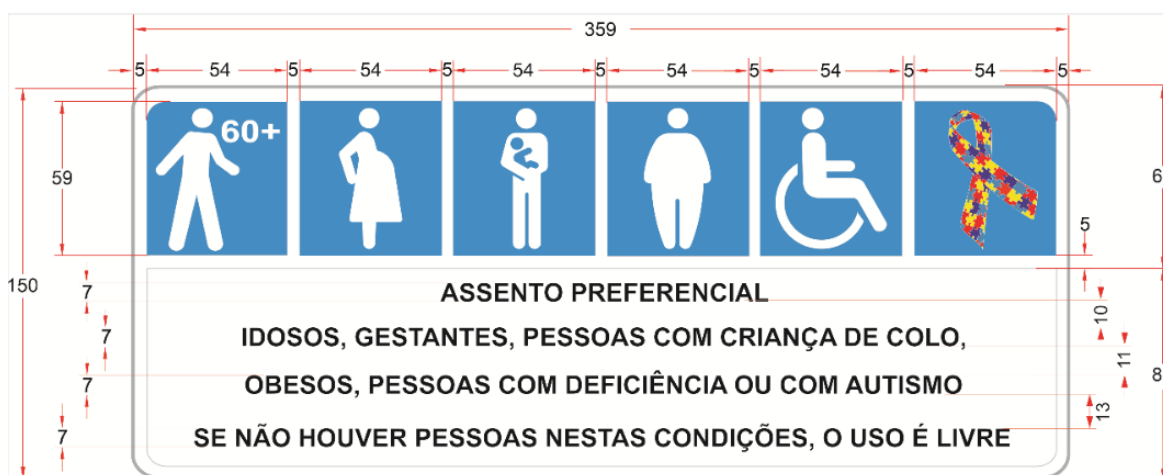
A quantidade de assentos preferenciais deverá corresponder a, no mínimo, 10% (dez por cento) da lotação de passageiros sentados, respeitando-se os seguintes mínimos absolutos:

- **Ônibus Convencional Básico:** Mínimo de 6 (seis) assentos, sendo 4 (quatro) localizados na parte dianteira (área de pré-embarque) e 2 (dois) localizados após a catraca (área paga).

Caso a configuração do veículo resulte em um número de assentos (10%) superior aos mínimos acima, os assentos excedentes deverão ser instalados preferencialmente na área pós-catraca.

Para garantir a dignidade e o conforto dos usuários, cada veículo deverá possuir, no mínimo, 1 (um) assento destinado a pessoas obesas, localizado obrigatoriamente na área após a catraca (área paga), devendo este ser do tipo duplo e inteiriço, com largura mínima de 860mm, conforme os parâmetros da norma ABNT NBR 15570. Este assento deverá apresentar a cor amarela padrão de acessibilidade e conter sinalização indicando a prioridade para pessoas obesas, além dos demais avisos regulamentares.

Junto aos assentos preferenciais deve ser afixada uma informação com símbolos específicos e padronizados, identificando quais pessoas possuem o direito legal de utilizar estes assentos, conforme modelos definidos na ABNT NBR 14022.



Opção para aplicação na parede lateral (revestimento) ou anteparo frontal, com dimensões gerais (em milímetros).



Opção para aplicação no vidro da janela lateral.

7.3.2. Área Reservada (box) para Cadeira de Rodas e Cão-guia



- Resolução nº 316/09, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAM, estabelece os requisitos de segurança para veículos de transporte coletivo de passageiros de fabricação nacional ou estrangeira; e
- Código de Trânsito Brasileiro – CTB, instituído pela Lei Federal nº 9503/97.

Veículos usados a serem aplicados no serviço regular devem observar o cumprimento da seguinte portaria:

- Portaria INMETRO 260/2007: Regulamento Técnico da Qualidade para Inspeção da Adequação de Acessibilidade em Veículos de Características Urbanas para o Transporte Coletivo de Passageiros; e
- Portaria INMETRO 153/2009: Requisitos de Avaliação da Conformidade para Fabricação de Veículos Acessíveis de Características Urbanas para Transporte Coletivo de Passageiros.

8. ESPECIFICAÇÕES DE GARAGEM

A CONTRATADA dará início à operação dos serviços no prazo estabelecido de 30 (trinta) dias, com a infraestrutura necessária para atender as necessidades inerentes da operação do serviço de transporte coletivo por ônibus durante os 12 (doze) meses de Contratação.

Para fins da licitação e do contrato, a CONTRATADA somente será considerada em situação regular em relação à garagem, após a vistoria realizada pela Administração Pública, que observará se houve o completo atendimento das características definidas neste ANEXO, na qual, será dada certificação de atendimento das obrigações assumidas.

A garagem utilizada na prestação dos serviços deverá estar localizada dentro do município de Assis. **Em hipótese alguma poderá haver a guarda de veículos em vias públicas.**

A CONTRATADA deverá enviar à Administração Pública, antes do início da prestação do serviço, cópias dos seguintes documentos da garagem:

- I - Alvará de Licença e Funcionamento;
- II - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

Fica facultado à CONTRATADA realizar o abastecimento da frota em postos de serviços devidamente credenciados, situação na qual a exigência do alvará específico para tanques e bombas (inciso III) será dispensada.

Os documentos solicitados deverão estar dentro do respectivo prazo de validade e serem reapresentados quando de sua renovação.

8.1. INFRAESTRUTURA DE GARAGEM

Para a guarda, manutenção e atividades administrativas inerentes à prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá dispor de garagem situada em área perimetralmente delimitada e fechada por muros ou cercas, garantindo a segurança e o isolamento do pátio. Tais instalações, sejam elas de propriedade da CONTRATADA ou locadas de terceiros, deverão estar plenamente operacionais para o início das atividades, contemplando as seguintes condições:

- I - **Operação e Logística:** O imóvel deverá possuir área delimitada para estacionamento dos veículos e portaria de controle. Visando a racionalidade de custos para o contrato de 12 (doze) meses, as atividades de abastecimento e de higienização/lavagem da frota poderão ser realizadas

em estabelecimentos terceirizados credenciados, desde que situados em localidade que não comprometa o cumprimento das Ordens de Serviço Operacionais (OSOs). Caso opte pela execução interna dessas atividades, a CONTRATADA deverá possuir posto com marcador de vazão e local de lavagem com as devidas licenças ambientais.

- II - **Áreas Cobertas e Instalações:** São de existência obrigatória e deverão ser necessariamente cobertas as áreas destinadas à manutenção de frota (inspeção e reparos), o almoxarifado para guarda de peças e os setores administrativos. Do mesmo modo, as instalações destinadas ao bem-estar dos colaboradores, tais como sanitários, vestiários, refeitório e área para os serviços de plantão e reserva de operadores, deverão ser cobertas e atender rigorosamente às normas de medicina e segurança do trabalho.
- III - **Implantação e Regularidade:** Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá comprovar a disponibilidade da infraestrutura. No caso de utilização de imóvel locado que já possua condições básicas de uso e licenças de funcionamento vigentes, será dispensada a apresentação de novo Projeto Legal de construção, desde que assegurada a plena funcionalidade para o suporte das atividades previstas neste Termo de Referência.

Será permitida a utilização de imóvel alugado para instalação da garagem e/ou de eventual pátio de estacionamento, desde que atendidas todas as exigências estabelecidas no presente Anexo, e nas seguintes condições:

- a) Comprovação da locação do imóvel através do competente contrato de aluguel e da matrícula do imóvel locado;

9. SISTEMAS INTELIGENTES DE TRANSPORTES - ITS

Define-se Sistemas Inteligentes de Transporte (*Intelligent Transportation Systems* – ITS) o conjunto de sistemas, equipamentos, *softwares*, *hardwares*, dados, serviços, instalações e informações necessários para a operação do serviço de transporte coletivo.

A especificação foi desenvolvida com base nas necessidades mínimas de operação do sistema de transporte, cujas características são próprias de cidades de médio porte. Dessa forma a CONTRATADA deverá prover os veículos com os equipamentos e sistemas especificados no **ANEXO III – Sistemas ITS**.

10. CARACTERIZAÇÃO DAS LINHAS

A rede de transporte coletivo do Município de Assis é composta por um conjunto de 06 (seis) linhas regulares, operadas de forma a garantir a conectividade entre os polos de demanda e o centro da cidade. As extensões descritas abaixo constituem a base de cálculo para a produção quilométrica e para a aferição do equilíbrio econômico-financeiro da operação:

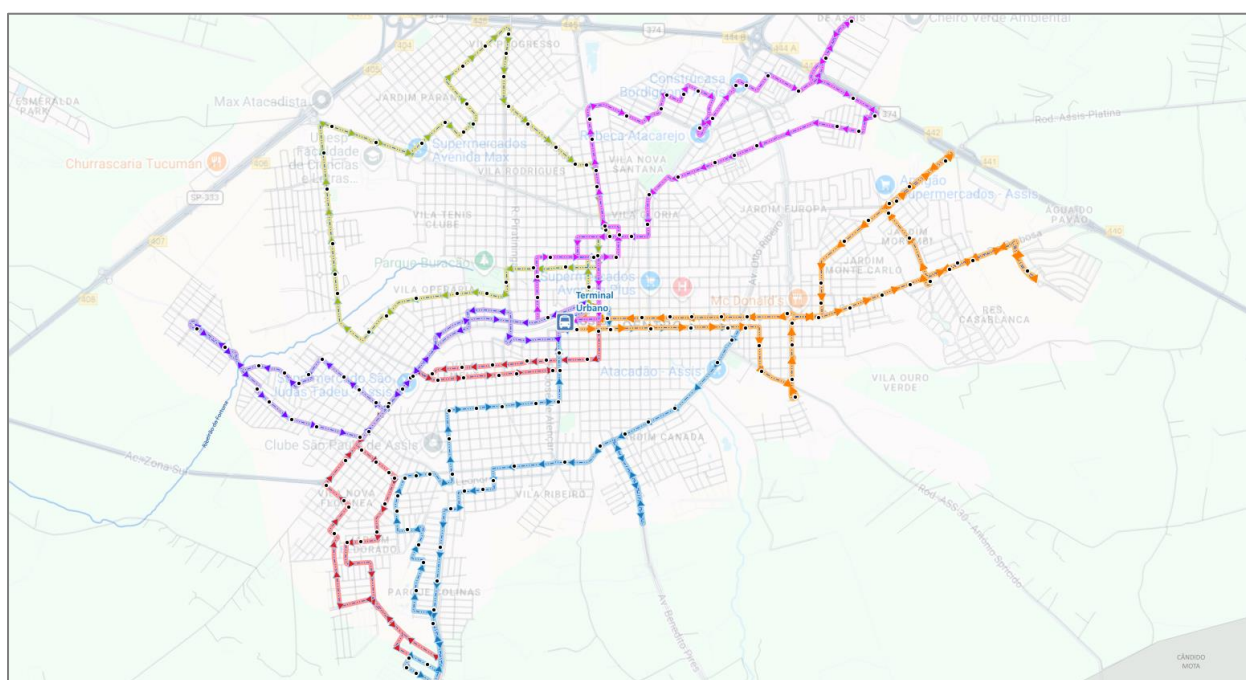
Linha		Extensão Total (km)	Pontos Terminais (PT)	
Código	Denominação		PT 1	PT 2
001	Xereta	14,3	Av. Valter Antônio Fontana Unimed	Av. Rui Barbosa, 14 (TERMINAL URBANO)
002	Parque Colinas	14,9	R. José Mauricio Nucci	Av. Rui Barbosa, 14 (TERMINAL URBANO)



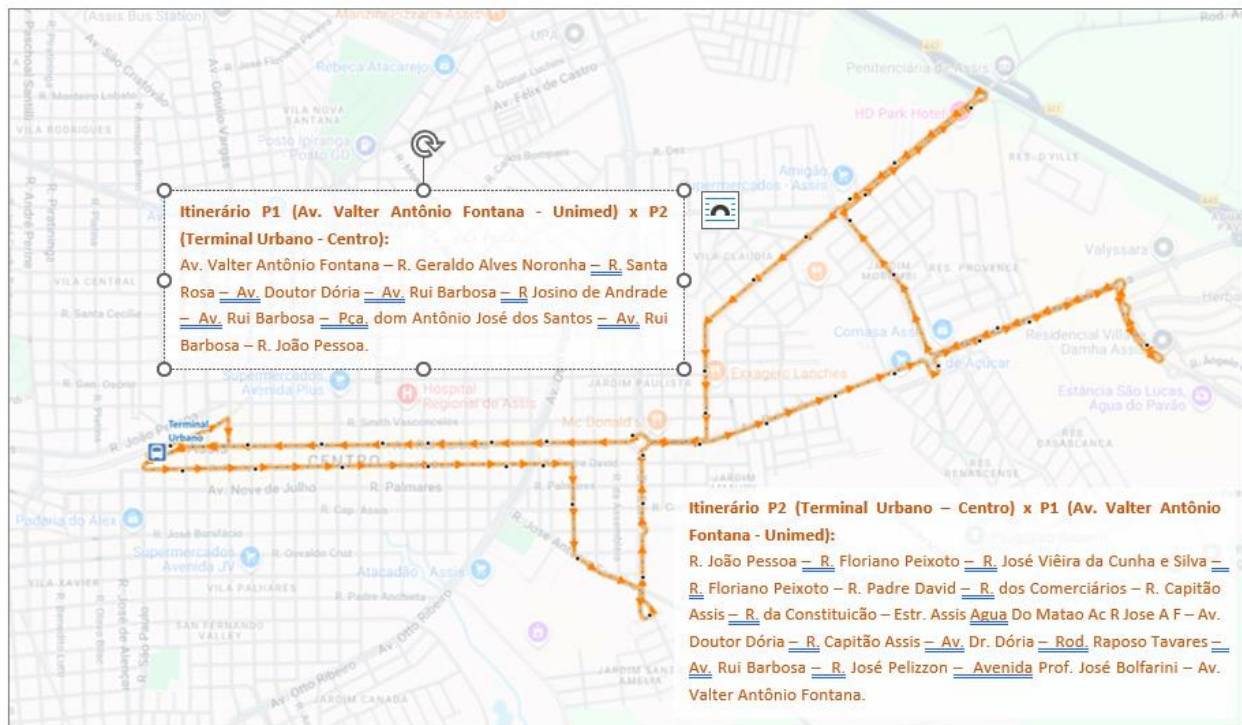
003	Nova Assis	12,6	R. Marcopolo	Av. Rui Barbosa, 14 (TERMINAL URBANO)
004	Parque Buracão	12,2	R. Guaira	Av. Rui Barbosa, 14 (TERMINAL URBANO)
005	Rodoviária	13,8	UNIP	Av. Rui Barbosa, 14 (TERMINAL URBANO)
006	Pacaembu	10,1	Igreja Nossa Senhora De Fatima - Pacaembu	Av. Rui Barbosa, 14 (TERMINAL URBANO)

A rede de linhas apresentada acima é detalhada individualmente na sequência deste documento através de mapas de itinerário georreferenciados e seus respectivos itinerários descritivos (logradouro a logradouro). As denominações e trajetos estabelecidos poderão sofrer alterações e ajustes conforme determinação da Administração Pública, visando a otimização do atendimento e a adequação ao desenvolvimento urbano do Município.

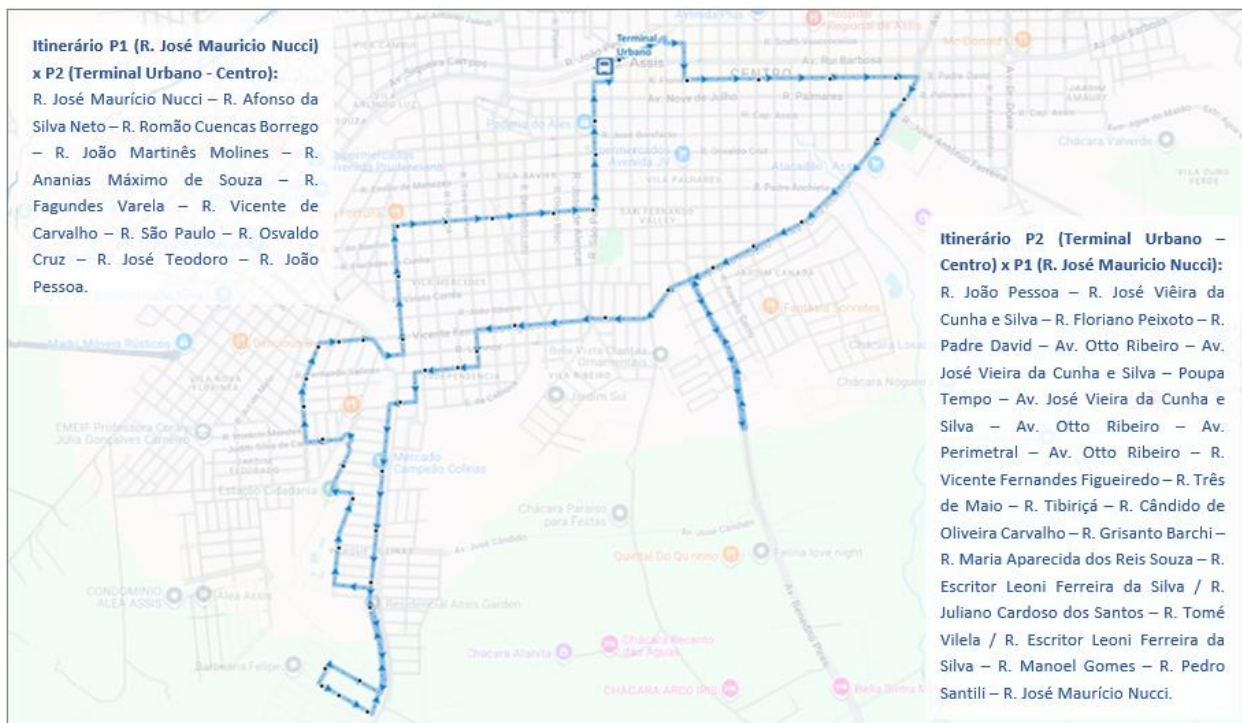
REDE DE LINHAS DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO MUNICÍPIO DE ASSIS – SP



001 – XERETA (14,3 km)

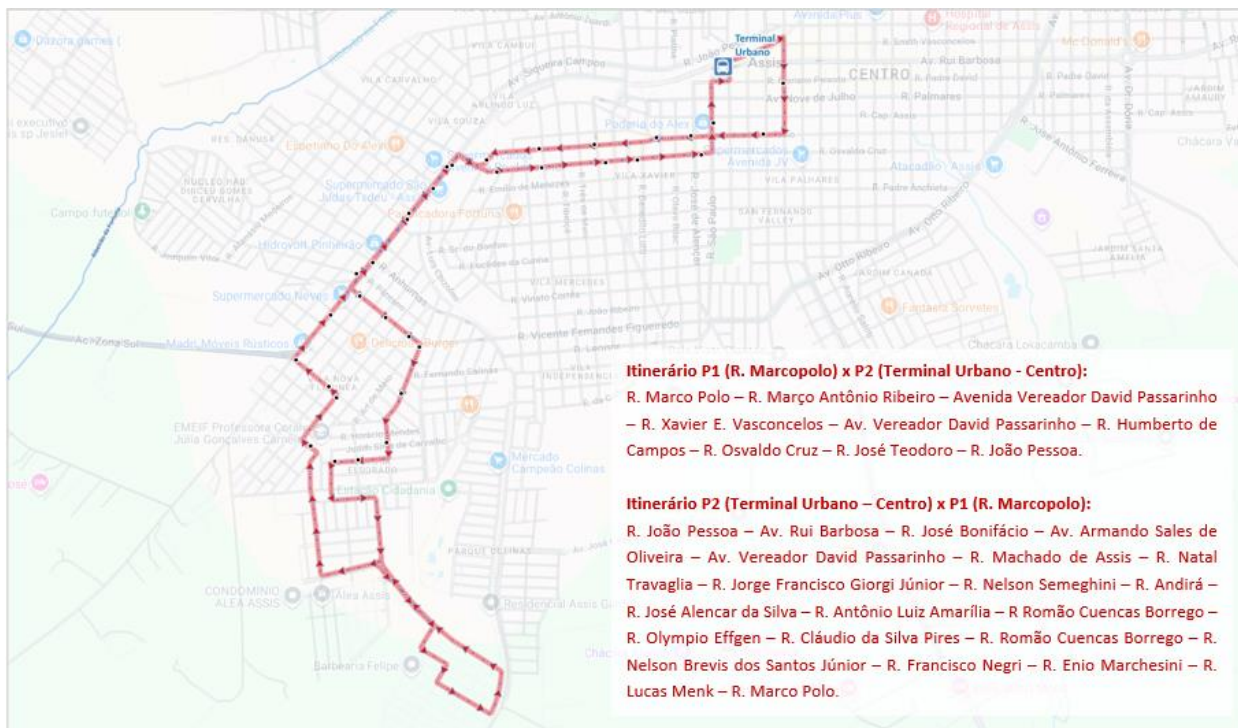


002 – PARQUE COLINAS (14,9 km)

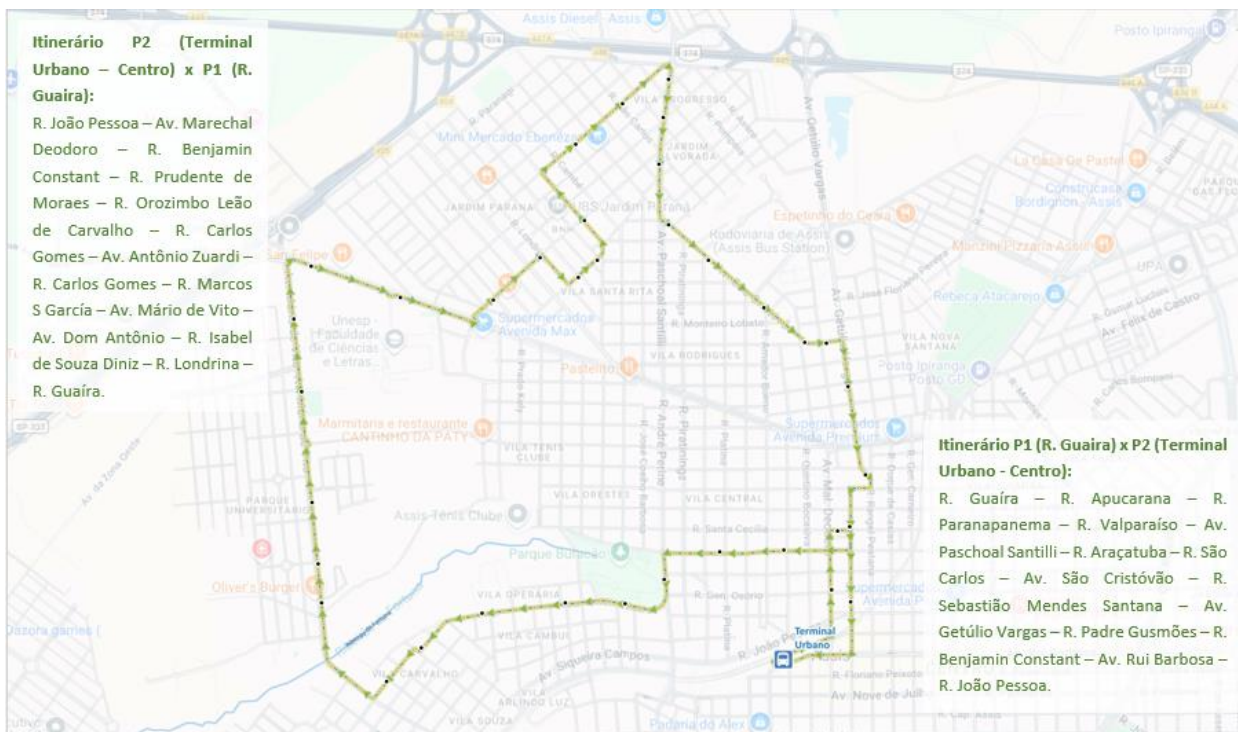




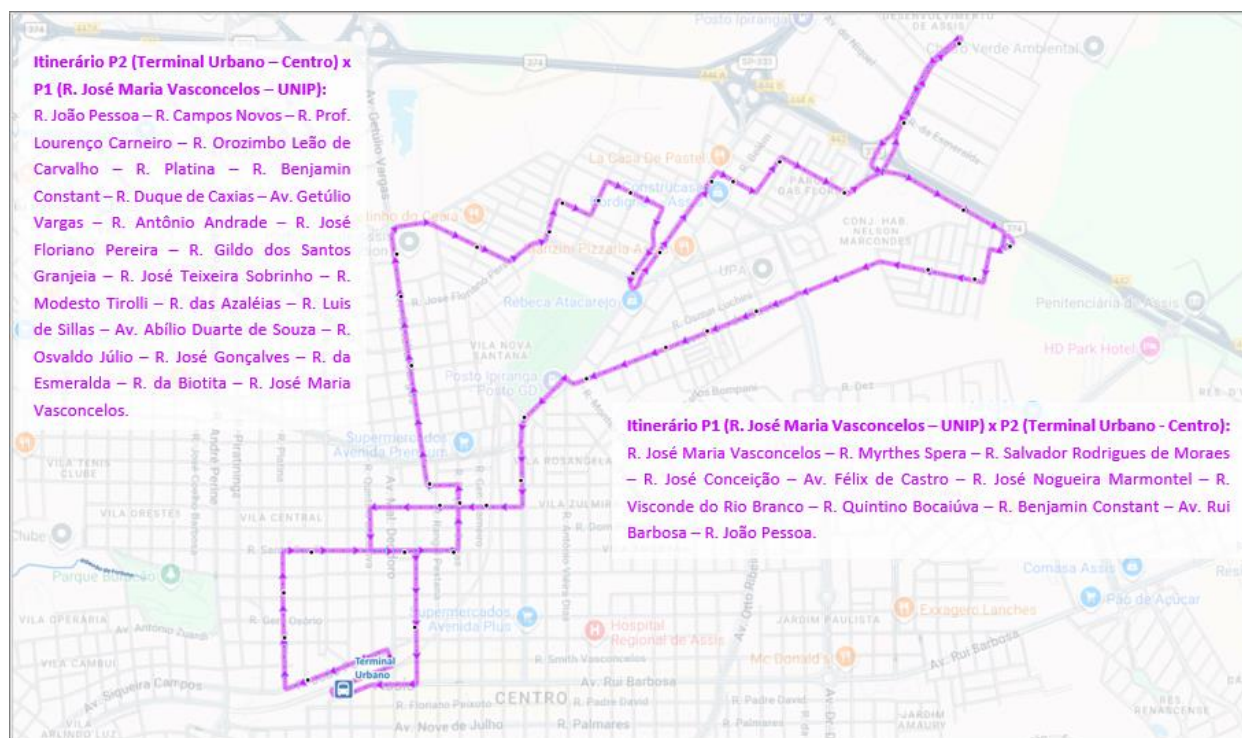
003 – NOVA ASSIS (12,2 km)



004 – PARQUE BURACÃO (12,2 km)



005 – RODOVIÁRIA



– PACAEMBU (10,1 km)



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2026 PROCESSO Nº 032/2026

ANEXO III – SISTEMA ITS

Contratação de empresa para prestação do serviço de transporte regular em ônibus, com motorista, todos os veículos com acessibilidade, com ar condicionado, monitoramento via GPS, Sistemas ITS, fornecimento de combustível, garagem, seguro e demais despesas necessárias para circular dentro do município de Assis, executando os itinerários das linhas de ônibus do transporte público coletivo de passageiros, em conformidade com as Ordens de Serviço emitidas pela Prefeitura do Município, e condições e especificações do Termo de Referência deste Edital e seus Anexos

1. EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA – SISTEMAS ITS

O presente documento é parte integrante do Edital e tem por objetivo definir, de forma geral, a especificação técnica e funcional dos equipamentos embarcados, dispositivos e softwares a serem disponibilizados em toda frota.

Define-se Sistemas Inteligentes de Transporte (*Intelligent Transportation Systems – ITS*) o conjunto de sistemas, equipamentos, softwares, hardwares, dados, serviços, instalações e informações necessários para a operação dos veículos, em especial, a identificação dos tipos de passageiros e a operação da frota e das instalações. Dessa forma o processo contempla a instalação de equipamentos de Bilhetagem Eletrônica-SBE, de equipamentos de Rastreamento de Frota – GPS, nos veículos e de um Sistema de Informação ao Usuário-SIU. Além desses, complementam a requisição, dispositivos Contadores de Passageiros e Call Center – 0800.

A especificação solicitada tem como base as necessidades mínimas de operação, cadastro e identificação dos tipos de usuários em cada viagem do transporte público coletivo de passageiros, cujas características são próprias de cidades de médio porte, uma vez que Assis é considerada uma cidade de "médio porte" devido ao seu papel como polo regional, oferecendo serviços de saúde, educação superior e comércio para municípios vizinhos menores.

A instalação nos veículos dos equipamentos inerentes ao Sistema de Bilhetagem Eletrônica, necessários aos processos Cadastro e Distribuição de Cartões, conforme premissa estabelecida pela Prefeitura Municipal de Assis, será de responsabilidade da Contratada, que deverá implantar, controlar, operacionalizar, realizar a manutenção necessária e demais aspectos inerentes aos requisitos de *software* e *hardware*, de forma a permitir pleno acesso e utilização do usuário do transporte público coletivo, aos serviços.

Os equipamentos de tecnologia embarcados ou não, e a arquitetura dos sistemas Inteligentes de Transportes-ITS a ser instalado e operacionalizada pela Contratada, contemplam três sistemas distintos, além de outros dispositivos, quais sejam:

- a) Sistema de Bilhetagem Eletrônica-SBE.
- b) Sistema de Acompanhamento/Rastreamento da Frota-GPS, em tempo real.
- e) Sistema de Informação ao Usuário - SIU.

Deverá ser instalado na forma e condições especificadas no ANEXO III, o Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE), destinado ao controle do uso do serviço de transporte coletivo.



A empresa Contratada deverá implantar o Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE), em todos os seus veículos e garagem, bem como a central de cadastro e demais serviços para que possa iniciar a operação com os veículos, em um prazo de 30 dias.

Caberá à Contratada operar os módulos de validação e retaguarda do SBE, além da aquisição e instalação de toda a infraestrutura de comunicação necessária ao pleno funcionamento do SBE, interligando os equipamentos e sistemas que compõem todos os módulos do SBE.

A Contratada deverá também instalar na forma e condições especificadas no ANEXO III, o Sistema de Monitoramento/Rastreamento da Frota (GPS), baseado no conceito de centralização do controle da operação dos ônibus, com o uso de sistemas e equipamentos tecnológicos que permitam a identificação do posicionamento dos veículos de forma a controlar as viagens e atuar sobre a regularidade das mesmas.

Deverá ainda dispor de Call Center-0800, os quais se destinam às reclamações, sugestões, serviço de atendimento por internet e por telefone, quando da divulgação de linhas, trajetos, horários disponibilizados aos usuários, bem como, auxiliar nas situações pertinentes aos cartões eletrônicos “smart card” e de sistema de contagem de passageiros.

Os Sistemas Inteligentes de Transporte (SBE, Rastreamento, SIU, Call Center e Contador de Passageiros), deverão estar plenamente disponíveis e operacionais no início da prestação dos serviços de prestação de serviço de veículos, a contar da Ordem de Serviço.

A Contratada responsabilizar-se-á pelo provimento, implantação, manutenção, atualização, capacitação de sua equipe técnica, disponibilização de equipamentos, dispositivos, hardwares e softwares necessários à operacionalização dos sistemas ITS.

Responsabilizar-se-á ainda pela capacitação da equipe técnica para a adequada operacionalização dos sistemas.

A Prefeitura de Assis /Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços poderá, a qualquer tempo, submeter o SBE implantado pela Contratada à auditoria, própria ou de terceiros por ela contratada.

1.1. DEFINIÇÕES DE PAPÉIS

O sistema de transporte abrange diferentes agentes e papéis, sendo resumidos na tabela abaixo:

Prefeitura Municipal de Assis / Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços	Órgão Gestor, responsável por planejar os serviços, autorizar e regular o funcionamento de todas as linhas, fiscalizar, intervir e controlar a prestação de serviços, zelar pela boa qualidade dos serviços, implantar mecanismos permanentes de informações aos usuários, gestão financeira do sistema de transporte, entre outros.
Contratada	Empresa que disponibilizará veículos, responsável por prover frota e motoristas em condições operacionais, combustível, manutenção da frota, seguro, garantir a saída de garagem, realizar a regulação das viagens para garantir a pontualidade e regularidade da operação, instalar todos os equipamentos de tecnologia exigidos e prover manutenção dos mesmos, e garantir a disponibilização dos dados operacionais dentro dos padrões de qualidade e confiabilidade e realizar o cadastro dos usuários.

Usuário	Passageiro do sistema de transporte público coletivo cujas necessidades resumem-se em deslocamentos mais rápidos e com qualidade dos serviços, informações sobre as os itinerários, linhas, pontos de paradas e terminais.
Fornecedor/Integrador de Tecnologia	Empresa fabricante e/ou integradora de tecnologia, interessada no processo de homologação dos equipamentos embarcados, DATACENTER, <i>softwares</i> e <i>hardwares</i> , que deverá atender aos requisitos especificados neste documento.
Garagem	Responde pela provisão dos meios de produção dos serviços: disponibiliza frota em bom estado de conservação e de operação, aloca a mão de obra qualificada necessária, cumpre programação de viagens definidas pelo gestor.

1.2. NORMAS TÉCNICAS

Todos os equipamentos previstos nessa especificação deverão atender às Normas Técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), das Contratadas de serviços públicos ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) e ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) e resoluções do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito), quando houver.

Quando não houver normas específicas regidas pelos órgãos citados no parágrafo anterior, deverão ser observadas as normas técnicas internacionais equivalentes, notadamente descritas na tabela abaixo:

AASHTO	American Association of State Highway and Transportation Officials
ANSI	American National Standard Institute
ASTM	American Society dos Testing and Materials
CEN	European Committee for Standardization
DIN	Deutsches Institut für Normung
EIA	Electronic Industries Association
FHWA	Federal Highway Administration
IEC	International Electrotechnical Comission
IEEE	Institute of Electrical and Electronic Engineers
EN	European Standards
ISO	International Standards Organization
ITE	Institute of Transportation Engineers
ITU	International Telecomunicações Union
NEC	National Electrical Code
NEMA	National Electrical Manufactural Comission
SAE	Sociaty of Automotive Engineers
TIA	Telecommunications Industries Association

1.3. SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM – DATACENTER

Com o objetivo de minimizar os custos com sistemas ITS, será facultado à Contratada optar pela utilização de serviços terceirizados de hospedagem para o DATACENTER, para o Sistema de Bilhetagem Eletrônica-SBE, para o Monitoramento da Frota (Licenças de uso AVL) e demais sistemas disponibilizados por fornecedores com expertise em sistemas ITS para o transporte público de passageiros.

Os serviços de hospedagem deverão manter o desempenho e o perfeito funcionamento dos equipamentos, *softwares*, *hardwares*, dispositivos, licenças, e demais insumos necessários, além das atualizações periódicas, tudo em conformidade com as especificações estabelecidas neste Anexo III.

1.4. MANUTENÇÃO DO SISTEMA

A Contratada será a responsável pela manutenção de todos os dispositivos, equipamentos e softwares do Sistema ITS (SBE, SIU e GPS). Dentre outros itens, citam-se a manutenção de:

- Instalações de informática e de rede;
- Rede de comunicações (SBE, SIU e GPS) e de interconexões;
- Os sistemas operacionais, software de gestão da base de dados e outros softwares fornecidos por terceiros (antivírus, firewall, etc.); e

Deverá também prover os serviços de recuperação dos sistemas frente a desastres, para assegurar a operação dos Sistemas de Bilhetagem e Rastreamento, assim como a recepção e integridade da informação, em caso como os abaixo relacionados:

- Sabotagem;
- Falha total ou parcial de um dispositivo, componente ou subsistema;
- Perda de toda ou parte da rede de comunicações;
- Falha prolongada no abastecimento de energia;
- Problema de segurança.

2. DIRETRIZES GERAIS DOS EQUIPAMENTOS DE BILHETAGEM ELETRÔNICA

Os equipamentos e Sistema de Bilhetagem Eletrônica–SBE a serem utilizados para o transporte coletivo do município, consiste de um sistema de cadastro que, por meio de cartões eletrônicos validados em equipamentos específicos (validadores), embarcados nos ônibus, controlam o acesso por autenticação do tipo de passagem e do direito de viagem (inclusive com apuração de passageiros gratuitos por Lei) com base nas premissas estabelecidas pela política tarifária e na legislação vigente.

A análise das diferentes tecnologias disponíveis no mercado indica como a melhor solução a utilização prioritária de **cartões inteligentes sem contato** (*smart cards*), como meios de identificação do usuário, e equipamentos eletrônicos embarcados nos ônibus para validação da utilização desses cartões. O quadro abaixo mostra resumidamente os principais processos do SBE.



A concepção e conceituação do sistema foram estabelecidas com a finalidade de atender a necessidades específicas, tais como:

- a) Ampliar a mobilidade dos usuários pela rede de transporte coletivo;
- b) Controlar a utilização de cartões por meio do registro e validação de todas as categorias de usuários, proporcionando o controle de acesso dos usuários nos ônibus, terminais e estações de embarque; e
- c) Assegurar uma operação simples e de baixo custo de manutenção.

2.1. CONDICIONANTES GERAIS OBRIGATÓRIAS

As seguintes condições gerais devem ser observadas no desenvolvimento da solução tecnológica adotada para o Sistema de Bilhetagem Eletrônica - SBE:

- a) Utilizar sistema de segurança baseado em módulos de Segurança SAM (*Security Access Modules*);
- b) Armazenar os dados de utilização de cartões em validadores embarcados nos ônibus;
- c) Realizar a coleta automática de dados armazenados nos validadores;
- d) Descarregar os dados de forma automática e criptografada na garagem da empresa;
- e) Garantir os dados armazenados para o caso de perda, roubo ou furto do cartão, para todos os tipos de cartões personalizados;
- f) Disponibilizar as informações sobre as transações de validação (viagens realizadas) dos cartões de todos os usuários, que servirão como base para a aferição da quantidade de passageiros beneficiados com gratuidade transportados, de acordo com a regulamentação contida em legislação específica;
- g) Emitir de forma sistemática relatórios de operação e relatórios gerenciais;
- h) Transmitir de forma automática os dados para o “clearing” do sistema;
- i) Permitir ao Órgão Gestor Público realizar auditorias operacionais e de sistema.

2.2. EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA

Deverão ser instalados e mantidos em todos os veículos, validadores de cartão inteligente, sem contato, bem como todos os equipamentos de captura e gerenciamento de dados das garagens.

A Licitante deverá considerar em sua proposta comercial o investimento em equipamentos de validação e equipamentos de garagens, com base nos preços praticados no mercado, para validadores de cartão inteligentes, sem contato. Da mesma forma, deverão ser considerados todos os custos relativos à implantação de todos os módulos que compõem o SBE.

A emissão dos cartões, bem como o atendimento aos usuários relativo a problemas com os cartões e cadastramento será de responsabilidade da Contratada.

O Módulo de Validação e acesso consiste das rotinas relacionadas com a leitura dos cartões de usuários e liberação do bloqueio de acesso (catraca), atendendo as seguintes características:

- Os Validadores deverão ser equipados com leitores de cartão inteligente, programados para reconhecer os direitos de viagem correspondente ao sistema e linha a que se aplica. Para tanto os Validadores deverão estar apropriados a todas as informações e parametrizações necessárias;
- Os validadores deverão registrar todos os eventos ocorridos durante a operação, considerando inclusive as liberações de catraca por meio de botoeiras, para atender aos usuários que não utilizarem o cartão;
- A atualização/troca de dados e software entre o sistema e os validadores deverá ser realizada remotamente pelo sistema, sem a necessidade de intervenção manual no local onde estejam instalados e que atendem as exigências de segurança quanto à transmissão de dados. O Validador deverá ter capacidade para operar com interface sem contato;
- Deverá ser mantido controle dos Validadores, principalmente em relação aos riscos de fraudes e falhas desses equipamentos;
- As informações geradas na validação deverão ser armazenadas em “backup” nos próprios validadores, com capacidade equivalente a 7 (sete) dias de operação, que posteriormente serão transmitidos para o banco de dados da garagem;

- Provisamento da rede de interligação dos validadores embarcados com a central de garagem/terminais; e
- Os validadores devem possuir integração com equipamentos embarcados de Rastreamento de Frota, de tal forma a permitir funcionalidades vinculando a Bilhetagem às informações georreferenciadas.

2.3. REQUISITOS BÁSICOS DOS CARTÕES

As características dos cartões deverão observar aos padrões da Norma SO/IEC 14443 (*Identification cards -- Contactless integrated circuit cards*). Sob o ponto de vista funcional dos Cartões, devem ser observadas as seguintes características:

- Para que haja a segurança dos itens registrados no Cartão, deverão ser implementadas lógicas e funções que garantam a detecção e correção de erros de comunicação entre o cartão e outros dispositivos e, na impossibilidade de correção, cancelar o procedimento, garantindo a integridade dos dados;
- Visando a identificação e a autenticação do cartão, deverá haver recursos que garantam a segurança da autenticação;
- Os cartões deverão suportar a leitura e a gravação eletrônicas de informações verificadas e certificadas dos dados, segundo os padrões de inviolabilidade normalmente aceitos pelos sistemas brasileiros de automação bancária e comercial;
- Os cartões deverão ser individualmente numerados, externa e internamente (eletronicamente), possibilitando o controle da operacionalização de lista de cartões inválidos, objetivando com este tipo de controle a prevenção de fraudes;
- Os cartões deverão ser personalizados, sendo que, conforme o seu tipo, a personalização será opcional. Deverão ser garantidos ao portador total confiabilidade e segurança sobre os seus dados;
- Os cartões deverão possibilitar restrições de uso. Tais restrições podem ser físicas (aplicadas ao usuário no sentido de comprovação do atendimento da condição) ou operacionais (aplicadas à utilização do cartão pelo usuário).
- Os cartões serão pessoais e de posse permanente dos usuários;
- O SBE deverá trabalhar com uma família de cartões, conforme os tipos de usuários, devendo ser inicialmente adotados os tipos básicos, que serão descritos a seguir e, posteriormente, poderão ser adotados tantos tipos de cartões quantos forem necessários, desde que determinado pela Prefeitura:
 - ✓ *Vale Transporte* - destinado aos empregados em geral, conforme Lei Federal 7418/85 e 7619/87, regulamentadas pelo Decreto 95.247/87;
 - ✓ *Escolar* - destinado aos estudantes que pagam com desconto as tarifas do transporte. Com prazo de validade definido em sua parametrização;
 - ✓ *Comum* - destinado aos usuários eventuais;
 - ✓ *Especial* (Gratuidades)- destinado aos usuários isentos do pagamento da tarifa. Com prazo de validade definido em sua parametrização;
 - ✓ *Operadores* – Destinado a funcionários do Sistema de Transporte, com acesso livre e prazo de vencimento definido em sua parametrização.

O SBE deverá registrar nos cartões a data de cadastro.

2.4. POSTOS DE CADASTRO DE CARTÕES

O Posto de Cadastro estará localizado em local a ser estabelecido pela Contratada, com a devida anuência da Prefeitura de Assis. Deverá atender todos os tipos de usuários, em especial aquele cujo cartão apresentar defeito. Este posto deverá funcionar para atendimento aos usuários de segunda a sexta-feira, no horário das 8 às 17 horas e aos sábados das 8 às 13 horas, no mínimo.

Para atendimento de usuários nas categorias Vale-Transporte, Escolar e Portador de Necessidades Especiais, bem como para outras que venham a ser criadas, neste posto deverão ser realizadas as seguintes atividades:

- Verificação de documentação do usuário que comprove que lhe seja permitido dispor de categoria especial em questão, conforme as disposições legais e normas aplicáveis;
- Divulgação dos serviços acima, inclusive com indicação dos postos de cadastro que possam ser utilizados para o fornecimento de cartões aos usuários como descrito;
- Reposição de cartões defeituosos aos usuários, exceto se comprovado que por motivo a eles imputável, como por exemplo, má conservação e manuseio indevido.

O Posto de Cadastro deverá ter capacidade para, no mínimo, 1 (um) conjunto de equipamentos (equipamento de transmissão, armazenamento, cadastro, leitor e validador).

2.5. ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Deverá ser implantada Central de Atendimento ao Público por telefone, com ligação gratuita (0800), e pessoalmente, com a finalidade de esclarecer as questões relacionadas não somente às linhas de ônibus, mas também à utilização do SBE, atender os casos de perda, roubo ou problemas no cartão, coletar sugestões e reclamações dos serviços prestados.

Os registros de perda, roubo do cartão, deverão ser comunicados ao Módulo de Retaguarda.

O atendimento ao usuário deverá operar no horário das 8 às 17 horas e aos sábados das 8 às 13 horas, no mínimo.

2.5.1. Cadastramento de Usuários

O cadastramento e emissão de cartões personalizados para todas as categorias de usuários serão realizados no Posto de Cadastro, localizado conforme item 2.5. Para os usuários com gratuidade (idosos e deficientes físicos) e estudantes, devem ser observadas as regras e procedimentos para a concessão do benefício, de acordo com a legislação em vigor.

2.5.2. Cobrança de Taxas dos Usuários

A primeira via de cartão eletrônico será fornecida gratuitamente, mediante o cadastramento do usuário. Mesmo que o passageiro não pague para embarcar (Tarifa Zero), o sistema possui um custo por passageiro (tarifa técnica). Assim, poderá ser cobrado do usuário o valor de R\$ 20,00 para emissão da segunda via, excluídos desse pagamento os usuários beneficiados com gratuidade.

É vedada a cobrança de taxas dos serviços relativa ao SBE, exceto aqueles expressamente autorizados pela Prefeitura Municipal da Assis.

2.5.3. Validador

Trata-se de uma máquina especializada, instalada dentro do veículo ou junto aos bloqueios nos terminais ou estações de acesso, responsável pela identificação do tipo de usuário.

Ao adentrar ao veículo ou à estação, antes de passar pelo bloqueio ou roleta, o usuário apresenta seu cartão ao validador. O validador lê o cartão e verifica os dados relativos às viagens anteriores realizadas pelo usuário para efeito de integração, regravando o cartão. Após essa operação é propiciada a liberação da catraca para o usuário.

O *software* aplicativo do validador deve ser modular, permitindo que futuras alterações e/ou ampliações sejam facilmente implementadas. A linguagem de programação utilizada deve apresentar velocidade, segurança e portabilidade que possibilitem alterações comandadas exclusivamente pelo Módulo de Retaguarda, e transmitidas para os validadores.

Deverão ser implementados no *software* aplicativos, dentre outras, as seguintes funções:

- Comunicação entre Validador e Central da Garagem;
- Leitura e processamento de tabelas de parâmetros e funcionalidades;
- Processamento de tipos e subtipos de cartões;
- Validação dos cartões utilizando módulos SAM;
- Mensagens ao usuário no painel alfanumérico onde serão apresentadas informações relativas ao status da operação (catraca liberada, catraca bloqueada, fora de serviço, código de erro, etc.);
- Alarmes sonoros;
- Execução de comandos de mudança do estado operacional do bloqueio; e
- Registro dos demais eventos que ocorreram no validador.

O *software* dos validadores deverá gerar dados operacionais que permitam extrair relatórios de:

- Passageiros por tipo de cartão;
- Passageiros transportados por veículo, linha, viagem, sentido e faixa horária;
- Cartões rejeitados, com descrição do motivo da recusa;
- Ocorrência de falhas durante a operação;
- Cartões cancelados por constarem da “lista de cartões inválidos”;
- Cartões cancelados temporariamente;
- Horários de início e fim de serviços e viagens;
- Transações individualizadas de cada cartão, contendo: número do cartão, tipo do cartão, data/hora, prefixo do veículo, ID do Validador, modal, linha/atendimento, tipo da linha, sentido, linha, certificação da transação.

2.5.4. Catraca

A catraca é o dispositivo de bloqueio mecânico que poderá ser liberada eletronicamente através da apresentação de um usuário ao validador ou por acionamento manual de Botoeira. A catraca permite a passagem de apenas uma pessoa por vez sendo utilizada para controlar o fluxo de pessoas.

As catracas eletrônicas apresentam diversos recursos que tornam possível a integração com as leitoras de cartões inteligentes sem contato, leitores biométricos para identificação dos usuários, e podem ainda ser integrada com urna para coleta de cartões.

2.5.5. Botoeira

A botoeira é um dispositivo que tem como função liberar a catraca eletrônica através do acionamento manual por um operador.

A botoeira poderá ser utilizada para contabilizar os usuários que não tem cartão ou confirmar usuários gratuitos.

2.5.6. Comunicação

Dispositivos de comunicação devem ser posicionados de forma acessível ao motorista, permitindo o acesso e o comando das funções de operação, dentre outras: identificação do ônibus, plataforma ou catraca de solo do terminal, início de serviço, início de viagem, fim de viagem, venda a bordo, fim de serviço, etc.

Deverá ser previsto um dispositivo transmissor-receptor, componente de comunicação bidirecional entre o validador embarcado e o equipamento fixo da garagem.

2.5.7. Garagem

Na garagem deverão ser instalados em local apropriado, todos os equipamentos do sistema de bilhetagem, considerando que a coleta de dados poderá ser realizada, preferencialmente, durante o abastecimento, próximo às bombas de combustível.

Necessariamente a garagem deverá possuir um concentrador de dados específico do sistema de bilhetagem, a “Central de Garagem”, onde somente os operadores e técnicos responsáveis tem acesso a esse equipamento. Este servidor será responsável pela coleta diária dos arquivos, tratamento e transmissão automática dos dados para Módulo de Retaguarda do sistema central.

A coleta de dados deverá ser realizada censitária e diariamente de todos os veículos do sistema de transporte, observando as seguintes funcionalidades básicas:

- No retorno do veículo à garagem, as informações deverão ser transmitidas de forma automática e rápida, para a Central da Garagem, sem necessidade de intervenção manual e não deve interferir na operação normal das garagens;
- Os equipamentos de coleta de dados na garagem deverão ser resistentes a intempéries;
- Em casos de falhas na coleta automática, será necessária a coleta ou carga manual de dados no Validador através de coletores portáteis. Deverá existir uma interface de entrada e saída de dados no Validador eletrônico adequada ao coletor portátil que será entregue pelo fornecedor.

2.6. OUTRAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A Contratada deverá:

- manter o “*back-office*” do sistema, que abrange toda a infraestrutura de informática, telecomunicações, processamento, armazenamento e segurança de dados do sistema.
- Prover, conservar, manter e dar suporte técnico a todo parque de equipamentos e a todo o conjunto de sistemas que integram o Sistema de Bilhetagem Eletrônica, abrangendo os componentes que equipam os ônibus, e também os equipamentos de garagens, terminais, pontos de venda (dinâmico e em espelho).
- Manter as instalações elétricas dos ônibus em perfeitas condições, para que o funcionamento dos equipamentos de bilhetagem eletrônica não seja prejudicado.

O Sistema de Bilhetagem Eletrônica deverá estar disponível e em plenas condições de funcionamento no prazo de início de operação estabelecido pelo Órgão Gestor Público e em conformidade com o prazo estabelecido para início da operação.

Os custos estimados com Sistema de Bilhetagem Eletrônica, em conjunto com os demais Sistemas ITS, estão dados no ANEXO IV - Planilha de Custos de Referência, item “4.2.2. OUTROS CUSTOS VINCULADOS À CONCESSÃO - SIST. TECNOLÓGICOS”.

3. DIRETRIZES GERAIS DOS EQUIPAMENTOS DE RASTREAMENTO DA FROTA - GPS

O modelo estabelecido pela Prefeitura Municipal de Assis contempla a implantação de equipamentos embarcados – GPS, que serão constituídas por equipamentos e sistema responsáveis pelo acesso aos servidores e dispositivos localizados no Datacenter em nuvem, assim como aplicativos que necessitem de instalação local responsáveis pela localização automática dos ônibus.

O Sistema de Rastreamento das linhas do transporte coletivo será implantado pela Contratada para permitir a coleta de dados sobre a operação, análises e adoção de ações para correção de desvios em relação a padrões de desempenho estabelecidos.

Será implantado mediante o uso de equipamentos embarcados, instalados nos veículos, para registro de posição (coordenadas geográficas) ao longo do percurso, tempos de parada, velocidades e transmissão de dados.

O Sistema de Rastreamento deve possuir as funcionalidades a seguir descritas:

- Aquisição de dados monitorados do veículo;
- Aquisição de dados de localização;
- Transmissão de dados;
- Operação; e
- Monitoramento.

3.1. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO SISTEMA DE RASTREAMENTO

O Sistema de Rastreamento dos veículos que irão realizar as viagens das linhas do transporte coletivo, será implantado mediante o uso de equipamentos embarcados, instalados nos veículos, para registro de posição (coordenadas geográficas) ao longo do percurso, tempos de parada, velocidades e transmissão de dados, para permitir a coleta de dados sobre a operação, análises e adoção de ações para correção de desvios em relação a padrões de desempenho estabelecidos.

De forma geral, os objetivos do Sistema de Rastreamento são:

- Coleta de dados da operação da linha ao longo do trajeto das viagens;
- Permitir análises operacionais, determinando ações sobre o despacho das viagens e sobre a condução dos veículos em trajeto de tal forma a garantir um padrão adequado de regularidade;
- Consolidação do quadro geral da oferta do serviço por dia e período, no dia subsequente à operação, oferecendo indicadores de cumprimento de viagens, regularidade da operação, tempos de viagem e outros indicadores de oferta.

O Sistema de Rastreamento deve possuir as funcionalidades a seguir descritas:

- Aquisição de dados monitorados do veículo;
- Aquisição de dados de localização;
- Transmissão de dados;
- Operação;
- Monitoramento; e
- Gerenciamento.

3.1.1. Aquisição de Dados de Monitoramento do Veículo

O Sistema dispõe de funções que permitem coletar e armazenar dados monitorados do veículo em equipamento do tipo microcomputador de bordo, instalado no veículo.

Sem prejuízo de outras informações julgadas oportunas para o monitoramento da operação ou para a análise da atuação do motorista, a relação a seguir expõe as informações mínimas a serem coletadas:

- Visualização do itinerário da linha verificando o cumprimento da rota;
- Registro do motorista (usuário e senha), ao início e ao fim da jornada;
- Inicialização e fim do serviço;

As informações deverão ser coletadas em intervalos de tempo parametrizados e armazenadas na memória do equipamento de forma cumulativa, permitindo sua recuperação a qualquer tempo, mesmo tendo sido transmitidas em tempo real.

Para a execução destas funções o Sistema é composto por equipamento embarcado (microcomputador de bordo), sensores a serem instalados nos veículos, *software* residente responsável pela gravação e transmissão dos dados.

3.1.2. Aquisição de Dados de Localização

O Sistema permite a aquisição das informações geográficas capazes de restituir o trajeto que o veículo está realizando.

Obrigatoriamente é composto por um equipamento de recepção do sistema GPS (Sistema de Posicionamento Global). Tal sistema, já amplamente conhecido, gera através de uma constelação de satélites, em órbita terrestre, um conjunto de sinais que são recepcionados pelo equipamento em terra (no caso no veículo) e mediante cálculos matemáticos (triangulações) gera coordenadas de latitude e longitude. Os dados assim coletados são restituídos em bases georreferenciadas permitindo identificar o posicionamento do veículo.

As informações deverão ser coletadas em intervalo de tempo parametrizado e armazenadas na memória do equipamento de forma cumulativa, permitindo sua recuperação a qualquer tempo, mesmo tendo sido transmitidas em tempo real.

3.1.3. Transmissão de Dados

Os dados coletados deverão ser transmitidos em tempo real mediante tecnologias como GPRS (telefonia Celular), Rádio Digital ou outra que se mostre eficiente.

Para a execução destas funções o Sistema conta com os equipamentos embarcados, associado ao micro de bordo e GPS, responsável pela transmissão dos dados, os equipamentos da Central dedicados à recepção e concentração das informações, os *softwares* necessários, protocolos, etc.

3.1.4. Monitoramento

Compreendem rotinas específicas, como, consolidar dados da operação, informações durante o dia seguinte à operação, do *software* da central de controle de empresa que permite gerar estatísticas e disponibilizar as informações de forma consolidada, no dia.

A título de exemplo, citam-se as informações a serem disponibilizadas mais relevantes:

- Grau de cumprimento das viagens por itinerário e período do dia;
- Grau de desvio dos intervalos realizados (regularidade) por itinerário e período nos pontos terminais e intermediários de percurso;
- Quantidade de veículos alocados na operação;
- Velocidade média de operação;
- Quilometragem programada e efetivamente percorridas;
- Indicadores de produtividade;
- Tempo real do trajeto;

3.1.5. Manutenção

A empresa contratada será a responsável pela manutenção de todos os dispositivos e *softwares* do Sistema de Rastreamento. Dentre outros itens, citam-se a manutenção de:

- Instalações de informática e de rede;
- Rede de comunicações e das interconexões necessárias;
- *Software* de Monitoramento;
- Os sistemas operacionais, *software* de gestão da base de dados e outros *softwares* fornecidos por terceiros (antivírus, *firewall*, etc.);

4. SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO USUÁRIO – SIU

A CONTRATADA deverá instalar na forma e condições especificadas neste ANEXO, o Serviço de Informação ao Usuário (SIU), contemplando um sistema de informações em tempo real, sobre o funcionamento do serviço de transporte, horários, itinerários, roteirizador e mapas, visando a orientação do usuário para a sua adequada utilização, bem como a recepção de reclamações, sugestões e demais manifestações.

O SIU é parte integrante do acompanhamento da operação (monitoramento da frota) na Central de Controle Operacional, que se destina, prioritariamente, à transmissão de informações aos usuários acerca da operação dos ônibus, em especial dos horários das próximas chegadas/partidas dos ônibus, com contagem regressiva de tempo.

Por meio do SIU também poderão ser transmitidas mensagens institucionais e de publicidade, conforme deliberação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

A CONTRATADA deverá implantar um Serviço de Informação ao Usuário denominado **SIU** com o objetivo de atender à população, prestando informações sobre as linhas, horários e demais informações relevantes para o uso do serviço, em tempo real, bem como para receber e registrar reclamações, sugestões e demais manifestações dos usuários sobre os serviços prestados.

O desenho do SIU está intimamente ligado ao Sistema de Monitoramento da Frota e deve ser estruturado segundo as especificações técnicas constantes neste documento e deverá incluir:

- I - Uma plataforma de equipamentos, aplicações de *software* e sistemas de comunicações de voz e dados, encarregada de concentrar e processar as informações operacionais do Transporte Público Coletivo;
- II - O equipamento de bordo corresponde aos equipamentos, sensores, processadores, interfaces de comunicação e dispositivos de informação que são instalados a bordo dos veículos para acompanhamento da operação pelo SIU;
- III - Fornecimento, instalação e manutenção dos equipamentos a bordo dos veículos;
- IV - Fornecimento, instalação, manutenção e suporte técnico à operação do SIU, incluindo as atualizações de *hardware*, *software*, *firewall* e licenças de uso, e de comunicações que sejam requeridas, assim como, acessórios e serviços técnicos especializados, durante o prazo de contrato.

A transmissão de informações operacionais dos serviços, em tempo real, será através dos seguintes meios:

- I - Aplicativo Mobile com objetivo de mostrar aos usuários, por meio de dispositivo móvel e de filtros, linhas, ponto de parada, sentido de viagem, dentre outras especificações; e
- II - Sistema Web, devendo possuir as mesmas funcionalidades do Aplicativo Mobile e estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana.

4.1. PREMISSAS GERAIS

A implantação do Serviço de Informação ao Usuário – SIU é responsabilidade da CONTRATADA, que deverá observar as seguintes premissas mínimas:

- I - Implantar e configurar o Sistema de Rastreamento (GPS/GPRS), conforme detalhamento neste ANEXO III;
- II - Instalar e configurar os componentes (dispositivos de bordo, GPS, modems, sistema de som, garagem, etc.) do SIU em conformidade com as especificações técnicas deste documento;
- III - Realizar os testes individuais e de integração dos componentes do SIU;
- IV - Cumprir com o nível de serviço e as normas de qualidade estabelecidas;
- V - Administrar a base de dados e os *backups*;
- VI - Administrar e operar a rede de comunicações;
- VII - Viabilização e pagamento periódico dos serviços de comunicação necessários para a intercomunicação dos dispositivos por ela instalados;
- VIII - No caso dos veículos, os serviços de comunicações a cargo da CONTRATADA deverão incluir todas as necessidades de comunicações de dados do SIU;

Para que a localização do veículo ocorra com transmissão em “**tempo real de deslocamento**” através de conexão sem fio, é necessária a contratação de serviço de GPRS/3G/4G ou superior.

4.2. ORIENTAÇÕES DO SIU – EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS

A CONTRATADA será a responsável pelo fornecimento, montagem e instalação dos equipamentos, eletrodutos, caixas de passagem, leitos para cabos, suportes dos equipamentos e de todos os materiais necessários à instalação do sistema, devendo executar os serviços de instalação dentro da boa técnica de engenharia e segundo os desenhos e especificações aprovados.

À Fiscalização, caberá julgar a qualidade dos serviços executados, podendo a qualquer momento rejeitar o serviço em parte ou em sua totalidade, informando imediatamente a contratada da situação de desacordo.

Todos os equipamentos deverão ser fornecidos providos de todos os acessórios necessários a seu perfeito funcionamento e acabamento completo, condizente com a arquitetura geral dos locais onde serão instalados. A CONTRATADA é responsável pela entrega do sistema em perfeito funcionamento, fornecendo todos os materiais e serviços envolvidos. Não são de responsabilidade da CONTRATADA obras civis no interior do edifício da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ou fora dele.

4.2.1. Modularidade dos Equipamentos

Os equipamentos deverão possuir preferencialmente construção do tipo modular, de fácil acesso e remoção para manutenção. Todos os módulos de mesmas funções deverão ser intercambiáveis, de inserção e remoção fácil e rápida. Sendo indicada a topologia padrão de 19 polegadas especificado em unidades U. Com as seguintes características:

- a) Os equipamentos deverão ter pontos de testes facilmente acessíveis;
- b) Todos os equipamentos e cabos deverão possuir identificação adequada, em lugar visível.

4.2.2 Renovação dos Dispositivos

A CONTRATADA deverá renovar, sob sua responsabilidade e custos, os dispositivos do Sistema de Rastreamento, por dispositivos novos, em função da vida útil estabelecida, de acordo com os manuais, catálogo, especificações técnicas dos fabricantes e provedores de dispositivos, ou quando as condições dos dispositivos não satisfaçam o estabelecido neste documento.

4.3. MANUTENÇÃO

A CONTRATADA será a responsável pela manutenção de todos os dispositivos e *softwares* do Serviço de Informação ao Usuário – SIU. Dentre outros itens, citam-se a manutenção de:

- I - Instalações de informática e de rede;
- II - Rede de comunicações e das interconexões entre eles;
- III - *Software* do SIU;
- IV - Os sistemas operacionais, *software* de gestão da base de dados e outros *softwares* fornecidos por terceiros (antivírus, *firewall*, etc.);

5. PÁGINA WEB

O ITS compreende também um Portal na Internet com a veiculação de informações sobre o serviço, incluindo opções de linhas e horários para o atendimento de deslocamentos entre origens e destinos pesquisados pelo usuário.

A Contratada será responsável pelo desenvolvimento, operação e manutenção de página web, que dentre outras funções permitirá aos usuários: adquirir e recarregar cartões, resolver incidentes, itinerários das linhas, horários das viagens, etc.

A página web deverá permanecer ativa 24 horas ao dia, 365 dias por ano, não sendo admitida interrupção superior a 12 horas anuais (exceto para realização de tarefas de manutenção, que deverão ser realizadas sempre em horário noturno – entre as 00:00 e as 05:00).

A Página Web terá as seguintes funções:

- Consulta das linhas da rede de transporte e respectivos Itinerários;
- Consulta de horários das viagens por linha;
- Consulta de linhas em função da informação de local de origem e local de destino da viagem;
- Divulgação de notícias relevantes do sistema de transporte coletivo, como mudanças de linhas e horários.
- Atendimento de queixas e reclamações;
- Declaração de cartões roubados e extraviados;

Deverá atender as pessoas físicas e jurídicas devidamente cadastradas permitindo segurança e praticidade nas operações com cartões.

6. CENTAL DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO - CALL CENTER (0800)

A Contratada será responsável pela instalação, operação e manutenção de um Call-Center (atendimento telefônico com acesso gratuito – 0800), que permita a adequada prestação do serviço de atendimento telefônico para os serviços relativos à bilhetagem eletrônica, com seus diversos graus de complexidade.

O Centro de Atendimento ao Usuário deverá contemplar como processos principais:

- Atendimento das reclamações sobre funcionamento dos cartões;
- Solicitação de Cancelamento de Cartões;
- Revalidação de Cartões.

Para acolher os requisitos de atendimento ao usuário descritos neste edital, a Contratada deverá implantar o CALL CENTER, considerando uma quantidade de posições e pontos de atendimento suficientes para o atendimento.

7. PRAZO DE IMPLANTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ITS

A empresa Contratada deverá disponibilizar os veículos com os equipamentos de Bilhetagem Eletrônica (SBE) instalados em todos os seus veículos e garagem, os cartões eletrônicos, cadastro de usuários (gratuitos, escolares e usuários do Vale Transporte) e demais serviços para que possa iniciar a operação, **em um prazo de 10 (dez) dias.**

Deverá também implantar os equipamentos embarcados de rastreamento – GPS, em todos os veículos utilizados na prestação do serviço, **em um prazo de 10 (dez) dias.**

Caberá à Contratada operar os módulos de emissão, validação e retaguarda do SBE, além da aquisição e instalação de toda a infraestrutura de comunicação necessária ao pleno funcionamento do SBE, interligando os equipamentos e sistemas que compõem todos os módulos do SBE.

A Prefeitura de Assis poderá, a qualquer tempo, submeter o SBE implantado pela Contratada à auditoria, própria ou de terceiros por ela contratada.

8. QUANTITATIVOS

A tabela a seguir apresenta os quantitativos dos equipamentos e dispositivos que compõem os Sistemas ITS e que deverão ser instalados nos veículos, adquiridos ou locados.

LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS/COMODATO:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Validadores - Bilhetagem Eletrônica (SBE)	7
Informação ao Usuário - SIU	7
Contador de Passageiros	7
Tacógrafo	7
Rastreamento da Frota - GPS	7
Manutenção de Software e Hardware	7
Datacenter em nuvem (SBE com biometria facial, SIU, CCO, Plataforma WEB, Módulo SAM ⁵)	7
Call Center (0800)	1
Pacote de Dados e gerenciamento (20GB)	7
Sistema Web Commerce (Site)	1

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Botoeiras - Bilhetagem Eletrônica (SBE)	7
Projeto Executivo do SBE	1
Catracas Eletrônicas de 3 braços com contador mecânico	7
Telemetria	7

⁵ Módulos SAM (Security Access Module)



Módulo de Coleta/comunicação de Garagem (1 conj.)	1
Módulo para Posto Central de Cadastro, leitora de cartões, equipamento de transmissão e armazenamento - presencial	1
Cartões (<i>smart cards</i>)	1.000
Serviços (Chicote, Kit Treinamento V6, RF, Jiga Teste)	1
Instalação Call Center (0800)	1



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2026
PROCESSO Nº 032/2026

ANEXO IV – PLANILHA DE CUSTOS DE REFERÊNCIA
(METODOLOGIA ANTP)

1. DADOS GERAIS

1.1. COMPOSIÇÃO DO PERÍODO

Ano Vigente				2026
Número de dias do ano				
Média de dias	Dias Úteis	Sábados	Dom./Feriados	Média
	21,5	4,0	5,0	30,5

1.2. INSUMOS BÁSICOS

ITEM	UNID.	VALOR
Preços		
Óleo Diesel combustível (Diesel S10)	R\$/L	7,7500
Pneus		
Básico C/Ar Cond. - 275/80 R 22,5	R\$	2.745,50
Recapagem		
Básico C/Ar Cond. - 275/80 R 22,5	R\$	620,00
Veículos (Chassi + Carroceria) Com Pneus		
Básico C/Ar Cond.	R\$	1.064.720,00
Preço médio ponderado veículo novo Com Pneu - Frota	R\$	1.064.720,00
Preço ponderado veículo sem pneus		
Básico C/Ar Cond.	R\$	1.048.247,00
Salário-base mensal		
Motorista Básico C/Ar Cond.	R\$	2.300,00
Manutenção	R\$	2.869,21
Benefícios Sociais (custo médio)		
Custo médio mensal dos benefícios	R\$	589,40
Remuneração diretoria		
Despesa total mensal da diretoria	R\$	6.000,00
Seguro de responsabilidade civil		
Despesa mensal com seguro de responsabilidade civil	R\$/veíc./mês	346,03
Seguro obrigatório de veículos + licenc. + taxas		
Despesa anual com seguro obrigatório de veículos + licenc. + taxas	R\$/veíc./ano	178,31
Licença e Locação Equip do SBE, WIFI, Monitoramento de Frota, etc.		
Despesas com ITS, da SBE, Wifi, Monit etc.	R\$/veíc./mês	17.691,74
Preço do ARLA 32		
Preço do Litro ARLA 32	R\$	4,400



1.3. COEFICIENTES DE CONSUMO E VIDA ÚTIL

ITEM	UNID.	VALOR
Combustível		
Básico C/Ar Cond.	L/km	0,5260
Material de Rodagem		
Quantidade de jogos de pneu	Un.	1
Quantidade de recapagens por pneus	Un.	3,0
Quantidade de pneus por jogos	Un.	6
Vida útil Pneu (quilometragem)		
Básico C/Ar Cond.	Un.	105.000,00
Valor Residual da Frota		
Básico C/Ar Cond.	(%)	10,00%
Vida Economicamente Útil da Frota		
Básico C/Ar Cond.	anos	8
Lubrificantes (coeficiente)		
Básico C/Ar Cond.	L/km	0,0265
Consumo de ARLA 32		
Coeficiente de Consumo da ARLA 32	(%)	1,58%
Peças e Acessórios		
Coeficiente de consumo de peças e acessórios	Coef.	0,00500
Taxas de juros		
Taxa anual de remuneração de capital	(%)	14,75%
Quilometragem Ociosa		
Média de Km ociosa do sistema (%)	(%)	5,00%

1.4. SALÁRIOS E OUTROS COEFICIENTES

ITEM	UNID.	VALOR
Salário Base		
Motorista Básico C/Ar Cond.	R\$	2.300,00
Manutenção	R\$	2.869,21
Encargos Sociais		
Motorista, fiscal e despachante	(%)	52,54%
Manutenção	(%)	52,54%
Demais	(%)	52,54%
Fator de Utilização - FU		
Motorista Básico C/Ar Cond.	F.U.	2,2000
Manutenção	Coeficiente	0,1919
FU total nº de Funcionários	FU total	4,0045
Pró-Labore da Diretoria		
Valor mensal	R\$	6.000,00
Benefícios		
Valor mensal por funcionário	R\$	589,40
Percentual Pessoal Administrativo e Despesas Gerais		
Pessoal Administrativo	%/ Pes. Op.	65,63%
Despesas Gerais	%	6,00%
Coeficiente Remuneração e depreciação de Instalações e Equipamentos		
Fator de Depreciação	Coef.	0,01%
Fator de Remuneração	Coef.	4,00%
Coeficiente Remuneração de Material de Almoxarifado		
Fator de Remuneração:	Coef.	3,0%
Coeficiente Custos Ambientais		
Coeficiente ambiental	Coef.	0,010
Tributos, Taxas e Encargos sobre a Tarifa		
ISS - Imposto Sobre Serviços	(%)	3,50%
INSS	(%)	1,60%
PIS/COFINS	(%)	9,25%
Total de Tributos	(%)	14,35%



2. DADOS OPERACIONAIS

2.1. COMPOSIÇÃO DA FROTA INICIAL

DESCRIÇÃO	FROTA	
	OPERACIONAL	RESERVA
Categoria dos Veículos		
Básico C/Ar Cond.	6	1
Frota Total por tipo	6	1
Frota Total		7
Percentual da Frota Reserva Técnica		16,67%

2.2. CLASSIFICAÇÃO ETÁRIA DA FROTA INICIAL

FAIXA ETÁRIA	FROTA				
	Básico C/Ar Cond.	-	-	-	-
Veículos de 0 a 01 ano					
Veículos de 01 a 02 anos					
Veículos de 02 a 03 anos	7				
Veículos de 03 a 04 anos					
Veículos de 04 a 05 anos					
Veículos de 05 a 06 anos					
Veículos de 06 a 07 anos					
Veículos de 07 a 08 anos					
Veículos de 08 a 09 anos					
Veículos de 09 a 10 anos					
Veículos com + de 10 anos					
Total	7				
Idade Média da Frota					

2.3. QUILOMETRAGEM MENSAL PROGRAMADA

KM Mensal		FROTA				
		Básico C/Ar Cond.	-	-	-	Total
Quilom. Efetiva		31.361,2	-	-	-	31.361,2
Quilom. Ociosa 5%		1.568,1	-	-	-	1.568,1
Total		32.929,3	-	-	-	32.929,3
Percorso Médio Mensal / PMM:		5.488,21	0,00	0,00	0,00	5.488,21

2.4. PASSAGEIROS TRANSPORTADOS

CATEGORIA	QUANTIDADE
Passageiros Equivalentes Mês	0
ÍNDICES DE PASSAGEIROS	
Índice de Passageiros Equivalentes por Quilometro - IPKe	0,0000
Passageiros Equiv. Transportados por Veículo/mês	0
Passageiros Equiv. Transportados por Veículo/dia-PVD	0



3. CUSTOS VARIÁVEIS

3.1. DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS

Descrição	Despesas	Custo/km	Custo/veíc.
Básico C/Ar Cond.	134.236,13	4,0765	22.372,69
Total Despesas	134.236,13	4,0765	22.372,69

3.2. DESPESAS COM LUBRIFICANTES

Descrição	Despesas	Custo/km	Custo/veíc.
Básico C/Ar Cond.	6.762,85	0,2054	1.127,14
Total Despesas	6.762,85	0,2054	1.127,14

3.3. DESPESAS COM MATERIAL DE RODAGEM

3.3.1. DESPESAS COM PNEUS

Descrição	Despesas	Custo/km	Custo/veíc.
Básico C/Ar Cond.	5.166,13	0,1569	861,02
Total Despesas	5.166,13	0,1569	861,02

3.3.2. DESPESAS COM RECAPAGEM

Descrição	Despesas	Custo/km	Custo/veíc.
Básico C/Ar Cond.	3.499,91	0,1063	583,32
Total Despesas	3.499,91	0,1063	583,32

Total Despesas Com Material de Rodagem	8.666,04	0,2632	1.444,34
---	-----------------	---------------	-----------------

3.4. DESPESAS COM PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição	Despesas	Custo/km	Custo/veíc.
Básico C/Ar Cond.	31.941,60	0,9700	5.323,60
Total Despesas	31.941,60	0,9700	5.323,60

3.5. CUSTOS AMBIENTAIS

Descrição	Despesas	Custo/km	Custo/veíc.
Básico C/Ar Cond.	6.114,77	0,1857	1.019,13
Total Despesas	6.114,77	0,1950	1.019,13

3.6. CONSUMO DE ARLA 32

Descrição	Despesas	Custo/km	Custo/veíc.
Básico C/Ar Cond.	2.286,34	0,0694	381,06
Total Despesas	2.286,34	0,0694	381,06

RESUMO DOS CUSTOS VARIÁVEIS

Descrição	Despesas	Custo/km	Custo/veíc.
DESPESAS DE COMBUSTÍVEL	134.236,13	4,0765	22.372,69
DESPESAS DE LUBRIFICANTES	6.762,85	0,2054	1.127,14
DESPESAS COM MATERIAL DE RODAGEM	8.666,04	0,2632	1.444,34
DESPESAS COM PEÇAS E ACESSÓRIOS	31.941,60	0,9700	5.323,60
CUSTOS AMBIENTAIS	6.114,77	0,1950	1.019,13
DESPESAS COM ARLA 32	2.286,34	0,0694	381,06
TOTAL DE CUSTOS VARIÁVEIS (R\$)	190.007,73	5,7702	31.667,96



4. CUSTOS FIXOS

4.1. DESPESAS COM PESSOAL

4.1.1. DESPESAS COM PESSOAL DE OPERAÇÃO & MANUTENÇÃO

Descrição	Despesas	Custo/km	Custo/veíc.
Operação			
Motorista Básico C/Ar Cond.	45.609,46	1,3851	7.601,58
Total Despesas com Pessoal de Operação	45.609,46	1,3851	7.601,58
Manutenção			
Pessoal de Manutenção	8.753,37	0,2658	1.458,90

4.1.2. DESPESAS COM PESSOAL ADMINISTRATIVO

Descrição	Despesas	Custo/km	Custo/veíc.
Pessoal Administrativo	29.934,39	0,9091	4.276,34

4.1.3. DESPESAS COM BENEFÍCIOS

Descrição	Despesas	Custo/km	Custo/veíc.
Benefícios Com Pessoal	6.105,60	0,1854	872,23

4.1.4. DESPESAS COM REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA

Descrição	Despesas	Custo/km	Custo/veíc.
Pró-Labore da Diretoria	6.000,00	0,1822	857,14

4.2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

4.2.1. DESPESAS GERAIS

Descrição	Despesas	Custo/km	Custo/veíc.
Gerais e Administrativas	25.265,20	0,7673	3.609,31
Locação Garagem	12.000,00	0,3644	1.714,29
Seguro Obrigatório e Licenciamento	104,01	0,0032	14,86
Seguro de Responsabilidade Civil	2.422,22	0,0736	346,03
Total Despesas	39.791,44	1,2084	5.684,49

4.2.2. OUTROS CUSTOS VINCULADOS À CONCESSÃO - SIST. TECNOLÓGICOS (LOCAÇÃO)

Descrição	Despesas	Custo/km	Custo/veíc.
SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA - SBE	11.329,50	0,3441	1.618,50
SISTEMA DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DA FROTA - CCO	1.149,68	0,0349	164,24
SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO USUÁRIO - SIU	434,00	0,0132	62,00
SERVIÇOS	275,87	0,0084	39,41
DATA CENTER EM NUVEM PARA GESTÃO	1.410,99	0,0428	201,57
WI-FI e CALL CENTER	2.846,70	0,0864	406,67
TELEMETRIA	245,00	0,0074	35,00
Total Despesas	17.691,74	0,5373	2.527,39

4.3. DEMONSTRATIVOS DOS CUSTOS DE CAPITAL EM VEÍCULOS

Descrição	Básico C/Ar Cond.
Valor Residual	10,0%
Taxa de Remuneração	14,75%

Nota:

Método Cole de depreciação: soma dos dígitos decrescentes

Método de remuneração: deduzida a depreciação



4.3.1. DEPRECIAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA

Básico C/Ar Cond.	FAIXA ETÁRIA	Quantidade	Fator	Vlr Anual
	00 a 01 ano		0,20000	-
	01 a 02 anos		0,17500	-
	02 a 03 anos	7	0,15000	1.100.659,35
	03 a 04 anos		0,12500	-
	04 a 05 anos		0,10000	-
	05 a 06 anos		0,07500	-
	06 a 07 anos		0,05000	-
	07 a 08 anos		0,02500	-
	08 a 09 anos		0,00000	-
	09 a 10 anos		0,00000	-
	> 10 anos		0,00000	-
	Total	7		1.100.659,35
		Despesa/Mês	Custo/km	Veículo/Mês
Depreciação de Veículos - Básico C/Ar Cond.		91.721,61	2,7854	13.103,09
RESUMO DO CUSTO DEPRECIAÇÃO PONDERADO				
	Frota	P/veículos mês	Total mês	Custo Ponderado
Básico C/Ar Cond.	7	13.103,09	91.721,61	13.103,09
		Despesa/Mês	Custo/km	Veículo/Mês
		91.721,61	2,7854	13.103,09

4.3.2. DEPRECIAÇÃO DE MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Descrição	Despesas	Custo/km	Custo/veíc.
Despesas com Deprec. de Máquinas e Equip.	8.943,65	0,0226	1.277,66
Depreciação Equipamentos de ITS	780,06	0,0237	111,44
Depreciação Garagem (pátio/edificações/Inst Garagem)	1.714,30	0,0521	244,90
Total Despesas	11.438,02	0,0984	1.634,00

4.3.3. REMUNERAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA

Básico C/Ar Cond.	FAIXA ETÁRIA	Quantidade	Fator	Vlr Anual
	00 a 01 ano		0,1475	-
	01 a 02 anos		0,1180	-
	02 a 03 anos	7	0,0922	676.446,89
	03 a 04 anos		0,0701	-
	04 a 05 anos		0,0516	-
	05 a 06 anos		0,0369	-
	06 a 07 anos		0,0258	-
	07 a 08 anos		0,0184	-
	08 a 09 anos		0,0148	-
	09 a 10 anos		0,0148	-
	> 10 anos		0,0148	-
	Total	7		676.446,89
		Despesa/Mês	Custo/km	Veículo/Mês
Veículos - Básico C/Ar Cond.		56.370,57	1,7119	8.052,94
RESUMO DO CUSTO PONDERADO				
	Frota	P/veículos mês	Total mês	Custo Ponderado
Básico C/Ar Cond.	7	8.052,94	56.370,57	8.052,94
		Despesa/Mês	Custo/km	Veículo/Mês
		56.370,57	1,7119	8.052,94



4.3.4. REMUNERAÇÃO MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Descrição	Despesas	Custo/km	Custo/veíc.
Remuneração de Máquinas, Equipamentos e Inst.	3.664,41	0,1113	523,49

4.3.5. REMUNERAÇÃO DE MATERIAL DE ALMOXARIFADO

Descrição	Despesas	Custo/km	Custo/veíc.
Remuneração de Material de Almojarifado	2.748,31	0,0835	392,62

RESUMO DOS CUSTOS FIXOS

Descrição	Despesas	Custo/km	Custo/veíc.
DESPESAS COM PESSOAL DE OPERAÇÃO	45.609,46	1,3851	7.601,58
DESPESAS COM PESSOAL DE MANUTENÇÃO	8.753,37	0,2658	1.458,90
DESPESAS COM PESSOAL ADMINISTRATIVO	29.934,39	0,9091	4.276,34
DESPESAS COM BENEFÍCIOS	6.105,60	0,1854	872,23
DESPESAS COM REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA	6.000,00	0,1822	857,14
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	25.265,20	0,7673	3.609,31
DESPESAS COM LOCAÇÃO DE GARAGEM	12.000,00	0,3644	1.714,29
DESPESAS COM SISTEMAS TECNOLÓGICOS	17.691,74	0,5373	2.527,39
DESPESAS COM SEGURO E LICENCIAMENTO	2.526,24	0,0767	360,89
DEPRECIAÇÃO DE VEÍCULO DA FROTA	91.721,61	2,7854	13.103,09
DEPRECIAÇÃO DE MÁQ., INSTAL., EQUIP. e GARAGEM	11.438,02	0,3474	1.634,00
REMUNERAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA	56.370,57	1,7119	8.052,94
REMUNERAÇÃO DE MÁQ., INSTAL., EQUIP.	3.664,41	0,1113	523,49
REMUNERAÇÃO DE MATERIAL DE ALMOXARIFADO	2.748,31	0,0835	392,62
TOTAL DE CUSTOS VARIÁVEIS (R\$)	319.828,92	9,7126	46.984,20

5. TOTALIZAÇÃO DAS DESPESAS E CUSTOS

5.1. QUADRO RESUMO DAS DESPESAS E CUSTOS SEM TRIBUTAÇÃO

Descrição	Despesas	Custo/km	%
Despesas de Operação	190.007,73	5,7795	37,3%
Combustível	134.236,13	4,0765	26,3%
Lubrificantes	6.762,85	0,2054	1,3%
Material de Rodagem	8.666,04	0,2632	1,7%
Pecas e Acessórios	31.941,60	0,9700	6,3%
Consumo de ARLA 32	2.286,34	0,0694	0,4%
Custos Ambientais	6.114,77	0,1950	1,2%
Despesas de Operação - Pessoal	96.402,82	2,9276	18,9%
Pessoal Operação	45.609,46	1,3851	8,9%
Pessoal Manutenção	8.753,37	0,2658	1,7%
Pessoal Administrativo	29.934,39	0,9091	5,9%
Benefícios Sociais	6.105,60	0,1854	1,2%
Remuneração de Diretoria	6.000,00	0,1822	1,2%
Despesas Administrativas	57.483,18	1,7457	11,3%
Gerais e Administrativas	25.265,20	0,7673	5,0%
Locação Garagem	12.000,00	0,3644	2,4%
Sistemas de Tecnologia	17.691,74	0,5373	3,5%
Seguros (Obrigatório, resp. Civil e Licenc)	2.526,24	0,0767	0,5%
Custo de Capital - Depreciação	103.159,63	3,1328	20,2%
Veículos da frota Operacional	91.721,61	2,7854	18,0%
Máquinas instalações e equip. de garagem	11.438,02	0,3474	2,2%
Custo de Capital - Remuneração	62.783,29	1,9066	12,3%



5.2.CÁLCULO DOS TRIBUTOS

ISS - Imposto Sobre Serviços	3,50%	20.833,96
INSS	1,60%	9.524,09
PIS/COFINS	9,25%	55.061,17
TOTAL DE PERCENTUAL DE TAXAS	14,35%	
FATOR DE EQUIVALÊNCIA	0,8565	
TOTAL DOS TRIBUTOS		85.419,22

5.3. TOTALIZAÇÃO DAS DESPESAS E CUSTOS COM TRIBUTAÇÃO

Descrição	Despesas	Custo/km	%
Despesas de Operação	221.842,07	6,7369	37,3%
Combustível	156.726,36	4,7595	26,3%
Lubrificantes	7.895,91	0,2398	1,3%
Material de Rodagem	10.117,97	0,3073	1,7%
Peças e Acessórios	37.293,17	1,1325	6,3%
Consumo de ARLA 32	2.669,40	0,0811	0,4%
Custos Ambientais	7.139,26	0,2168	1,2%
Despesas de Operação - Pessoal	112.554,37	3,4181	18,9%
Pessoal Operação	53.250,97	1,6171	8,9%
Pessoal Manutenção	10.219,93	0,3104	1,7%
Pessoal Administrativo	34.949,67	1,0614	5,9%
Benefícios Sociais	7.128,55	0,2165	1,2%
Remuneração de Diretoria	7.005,25	0,2127	1,2%
Despesas Administrativas	67.114,04	2,0381	11,3%
Gerais e Administrativas	29.498,19	0,8958	5,0%
Locação Garagem	14.010,51	0,4255	2,4%
Sistemas de Tecnologia	20.655,86	0,6273	3,5%
Seguros (Obrigatório, resp. Civil e Licenc)	2.949,49	0,0896	0,5%
Custo de Capital - Depreciação	120.443,23	3,6576	20,2%
Veículos da frota Operacional	107.088,86	3,2521	18,0%
Máquinas instalações e equip. de garagem	13.354,37	0,4055	2,2%
Custo de Capital - Remuneração	73.302,15	2,2260	12,3%
Veículos da frota Operacional	65.815,03	1,9987	11,1%
Máquinas Instalações Equip. de Garagem	4.278,36	0,1299	0,7%
Materiais de Almoxarifado	3.208,77	0,0974	0,5%
TOTAL DESPESAS E CUSTOS (com tributos)	595.255,87	18,0768	100,0%

6.RESUMO DO CÁLCULO REFERENCIAL MENSAL

Totalização dos Custos	595.255,87
CUSTO POR QUILOMETRO	18,0768
Valor por Carro	85.036,55
Frota Total (inclui reserva técnica de 1 veículo)	7
Km Total (inclui km ociosa estimada)	32.929
VALOR DO CONTRATO ANUAL	R\$ 7.143.070,45



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2026
PROCESSO Nº 032/2026

ANEXO V – MATRIZ DE RISCO

ITEM	Descrição do Risco	Tipo de Risco	Atribuição do Risco	
			Contratada	Município
1	Alterações (criação, extinção, aumento ou diminuição de alíquotas) tributárias ou de encargos legais sobre o serviço de transporte.	Tributário		X
2	Cumprimento com a legislação vigente e adimplemento das obrigações fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias.	Tributário	X	
3	Tumultos e comoções sociais (greves, ocupações, etc.), salvo em caso de greve de funcionários da CONTRATADA julgada legal ou negligência da CONTRATADA na proteção de seu patrimônio.	Social		X
4	Greves e paralizações de funcionários da CONTRATADA julgadas legais pelo poder judiciário.	Social	X	
5	Danos aos bens da operação por falta de segurança (vandalismo, furtos, roubos).	Social	X	
6	Multas e sanções por descumprimento das regras e condições estabelecidas no Edital e/ou Contrato.	Regulatório	X	
7	Alterações da Quilometragem percorrida da Frota de ônibus devido alterações de quantidade de linhas, frequência e horários.	Operacional		X
8	Erro de estimativa de OFERTA x DEMANDA.	Mercado		X
9	Modificação unilateral do Contrato.	Legal		X
10	Fato do príncipe ou ato da Administração	Legal		X
11	Alteração no Memorial Descritivo e/ou especificação técnicas do Contrato.	Legal		X
12	Responsabilidade Civil (acidentes, lesões, mortes, danos materiais ou morais) decorrentes da operação.	Legal	X	
13	Pagamento de indenizações e despesas devido a responsabilidade civil decorrentes da operação.	Legal	X	



ITEM	Descrição do Risco	Tipo de Risco	Atribuição do Risco	
			Contratada	Município
14	Caso fortuito e força maior.	Legal		X
15	Variação dos custos acima dos índices e da fórmula estabelecida no reajuste contratual.	Financeiro	X	X
16	Obtenção e variação dos custos de financiamentos.	Financeiro	X	
17	Variação cambial.	Financeiro	X	
18	Falta de liquidez e problemas com o capital de giro.	Financeiro	X	
19	Dívidas e inadimplência com fornecedores, funcionários e prestadores de serviços provenientes do serviço	Financeiro	X	
20	Aumento ou diminuição do custo de capital utilizado no serviço de transporte.	Financeiro	X	X
21	Erros e inadequação da Proposta.	Comercial	X	
22	Erros ou não confirmação das informações estabelecidas no Termo de Referência do Edital pelo Poder Público.	Comercial		X



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2026 PROCESSO Nº 032/2026

ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N.º ____/____ (MINUTA)

REF.: Contratação de Serviços de Transporte Coletivo.

PREÂMBULO

Pelo presente instrumento as partes, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS, com sede a Avenida Rui Barbosa n.º 926 em Assis, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 46.179.941/0001-35, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Sr. _____, _____, _____, residente à Rua _____, n.º _____, nesta cidade de Assis/SP, portador do RG n.º _____ e do CPF/MF n.º _____, e de outro lado a firma _____, estabelecida à _____ n.º _____ em _____, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____ e Inscrição Estadual n.º _____, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. _____, _____, portador do RG n.º _____ e CPF/MF n.º _____ residente e domiciliado na rua _____, n.º _____, na cidade de _____, formalizam entre si o presente ajuste, que visa a _____, descrita na cláusula primeira deste contrato, em razão do Processo n.º _____/2026 – Concorrência n.º _____/2026, já homologado e adjudicado, e na conformidade das cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A CONTRATADA, por força do presente instrumento, obriga-se a prestar serviço de transporte regular em ônibus, com motorista, todos os veículos com acessibilidade, com ar condicionado, monitoramento via GPS, Sistemas ITS, fornecimento de combustível, garagem, seguro e demais despesas necessárias para circular dentro do município de Assis, executando os itinerários das linhas de ônibus do transporte público coletivo de passageiros, em conformidade com as Ordens de Serviço emitidas pela Prefeitura do Município, de acordo com o proposto no PREGÃO ELETRÔNICO nº XXX/2026, conforme edital e anexos, que ficam fazendo parte integrante do presente instrumento, como se aqui estivessem transcritos.

1.2. O objeto do presente instrumento constitui serviço público essencial, permanentemente à disposição do usuário, devendo ser prestado em observância às condições de regularidade, continuidade, eficiência, conforto, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas, nos termos das leis municipais.

1.3. Os serviços deverão ser executados obedecendo, rigorosa, fiel e integralmente a todas as exigências, normas, especificações e condições constantes do EDITAL e do Pregão Eletrônico nº XXXXXX, bem como seus anexos

1.4. Fica obrigada a CONTRATADA a manter vigentes, durante a decorrência do CONTRATO e de suas prorrogações, todas as condições de habilitação e qualificação demonstradas no correr da licitação e, ainda, nos termos da sua proposta.

1.5. Os documentos referidos na cláusula antecedente também passam, juntamente com sua proposta, a constituir parte integrante deste CONTRATO, para todos os fins e efeitos, como se nele estivessem transcritos.

1.6. A prestação dos serviços, citados no “caput” desta cláusula compreende:

1.7. Execução de viagens de transporte público coletivo de passageiros, por meio de veículos disponibilizados para tanto, que no momento de início da operação serão organizados nas linhas apresentadas no ANEXO II – Termo de Referência, através de Ordens de Serviços Operacionais (OSOs).

1.8. Disponibilização, manutenção, remoção, guarda, abastecimento, limpeza e conservação, de acordo com os melhores procedimentos técnicos, dos ônibus convencionais básicos nos termos do ANEXO II, especificamente os itens que tratam das Especificações Básicas dos Veículos da Frota, Especificações Básicas de Garagem e serviços objeto da contratação, do Edital;

1.9. A implantação, gestão e manutenção, operação e atualização do Sistema de Rastreamento da Frota-GPS destinado a reunir os dados e informações das viagens em tempo real, nos termos do ANEXO III- Sistema de ITS do Edital

1.10. Manutenção, remoção, guarda, abastecimento, limpeza e conservação, de acordo com os melhores procedimentos técnicos, dos ônibus integrantes da frota que compõe o objeto da contratação, bem como de equipamentos embarcados e sistemas necessários ao controle e à apuração dos dados operacionais;

1.11. Call Center (0800), SBE, Rastreamento, SIU e Contador de Passageiros, conforme diretrizes constantes do ANEXO III deste edital, bem como a divulgação de informações sobre o funcionamento do serviço e de orientação e ou recebimento de reclamações dos usuários, para a sua adequada utilização;

1.12. Execução e manutenção de programas de treinamento e capacitação dos funcionários da empresa no exercício das atividades direta ou indiretamente relacionadas à realização das viagens de transporte coletivo;

1.13. Execução e manutenção de programas de aprimoramento dos processos de trabalho, visando à prestação do serviço de forma competente e adequada, com conforto e segurança aos usuários, sempre com observância aos princípios fundamentais da universalidade no atendimento, eficiência e modicidade da tarifa com garantia à acessibilidade ao transporte coletivo.

1.14. Demais obrigações decorrentes da PROPOSTA apresentada pela CONTRATADA, do EDITAL ou da legislação municipal, estadual ou federal aplicáveis.

2. DO PRAZO

2.1. O prazo de execução será de 12 (doze) meses contados do início da operação dos serviços, que se dará mediante emissão de ordem de serviço, podendo ser prorrogado conforme disposições contidas no artigo 107 da Lei Federal de Licitações nº 14.133/2021.

2.2. Caso o Município opte por conceder a execução do serviço público, o termo do presente contrato poderá ter o seu termo antecipado para a data de início da operação da concessionária após regular procedimento licitatório.

2.3. A rescisão antecipada prevista no item anterior não gerará direito de indenização ou lucros cessantes à licitante contratada.

2.4. O início da operação será de, no máximo, até **10 (dez) dias após a assinatura do contrato.**

2.4.1. A disponibilização da FROTA deverá ser feita pela CONTRATADA na garagem, que deverá informar à Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços sobre a data de entrega com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, para que seja realizada a devida fiscalização.

2.4.2. No prazo estabelecido no item anterior, a CONTRATADA contará com a infraestrutura de garagem totalmente disponível, atendendo todas as exigências estabelecidas no Anexo I do Edital.

3. DO PREÇO, VALOR DO CONTRATO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



3.1. O preço e o valor total do contrato é assim composto:

I - Valor médio por ônibus/mês	R\$
II - Valor do quilômetro rodado	R\$
III – Quantidade de Ônibus	x
IV – Quantidade de meses do contrato	12
V – Valor do Contrato por ano: Total (I x III x IV)	R\$

3.2. Em caso de devolução da documentação para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

3.3. Dos pagamentos devidos à CONTRATADA, serão descontados os valores de multas e/ou eventuais débitos daquela para com a Administração.

3.4. O valor por Ônibus será fixo e pago em todos os meses do contrato.

3.5. As medições serão realizadas mensalmente computando-se as quantidades dos serviços efetivamente executados no período, devendo ser efetuadas no primeiro dia útil do mês subsequente à operação, observando que:

3.5.1. O documento fiscal de cada mês serão entregues ao setor técnico da Prefeitura, juntamente com os respectivos documentos fiscais, até o 5º (quinto) dia do mês seguinte ao medido;

3.5.2. Deverá constar no Documento Fiscal, emitido em nome do Município de XXXXXXXXX: **PREGÃO ELETRÔNICO nº XXX/2026, nº do Processo Administrativo nº XXX/2026**, Agência Bancária e número da conta corrente para futuros pagamentos, sem o qual ele ficará retido por falta de informação fundamental.

3.6. O pagamento dar-se-á até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à operação, mediante depósito em conta corrente indicado pela licitante vencedora, cujo recibo valerá como comprovante de depósito.

3.7. Na hipótese de atraso e inadimplência o valor será corrigido pela SELIC até o efetivo pagamento.

4. DO REAJUSTE E DA REVISÃO

4.1. Caso o contrato seja prorrogado, o preço será reajustado anualmente, a contar da data da base da proposta comercial, conforme §3º artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021, de acordo com a atualização da planilha da proposta ou lance vencedor.

4.2. A repactuação do valor do contrato ocorrerá nas hipóteses da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3. Na ocorrência de "fatos supervenientes ou fatos conjunturais, não atribuíveis ao operador e não previsíveis na ocasião da realização da licitação e da celebração do ajuste "que implique na ocorrência do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, haverá revisão do preço contratado, levando em conta a estrutura e os índices técnicos, mediante atualização da planilha de custos do preço final, que fará parte integrante da relação jurídica.

4.4. Poderá a Contratada requerer à Prefeitura de Assis, por meio de pedido devidamente justificado, revisão extraordinária dos preços da prestação dos serviços, respeitando-se o procedimento e os prazos fixados no Contrato, por decorrência de uma ou mais situações a seguir exemplificadas:

4.4.1. Ocorrências de eventos excepcionais que promovam modificações imprevistas ou imprevisionáveis nos encargos da Contratada tendo como referência a situação originalmente existente quando da publicação do Edital;

4.4.2. Criação, extinção ou alteração de tributos e encargos legais, que tenham repercussão direta nas despesas da Contratada relacionada especificamente com a prestação dos serviços de transporte;

4.4.3. Sempre que houver alteração unilateral do Contrato, que comprovadamente altere os encargos da Contratada, para mais ou para menos, conforme o caso, consoante Art. 9º, § 4º. Da Lei nº 8.987/95.

4.5. São riscos assumidos pela Contratada, que não ensejam a revisão do contrato:

4.5.1. Constatação superveniente de erros ou omissões na Proposta Comercial da Contratada;



- 4.5.2. Excesso de produção quilométrica em percurso ocioso, sem o transporte de passageiros, no acesso da garagem aos pontos finais das linhas e em sentido oposto, em valores superiores a 5% da quilometragem operacional, por decorrência da escolha da posição da garagem;
- 4.5.3. Ocorrência de greves de empregados da Contratada ou a interrupção ou falha do fornecimento de materiais ou serviços pelos seus contratados;
- 4.5.4. Incidência de responsabilidade civil, administrativa, ambiental, tributária e criminal por fatos que possam ocorrer durante a prestação dos serviços;
- 4.5.5. Custos gerados por condenações ou pelo acompanhamento de ações judiciais movidas por ou contra terceiros;
- 4.5.6. Riscos decorrentes da contratação de financiamentos;
- 4.5.7. Valorização ou depreciação dos bens vinculados à concessão;
- 4.5.8. As novas linhas e serviços que forem criados pela Prefeitura no território do Município de Assis, durante a vigência do presente contrato, em função do crescimento natural da população ou da dinâmica do uso e ocupação do solo, bem como da divisão, prolongamento ou fusão de linhas, fazem parte do objeto deste contrato, de modo que tais serviços, quando criados, serão de responsabilidade da contratada, resguardando-se a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS DOS SERVIÇOS, FISCALIZAÇÃO E OPERAÇÃO

5.1. DAS ORDENS DE SERVIÇOS OPERACIONAIS

- 5.1.1. A prestação de serviço compreende a realização de viagens com uso de veículos especificados para o transporte público coletivo de passageiros, com o pessoal necessário para operá-los e mantê-los, em serviços organizados em linhas, inseridos em um Sistema Integrado de Transporte Coletivo, tudo de acordo com especificações e padrões de conformidade fixados pelo Município de Assis, através da Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços, entidade gestora do serviço de transporte no município.
- 5.1.2. As características e especificações operacionais dos serviços, tais como itinerários das linhas, frequências, horários e frota distribuída ao longo do dia, serão objeto das Ordens de Serviço de Operação – OSO expedidas pela Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços, parte integrante deste contrato.
- 5.1.3. Ao longo do prazo do contrato, as especificações operacionais das viagens de transporte coletivo (itinerário, frequência, horários e frota) poderão ser adequadas às necessidades de melhor atendimento da população, do desenvolvimento urbano e da racionalidade, por iniciativa da Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços.
- 5.1.4. Ocorrendo as modificações acima citadas, novas Ordens de Serviços serão emitidas pela Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços a fim de ficarem conformes.
- 5.1.5. Os serviços deverão ser prestados ininterruptamente pela CONTRATADA durante todo o período do contrato, de forma adequada ao pleno atendimento dos USUÁRIOS, em conformidade com os termos das Leis Federais nº. 14.133/21 e 12.587/12 e da Lei Municipal nº 05/2015.
- 5.1.6. A CONTRATADA somente poderá efetuar alterações nos itinerários em casos estritamente necessários, por motivos eventuais devidamente compatíveis, de impedimentos de vias e logradouros, as quais deverão cessar imediatamente após o término dos mesmos, sempre, mediante prévia autorização da autoridade responsável pela fiscalização dos serviços.

5.2. DA DISPONIBILIDADE DE FROTA

- 5.2.1. O serviço deverá ser executado exclusivamente com veículos tipo ônibus convencional básico, sendo que a frota vinculada será composta por 7 (sete) veículos, sendo 6 (seis) operacionais e 1 reserva.

5.2.2. Durante a vigência do contrato, considerando eventual prorrogação do período inicial, a idade máxima, individual, admitida dos veículos, não poderá ser superior a 5 anos.

5.2.3. A CONTRATADA deverá manter frota que atenda plenamente as ordens de serviço expedidas.

5.2.4. Se, por qualquer motivo a CONTRATADA não puder efetuar o serviço com os veículos mencionados na cláusula anterior, obriga-se a substituí-los por outro em iguais condições de conforto, segurança e lotação imediatamente, sob pena de descontos dos dias parados e aplicação das penalidades contratuais.

5.2.5. A Prefeitura Municipal de Assis procederá à vistoria dos veículos, e emitirá o respectivo laudo confirmatório do atendimento das condições do EDITAL.

5.2.6. Os veículos disponibilizados deverão ser cadastrados junto à Secretaria Municipal de Planejamento Obras e Serviços, devendo, ainda, atender à condição de estarem vinculados com exclusividade à operação do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Assis.

5.2.7. Os veículos a serem vistoriados deverão atender obrigatoriamente às especificações técnicas constantes do Anexo II, Anexo III do Edital, devendo obrigatoriamente, estarem equipados para início da operação com acessibilidade, com ar condicionado, monitoramento via GPS, Sistemas ITS, contador de passageiros.

5.2.8. Todos os veículos deverão possuir o respectivo laudo de vistoria antes do início da operação.

5.2.9. Todos os veículos da frota, no início da operação, deverão estar adequados aos preceitos de acessibilidade universal conforme dispõem as Leis Federais 10.048, de 08/11/2000 e 10.098 de 19/12/2000 e o Decreto federal 5.296/04; ao Código de Trânsito Brasileiro-CTB e demais normas da legislação federal pertinente (CONTRAN, CONMETRO, CONAMA).

5.2.10. Todos os veículos deverão possuir padronização de cores e codificação da programação visual, devendo a Contratada apresentar projeto visual de layout de pintura externa da frota para a aprovação da Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços.

5.2.11. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, alterar a quantidade de veículos vinculados aos serviços, aumentando-a ou diminuindo, em função da necessidade do atendimento dos usuários, resguardando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.2.12. Havendo necessidade de ampliação da frota ou de alteração de sua especificação, a CONTRATADA será informada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, observadas as especificidades do mercado e as alterações determinadas, devendo a mesma se manifestar em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da comunicação.

5.3. DA OPERAÇÃO

5.3.1. A CONTRATADA se obriga a colocar permanentemente a disposição do usuário os serviços contratados, em conformidade com o presente instrumento, com o EDITAL e seus ANEXOS, com a Ordem de Serviço Operacional – OSO e de acordo com as normas e procedimentos pertinentes.

5.3.2. A CONTRATADA somente poderá efetuar alterações nos itinerários em casos estritamente necessários, por motivos eventuais, devidamente compatíveis, de impedimento de vias e logradouros, as quais deverão cessar imediatamente após o término dos mesmos.

5.3.3. É proibida a interrupção das viagens, salvo em caso fortuito ou de força maior.

5.3.4. A CONTRATADA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades acessórias ou complementares ao serviço contratado, conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 25 da Lei 8.987/1995.

5.3.5. A CONTRATADA será responsável pelos atos praticados pelo terceiro contratado, respondendo junto a CONTRATANTE pelo serviço prestado.

5.3.6. A contratação de terceiros não configurará o instituto da subcontratação, nem acarretará nenhum vínculo do terceiro contratado e seus prepostos com a CONTRATANTE.

5.4. DAS INSTALAÇÕES DE GARAGEM

5.4.1. Caberá à CONTRATADA implantar, fazer as adequações necessárias e manter em perfeitas condições de funcionamento, durante todo o prazo do contrato para os veículos, instalações de garagem, própria ou não, compatíveis com o porte e as características da prestação dos serviços.

5.4.2. A garagem deverá atender às especificações do ANEXO II do Edital.

5.4.3. A CONTRATADA poderá, além da garagem, dispor de instalações avançadas para apoio à operação das linhas, destinadas a oferecer facilidades operacionais para o pessoal a serviço, e estacionamento temporário de veículos.

5.4.4. O Termo de Referência considerou a instalação de 1 garagem, ficando franqueado à licitante vencedora a opção de possuir a quantidade de garagens e pontos de apoio que melhor lhe convier.

5.5. DOS SISTEMAS TECNOLÓGICOS

5.5.1. Os equipamentos de tecnologia embarcados ou não, e a arquitetura dos sistemas Inteligentes de Transportes-ITS a ser instalado e operacionalizada pela Contratada, contemplam três sistemas distintos, além de outros dispositivos, quais sejam:

a) Sistema de Bilhetagem Eletrônica-SBE.

b) Sistema de Rastreamento da Frota-GPS, em tempo real.

e) Sistema de Informação ao Usuário – SIU, em tempo real.

f) Dispositivos: Contador de Passageiros, Telemetria, Call Center e Web Site.

5.5.2. Deverá ser instalado na forma e condições especificadas no ANEXO III, o Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE), destinado ao controle do uso do serviço de transporte coletivo.

5.5.3. A empresa Contratada deverá implantar o Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE), em todos os seus veículos e garagem, bem como a central de cadastro e demais serviços para que possa iniciar a operação com os veículos, em um prazo de 30 dias.

5.5.4. Caberá à Contratada operar os módulos de validação e retaguarda do SBE, além da aquisição e instalação de toda a infraestrutura de comunicação necessária ao pleno funcionamento do SBE, interligando os equipamentos e sistemas que compõem todos os módulos do SBE.

5.5.5. A Contratada deverá também instalar na forma e condições especificadas no ANEXO III, o Sistema de Rastreamento da Frota (GPS), baseado no conceito de centralização do controle da operação dos ônibus, com o uso de sistemas e equipamentos tecnológicos que permitam a identificação do posicionamento dos veículos de forma a controlar as viagens e atuar sobre a regularidade das mesmas.

5.5.6. Deverá ainda dispor de Call Center-0800, os quais se destinam às reclamações, sugestões, serviço de atendimento por internet e por telefone, quando da divulgação de linhas, trajetos, horários disponibilizados aos usuários, bem como, auxiliar nas situações pertinentes aos cartões eletrônicos “*smart card*” e de sistema de contagem de passageiros.

5.5.7. Os Sistemas Inteligentes de Transporte (SBE, Rastreamento via GPS, SIU, *Call Center* e Contador de Passageiros), deverão estar plenamente disponíveis e operacionais no início da prestação dos serviços de prestação de serviço de veículos, a contar da Ordem de Serviço.

5.5.8. A Contratada responsabilizar-se-á pelo provimento, implantação, manutenção, atualização, capacitação de sua equipe técnica, disponibilização de equipamentos, dispositivos, hardwares e softwares necessários à operacionalização dos sistemas ITS.

5.5.9. Responsabilizar-se-á ainda pela capacitação da equipe técnica para a adequada operacionalização dos sistemas.

5.5.10. A Prefeitura de Assis /Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços poderá, a qualquer tempo, submeter o SBE implantado pela Contratada à auditoria, própria ou de terceiros por ela contratada.

5.6. DO PESSOAL



5.6.1. Para a prestação dos serviços, a contratada deverá empregar pessoas idôneas, devidamente habilitadas e capacitadas físico, mental e psicologicamente e com comprovada experiência para as funções de operação, manutenção, controle operacional e relacionamento com o público, sendo essas contratações regidas pelo direito privado e legislação trabalhista, não havendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela empresa e a Administração Pública.

5.6.2. O pessoal da CONTRATADA deverá se apresentar nos locais de serviço com uniforme, identificação e equipamentos de segurança previstos na legislação.

5.6.3. Os agentes de fiscalização poderão determinar em situações de urgência ou de comprometimento da segurança do usuário o afastamento imediato, em caráter preventivo, de qualquer funcionário da CONTRATADA.

5.6.4. Será permitido contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço objeto desta Licitação, bem como a implementação de projetos associados, nos termos do § 1º do art. 25 da Lei 8.987/95

5.7. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.7.1. O controle das viagens executadas e a fiscalização do serviço serão de competência da Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços, incluindo o estado de manutenção e conservação das suas instalações e frota, dos atos de seus empregados e prepostos e demais aspectos que interfiram na qualidade da prestação dos serviços, de acordo com as condições estabelecidas na legislação e nas regulamentações vigentes ou que vierem a ser definidas pela Prefeitura Municipal da de Assis.

6. DAS FORMAS E COBRANÇA DE TARIFA

6.1.1. O Município de Assis atualmente adota o modelo de **Tarifa Pública Zero**, que isenta todos os usuários do pagamento de tarifa em qualquer linha do transporte coletivo municipal. Porém caso o município decida pela cobrança, a CONTRATADA somente poderá cobrar dos usuários as tarifas fixadas pela CONTRATANTE, nos termos do Decreto emitido pelo Poder Público Municipal.

6.1.2. Caso haja a cobrança de tarifa, os valores serão afixados em lugar visível no veículo, de modo a assegurar o seu adequado conhecimento pelo público.

7. DA RESPONSABILIDADE

7.1. A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente por todo e qualquer prejuízo ou dano que vier a ser causado ao município ou terceiros em virtude da prestação de seus serviços.

8. DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A CONTRATANTE, através da Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços prestados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade que é única e exclusiva do(a) CONTRATADO(A).

8.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas à execução dos serviços deverão ser registradas pela Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços.

9. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DOS USUÁRIOS

9.1. São direitos dos usuários, além daqueles previstos no Código de Defesa do Consumidor (CDC):

9.1.1. Ser transportado com segurança, conforto, condições de acessibilidade e higiene nas linhas e itinerários fixados pela CONTRATANTE, em velocidade compatível com as normas legais;

9.1.2. Ser transportado em veículos com boas condições de manutenção e limpeza;

- 9.1.3.** Ter prioridade, por ocasião do planejamento do sistema de tráfego nas vias públicas, sobre o transporte individual;
- 9.1.4.** Ser tratado com urbanidade e respeito pela CONTRATADA, através de seus prepostos e funcionários, bem como pela fiscalização da CONTRATANTE;
- 9.1.5.** Usufruir do transporte coletivo com regularidade de itinerário e frequência de viagens compatíveis com a demanda do serviço;
- 9.1.6.** Ter acesso fácil e permanente às informações sobre o itinerário, horário e outros dados pertinentes à operacionalização do serviço; e
- 9.1.7.** Receber respostas ou esclarecimentos a reclamações formuladas.
- 9.1.8.** Ser transportado com segurança, conforto, condições de acessibilidade e higiene nas linhas e itinerários fixados pela CONTRATANTE, em velocidade compatível com as normas legais;
- 9.1.9.** Ser transportado em veículos com boas condições de manutenção e limpeza;
- 9.1.10.** Ter prioridade, por ocasião do planejamento do sistema de tráfego nas vias públicas, sobre o transporte individual;
- 9.1.11.** Ser tratado com urbanidade e respeito pela CONTRATADA, através de seus prepostos e funcionários, bem como pela fiscalização da CONTRATANTE;
- 9.1.12.** Usufruir do transporte coletivo com regularidade de itinerário e frequência de viagens compatíveis com a demanda do serviço;
- 9.1.13.** Ter acesso fácil e permanente às informações sobre o itinerário, horário e outros dados pertinentes à operacionalização do serviço; e
- 9.1.14.** Receber respostas ou esclarecimentos a reclamações formuladas.
- 9.2.** Os usuários dos serviços terão o direito de ser informados, em linguagem acessível e de fácil compreensão, sobre:
- 9.2.1.** Seus direitos e responsabilidades;
- 9.2.2.** Os direitos e obrigações dos operadores dos serviços; e
- 9.2.3.** Os padrões preestabelecidos de qualidade e quantidade dos serviços oferecidos, bem como os meios para reclamações e respectivos prazos de resposta.
- 9.3.** São obrigações dos usuários, além daquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor (CDC):
- 9.3.1.** Levar ao conhecimento da CONTRATANTE e da CONTRATADA as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes à execução do contrato;
- 9.3.2.** Comunicar a CONTRATANTE os atos ilícitos praticados pela CONTRATADA;
- 9.3.3.** Zelar e não danificar os veículos e equipamentos utilizados para prestação dos serviços;
- 9.3.4.** Contribuir para a permanência das boas condições dos veículos;
- 9.3.5.** Não transportar animais (exceto cão guia) ou produtos que comprometam a segurança e conforto dos demais usuários;
- 9.3.6.** Não comercializar, panfletar ou pedir esmolas no interior dos veículos, pontos de ônibus, e terminais de integração;
- 9.3.7.** Comportar-se de modo adequado, respeitando os demais usuários, fiscais e operadores;
- 9.3.8.** Identificar-se quando usuário isento, conforme Legislação vigente; e
- 9.3.9.** Não utilizar o sistema de modo que venha comprometer a higiene dos veículos, terminais e seus ocupantes.
- 9.4.** São direitos da CONTRATANTE, além de outros previstos nas normas aplicáveis ao serviço público de transporte coletivo:
- 9.4.1.** O livre exercício de suas atividades de gerenciamento, respeitadas as competências e determinações expressas na legislação, e demais atos normativos;

- 9.4.2. O livre acesso às instalações da CONTRATADA e aos seus veículos, desde que para exercício de suas atividades de gerenciamento do serviço de transporte coletivo;
- 9.4.3. O acatamento por parte dos operadores e de seus prepostos, das instruções, normas e especificações emitidas;
- 9.4.4. O recebimento dos valores eventualmente devidos pela CONTRATADA, na ocorrência de superavit;
- 9.4.5. Promover a alteração unilateral do contrato, de modo a zelar pela adequação e expansão do serviço público, com a necessária modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações, assegurada, quando for o caso, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

9.5. São obrigações da CONTRATANTE:

- 9.5.1. Planejar o Sistema de Transporte Coletivo e especificar o serviço correspondente, considerando as necessidades da população;
- 9.5.2. Estabelecer as normas da operação e padronização da operação dos serviços de transporte;
- 9.5.3. Exercer amplo, irrestrito e permanente acompanhamento e fiscalização de todas as fases de execução dos serviços objeto deste contrato, por intermédio da Fiscalização, tomando as providências necessárias à sua regularização;
- 9.5.4. Decidir sobre a criação, fusão ou extinção de linhas, alterações de itinerários, alteração de tabelas de horários ou de quaisquer outros aspectos operacionais dos serviços;
- 9.5.5. Realizar as apurações relativas ao Sistema de Controle da Qualidade;
- 9.5.6. Garantir livre acesso à população das informações sobre o serviço de transporte;
- 9.5.7. Receber e analisar as propostas e solicitações da CONTRATADA, informando-a de suas conclusões;
- 9.5.8. Advertir a CONTRATADA e, quando for o caso, aplicar as sanções administrativas cabíveis, sempre que observar irregularidade(s);
- 9.5.9. Estimular a racionalização, a eficiência e a melhoria constante dos serviços, zelar pela conservação do meio ambiente, na prestação dos serviços e na infraestrutura a ele associados;
- 9.5.10. Intervir na prestação dos serviços, quando houver riscos de descontinuidade;
- 9.5.11. Homologar os reajustes e proceder às revisões tarifárias, enquanto legalmente competente;
- 9.5.12. Avaliar e decidir a respeito dos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

9.6. São direitos da CONTRATADA, além de outros previstos nas normas aplicáveis ao serviço público de transporte coletivo:

- 9.6.1. Garantia de ampla defesa na aplicação das penalidades previstas no Contrato e na legislação, respeitados os prazos, formas e meios específicos;
- 9.6.2. Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, respeitados os princípios legais e regulamentares que regem a forma de exploração do serviço;
- 9.6.3. Garantia de análise nos prazos definidos, por parte da Secretaria de Planejamento, Obras e Serviços, das propostas apresentadas em relação à especificação dos serviços, à organização da operação e a recursos relativos ao sistema de avaliação da qualidade;
- 9.6.4. Recebimento de respostas em relação às consultas formuladas nos prazos fixados;
- 9.6.5. Receber o valor devido pelo serviço prestado, conforme EDITAL e seus ANEXOS, proposta e este contrato.

9.7. São obrigações da CONTRATADA :

- 9.7.1. Fornecer e conservar todo veículo necessário à execução dos serviços.



- 9.7.2. A Fiscalização poderá exigir por inadequada ou sem condições de uso, a substituição imediata de quaisquer veículos que se revelarem inadequados e/ou impróprios para a prestação dos serviços objetivados;
- 9.7.3. Manter os veículos utilizados na execução dos serviços, sempre em perfeitas condições de uso, funcionamento e limpeza.
- 9.7.4. Observar o disposto neste edital em todos os seus termos.
- 9.7.5. Executar todos os serviços contratados, necessários a permitir a perfeita prestação dos serviços objetivados nesta licitação e qualquer alteração determinada pela municipalidade.
- 9.7.6. Obedecer rigorosamente, a sua proposta e ao disposto nas especificações técnicas e legais pertinentes.
- 9.7.7. Executar os serviços com toda a perfeição técnica, não se aceitando qualquer justificativa para serviços mal executados ou alegação de inexistência de veículo(s), bem como mão de obra especializada.
- 9.7.8. Comunicar à **PREFEITURA**, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na execução dos serviços objetivados na presente licitação.
- 9.7.9. A contratada arcará com todas as despesas (pessoal, combustível, etc.) para a execução dos serviços.
- 9.7.10. A licitante deverá fazer prova de posse idônea ou propriedade da frota, no prazo máximo de até 20 (vinte) dias após a assinatura do contrato.
- 9.7.11. A empresa vencedora deverá atender às exigências legais para transporte;
- 9.7.12. Obrigatoriamente, o motorista deverá, sempre que necessário, permitir e facilitar a fiscalização por parte desta Prefeitura em seu veículo e rota/trajeto, sendo expressamente proibido o motorista barrar ou dificultar a entrada do fiscal ou responsável pela fiscalização no interior do veículo;
- 9.7.13. Operar sempre as rotas determinadas pela contratante;
- 9.7.14. Manter, durante toda a vigência do contrato, instalações adequadas, para abrigar os veículos.
- 9.7.15. Caso seja necessário a Contratante poderá realizar vistorias nos veículos da contratada visando o pleno atendimento do edital, substituição imediata do(s) veículo(s) se necessário;
- 9.7.16. Providenciar o imediato afastamento e substituição do profissional (motorista) que não atender as necessidades do Serviço;
- 9.7.17. Substituir o motorista alocado para a prestação dos serviços durante as ausências decorrentes de férias, por motivo de saúde ou outro motivo qualquer;
- 9.7.18. Não é permitido ao motorista o uso de bermuda, camiseta sem mangas e/ou sandálias quando em serviço, devendo a Contratada fornecer uniforme e EPI necessários, seja ao motorista;
- 9.7.19. Os veículos deverão ser mantidos sempre limpos e conservados;
- 9.7.20. Os veículos deverão possuir todos os acessórios obrigatórios por lei em perfeito funcionamento, bem como a documentação em ordem;
- 9.7.21. Será proibido diminuir o número de assentos/bancos dos veículos, diminuindo assim os lugares para os passageiros. O número de assentos dos veículos deverão ser iguais a capacidade contida nos documentos dos veículos;
- 9.7.22. Qualquer alteração na quilometragem ou trajeto, em caso fortuito, será comunicado imediatamente pela Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços, e em caso da impossibilidade da realização da rota programada pela contratada, por fato superveniente ou de força maior, deverá a contratada comunicar imediatamente a Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços;
- 9.7.23. Os pontos iniciais e finais das linhas e os trajetos serão definidos nas ordens de serviço;
- 9.7.24. A contratada deverá identificar através de placa e/ou itinerário eletrônico que o veículo está prestando serviços ao município de Assis - "A SERVIÇOS DA PREFEITURA DE ASSIS".
- 9.7.25. Os serviços deverão ser prestados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas de acordo com o Edital, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa, com a aplicação das penalidades contratuais;



9.7.26. A empresa vencedora será submetida a fiscalização realizada pela **PREFEITURA**, no que se refere aos veículos, devendo apresentar os laudos técnicos de vistoria veicular previstos em lei;

9.7.27. Os veículos colocados em operação deverão estar assegurados para cobertura de eventual sinistro, considerando cobertura para danos pessoais e materiais a passageiros e terceiros, será de inteira responsabilidade da contratada as indenizações, isentando assim qualquer obrigação do município perante a sinistros.

9.7.28. A empresa vencedora deverá manter Sistema de Bilhetagem Eletrônica durante toda a vigência do contrato.

10.DA RESCISÃO

10.1. A CONTRATANTE, poderá rescindir o contrato:

- I. Por não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- II. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- III. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da realização do serviço, nos prazos estipulados;
- IV. O atraso injustificado no início da execução do objeto;
- V. A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VII. O cometimento reiterado de faltas na sua execução
- VIII. A decretação de falência, concordata ou recuperação judicial;
- IX. A dissolução da sociedade;
- X. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- XI. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- XII. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Na hipótese de descumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas ou de infringência de preceitos legais pertinentes, serão a ela aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, as penalidades descritas no edital, cujo teor faz parte integrante deste contrato.

11.2. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração

11.3. Todas as sanções previstas no edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, sendo que no caso de indeferimento da defesa cabe recurso com efeito suspensivo em igual prazo.

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº

14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.10. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado neste contrato.

11.11. Sem prejuízo das sanções acima, ainda classificadas como penalidades possíveis de serem aplicadas as que seguem:

11.11.1 - São infrações leves imputadas à Contratada, com penalidade de multa no importe de R\$ 200,00 (Duzentos Reais) recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial, as seguintes condutas:

- a) utilizar veículo fora da padronização;
- b) fumar ou conduzir acesos cigarros e assemelhados;
- c) conduzir o veículo trajado inadequadamente;
- d) omitir informações solicitadas pelo Município;
- e) deixar de fixar informativo padronizado na parte interna do veículo, em lugar visível aos usuários, contendo a capacidade máxima do veículo e os meios de comunicação com o Município;

11.11.2 - São infrações médias imputadas à Contratada, com penalidade de multa no importe de R\$ 300,00 (Trezentos Reais), recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial as seguintes condutas:

desobedecer as orientações da fiscalização;

- a) conduzir o veículo sem identidade fornecida pela Administração;
- b) faltar com educação e respeito para com os usuários e público em geral;
- c) abastecer o veículo, quando estiver transportando passageiros;
- d) deixar de realizar a vistoria no prazo estabelecido, salvo motivo justificado;
- e) manter o veículo em más condições de conservação e limpeza;
- f) deixar de comunicar ao Município as alterações de endereço, e-mail e telefone da Contratada;
- g) trafegar com portas abertas;
- h) trafegar sem portar Alvará de Tráfego;
- i) desobedecer às normas e regulamentos do Município;

11.11.3 - São infrações graves imputadas à Contratada, com penalidade de multa no importe de R\$ 1.200,00 (Um Mil e Duzentos Reais) recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial e recolhimento do veículo, as seguintes condutas:

- a) confiar a direção dos veículos a motoristas que não estejam devidamente habilitados;
- b) negar a apresentação dos documentos à fiscalização;
- c) não comparecer a 2 (duas) vistorias consecutivas, sem justificativa;
- d) deixar de garantir a oferta de Transporte.

11.11.4 - É considerada infração gravíssima imputada à Contratada, com penalidade de multa no importe de R\$ 1.500,00 (Um Mil e Quinhentos Reais) recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial e recolhimento do veículo, a conduta de colocar em operação veículo não autorizado, sem motivo previamente justificado.

11.11.5 - Constituem infrações absolutamente incompatíveis com a prestação do serviço de utilidade pública de Transporte passíveis de extinção do contrato:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas
- b) contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- c) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- d) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- e) decretação de falência ou dissolução da sociedade;

11.11.6 - Comete ainda infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;
- e) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - e.1) - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação no prazo estabelecido;
 - e.2) - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - e.3) - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - e.4) - apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
 - e.5) - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, inclusive quanto a documentação visando a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das micro e pequenas empresas;
 - e.6) - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - e.7) - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - e.8) - fraudar a licitação;
 - e.9) - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - e.9.1) - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - e.9.2) - induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - e.9.4) - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - e.9.5) - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

11.11.7 - Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12. CESSÃO



12.1. A cessão do contrato dependerá de anuência prévia da Administração e o cessionário deverá demonstrar atender todos os requisitos de habilitação previstos no edital e se comprometer com todas as obrigações previstas no edital e neste contrato.

13. DOS CASOS OMISSOS

13.1. Aplicar-se-á Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, e demais legislações que norteiam a matéria, para os casos porventura omissos neste termo de contrato.

14. DOS ENCARGOS

14.1. A CONTRATADA obriga-se a observar quanto ao pessoal empregado nos serviços, objeto do presente contrato, a legislação pertinente, notadamente as obrigações da Legislação Trabalhista que lhe tocam por inteiro, e pelas quais responderá de maneira exclusiva.

14.2. A Matriz de Risco constante do Anexo V do edital fica fazendo parte integrante do presente contrato.

15. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

16. DO FUNDAMENTO LEGAL

16.1. O presente instrumento rege-se pelas normas gerais previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações e ainda pelas legislações específicas, cujos efeitos atinjam este instrumento.

17. DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1. Será exigida garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 98, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, em valor correspondente a 3% do valor anual do contrato, devendo ser prorrogado a cada ano de contrato, em caso de prorrogação do contrato.

17.2. No caso de seguro-garantia, a garantia deverá ser realizada anteriormente à assinatura do contrato e nos termos e prazos do art. 96 da Lei 14.133/21.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A CONTRATANTE é a Prefeitura Municipal de Assis, representada pela a Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços.

18.2. Os contratos que vierem a ser firmados pela CONTRATADA com terceiros serão de direito privado, não tendo qualquer relação com a Prefeitura do Município de Assis.

18.2.1. Ainda que a CONTRATANTE tenha tido conhecimento dos termos de qualquer contrato assinado pela CONTRATADA com terceiros, por força do estabelecido neste EDITAL, a CONTRATADA não poderá alegar ato ou fato decorrente desses contratos para pleitear ou reivindicar da Prefeitura Municipal de Assis qualquer alteração no cumprimento de suas obrigações, ressarcimento de prejuízos ou perda de benefícios.



18.3. Naquelas hipóteses de extinção do contrato que segundo as normas gerais federais, gerem obrigação de indenização por parte da CONTRATANTE, esta será calculada na forma prevista na lei.

18.4. As disposições do presente Contrato poderão ser alteradas, a qualquer tempo, em decorrência de imposição legal ou por concordância das partes mediante Termo Aditivo, acompanhado das devidas justificativas, desde que em conformidade com a legislação em vigor.

18.5. São partes integrantes deste contrato o EDITAL e seus ANEXOS, bem como a Proposta apresentada pela CONTRATADA.

18.6. As partes, em havendo divergência quanto à interpretação do contrato, deverão, de boa-fé, tentar solucioná-las amigavelmente antes de levar a questão ao Poder Judiciário.

18.6.1. As divergências acerca da aplicação de cláusulas contratuais serão resolvidas pelas regras gerais de interpretação, levando-se em conta todas as disposições do presente contrato analisadas, sistematicamente, à luz das regras estabelecidas no EDITAL e seus ANEXOS, e na proposta apresentada.

18.7. As perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, por qualquer motivo, a CONTRATANTE, serão cobrados judicialmente quando superiores à garantia prestada ou aos critérios que a CONTRATADA tenha em face da CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável.

18.8. Fica designado como Gestor(a) do Contrato Sr.(a) _____, que será responsável pelo acompanhamento, fiscalização da execução do contrato e outras responsabilidades.

19. DO FORO CONTRATUAL

19.1. As partes estabelecem o Foro da Comarca de Assis como instância para dirimir qualquer dúvida decorrente de aplicação deste contrato.

E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste Termo de Contrato, aceitam a cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam o presente em 03 (três) vias de igual efeito e teor, na presença de duas testemunhas, abaixo indicadas.

Assis, de de 2026

AS PARTES:

1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS
CONTRATANTE

2 -
CONTRATADA

Testemunhas:

.....
.....



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2026
PROCESSO Nº 032/2026

ANEXO VII – MODELOS DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE FROTA

À Prefeitura Municipal de Assis

Ref. Pregão Eletrônico nº

Objeto: Contratação de empresa para prestação do serviço de transporte regular em ônibus no Município de Assis-SP

Prezado Senhores,

A, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, Sr. (a), portador da Carteira de Identidade nº..... e inscrito no CPF sob o nº, DECLARA que disponibilizará, até o início da operação dos serviços, a frota necessária para a prestação do Serviço de Transporte Público Coletivo de Passageiros do Município de Assis, de acordo com as especificações técnicas contidas no **ANEXO II - Termo de Referência** do EDITAL.

Local e Data

Representante Legal (com carimbo da empresa)

RG

CPF

(OBS: Esta declaração de verã ser feita em papel timbrado da empresa)



MODELO DE DECLARAÇÃO
(INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

“DECLARAÇÃO”

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS

Ref.: Processo n.º _____/2026 – Pregão Eletrônico n.º _____/2026

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso §1º do artigo 63 da Lei n.º 14.133, de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Por ser verdade assina a presente.

..... de de 2026.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N.º do documento de identidade



DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE IMÓVEL

À Prefeitura Municipal de Assis

Ref. Pregão Eletrônico nº

Objeto: Contratação de empresa para prestação do serviço de transporte regular em ônibus no Município de Assis-SP

Prezados Senhores,

A, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, Sr. (a), portador da Carteira de Identidade nº, inscrito no CPF sob o nº, DECLARA que disponibilizará imóvel(is) destinado(s) à instalação(ões) de garagem(ns) para prestação do Serviço de Transporte Público Coletivo de Passageiros do Município de Assis, observada as especificações mínimas fixadas no ANEXO II – Termo de do EDITAL, dimensionada e localizada conforme a necessidade.

Local e Data

Representante Legal (com carimbo da empresa)
CPF



AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS INTELIGENTES DE TRANSPORTE - ITS

À Prefeitura Municipal de Assis

Ref. Pregão Eletrônico nº

Objeto: Contratação de empresa para prestação do serviço de transporte regular em ônibus no Município de Assis-SP

A (nome da proponente)....., por seu responsável legal infra-assinado, DECLARA em conformidade com a exigência contida no Edital em especial os ANEXO III que, caso seja vencedora do certame licitatório, disponibilizará Sistema de Bilhetagem Eletrônica – SBE, o Sistema de Informação ao Usuário – SIU, Call Center, WiFi Embarcado gratuito, contador de passageiros, durante todo o prazo de vigência do contrato.

Local e Data

Representante Legal (com carimbo da empresa)

RG

CPF

(OBS: Esta declaração de verã ser feita em papel timbrado da empesa)



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2026
PROCESSO Nº 032/2026**

ANEXO VIII - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE REGULAR COM ÔNIBUS, COM MOTORISTA, TODOS OS VEÍCULOS COM ACESSIBILIDADE, COM AR CONDICIONADO, MONITORAMENTO VIA GPS, SISTEMAS ITS, FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, GARAGEM, SEGURO E DEMAIS DESPESAS NECESSÁRIAS PARA CIRCULAR DENTRO DO MUNICÍPIO DE ASSIS, EXECUTANDO OS ITINERÁRIOS DAS LINHAS DE ÔNIBUS DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS, EM CONFORMIDADE COM AS ORDENS DE SERVIÇO EMITIDAS PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO

MOD4ELO DE PROPOSTA DE PREÇOS (ADEQUADA)

A empresa....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº....., neste ato representada por....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), propõe fornecer à Prefeitura Municipal de Assis, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2026, conforme abaixo discriminado:

O valor global da proposta é de **R\$** _____ (**xxxxxxxxxxxxxxxxxx**), sendo assim composto:

<i>I - Valor médio por ônibus/mês</i>	<i>R\$</i>
<i>II - Valor do quilômetro rodado</i>	<i>R\$</i>
<i>III – Quantidade de Ônibus</i>	<i>7</i>
<i>IV – Quantidade de meses do contrato</i>	<i>12</i>
<i>V – Valor Global Anual: Total (I x III x IV)</i>	<i>R\$</i>

O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente em nome do credor.

BANCO _____

AGÊNCIA Nº _____

CONTA CORRENTE Nº _____

Email.: _____ Telefone: _____

Declaramos expressamente, que:

- (i) Nos preços propostos estão computados fornecimento de mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, administração, encargos sociais e fiscais, lucros e quaisquer outras despesas incidentes sobre o serviço objeto desta licitação;



- (ii) Manteremos válida esta PROPOSTA COMERCIAL pelo prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de entrega das propostas;
- (iii) Concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da contratação estabelecidas no EDITAL e seus ANEXOS;
- (iv) Assumimos, desde já, a integral responsabilidade pela realização de todos e quaisquer serviços objeto da prestação dos serviços, em conformidade com o EDITAL, com o CONTRATO e seus ANEXOS, bem como com a legislação aplicável;
- (v) Anexamos à esta **PROPOSTA COMERCIAL** a **PLANILHA DE CUSTOS OPERACIONAIS**, segundo o modelo do Anexo IV, justificando a viabilidade do preço proposto.

Local e Data

Nome do Representante Legal da Proponente
CPF: xx



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2026 PROCESSO Nº 032/2026

ANEXO IX – ORIENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

A planilha de apropriação de custos deverá ser realizada tendo como base o mês de abril do corrente ano (2026), cujo mês será a data base do reajuste. Deverá refletir o custo mensal e anual.

O referido modelo, cuja Planilha de Custos de Referência é detalhada no **ANEXO IV**, foi elaborado de forma a constituir a base de cálculo definidora do valor da prestação de serviço por veículo nas condições exigidas pelo Poder Público na data base de cálculo que é abril de 2026.

É mister destacar que as licitantes, na forma do Edital, deverão elaborar o seu próprio estudo, considerando os seus parâmetros de consumo, custos unitários, estimativa de custos adicionais, investimentos e demais elementos econômico-financeiros, observados os parâmetros operacionais (OSO - Ordem de Serviço Operacional) e as obrigações mínimas definidas no Edital e nos ANEXOS que o acompanham.

A metodologia proposta para o cálculo dos custos tem como referência os preceitos recomendados pela Associação Nacional de Transporte Público – ANTP, pois é uma metodologia consagrada de engenharia de transportes e largamente utilizada no Brasil. Assim, foram adotados parâmetros técnicos e valores referendados pela ANTP em seu “Manual de Custos dos Serviços de Transporte Público por Ônibus” (ago/17).

A modelagem da Planilha de Custos (Custos Fixos e Variáveis), teve como base conceitual a Depreciação e Remuneração de veículos, máquinas e equipamentos, além dos Sistemas Inteligente de Transporte.

Os custos de Remuneração de Capital foram calculados considerando a metodologia que leva em conta o prazo previsto de vida útil dos equipamentos e demais bens de capital, investimentos e outros encargos do período, demonstrando assim, a viabilidade econômico-financeira do projeto, cobrindo os custos e remunerando adequadamente a contratada a completa amortização dos investimentos.

Assim, os itens que compõem o Estudo de Custos são:

- i. Custos Operacionais - valores a serem desembolsados pelo operador dos Serviço com despesas operacionais fixas e variáveis, calculados utilizando-se a metodologia aqui apresentada (ANTP).
- ii. Investimentos - valores a serem desembolsados no início da operação e ao longo do contrato em infraestrutura, tecnologia, frota nos valores referentes ao contrato e demais itens já elencados neste relatório.

A metodologia define os custos em variáveis e fixos. As variáveis são os custos que variam em função da rodagem executada (como exemplo: pneus e combustível). Os fixos são os custos que não variam com a rodagem, mas sim com a quantidade de veículos.

O custo operacional é então resultado da seguinte equação:

$$Co = Cv \times Km + Cf \times F$$

onde:

Co = Custo operacional mensal;

Cv = Custo variável com a rodagem, expresso em R\$/km;

Cf = Custo fixo, que depende da quantidade de veículos, expresso em R\$/veículo/mês;

Km = Rodagem do período de cálculo, expressa em km; e

F = Frota de veículos empregada.

Na planilha de custos deverão estar consignados todos os custos necessários para a execução dos serviços com todos os custos fixos e variáveis, bem como os tributos incidentes sobre o custo e os percentuais sobre a remuneração do capital e sobre a prestação do serviço, observando-se a legislação de regência e os termos do edital e seus anexos.

O valor dos insumos devem ser compatíveis com os de mercado e a frota e quilometragem deve ser a indicada neste edital sob pena de desclassificação.

1. Dados Empregados na Modelagem da Operação

A metodologia para o Cálculo dos Custos Operacionais, do método de cálculo tarifário para ônibus urbano ANTP, define que o custo total a ser considerado no cálculo tarifário é dado pela Equação:

$$C = \frac{CV + CF + RPS}{T - ATR}$$

onde:

CT é o custo total mensal do sistema;

CV é o custo variável mensal do sistema;

CF é o custo fixo mensal do sistema;

RPS é a remuneração pela prestação dos serviços;

ATR é a soma das alíquotas dos tributos diretos.

1.1. EQUAÇÃO DE CUSTO POR QUILOMETRO

Os quadros que apresentam o cálculo do custo por quilômetro são compostos basicamente por dois grupos de custos (variáveis e fixos), cujos conceitos e agrupamentos de despesas, a seguir descritos, estão em conformidade com o que prescreve a ANTP. O custo total do transporte é a soma de dois componentes:

Custos Fixos: representado pelos custos mensais de depreciação, remuneração, pessoal de operação e custos administrativos.

Custos Variáveis: representado pelo consumo de combustível, óleos e lubrificantes, rodagens (pneus, câmaras, etc.), peças e acessórios.

A base tarifária é assim calculada:

$$C = \frac{CV + CF}{QT}$$



onde:

C: Custo Por Quilômetro (R\$/ quilômetro rodado);

CV: Custo variável;

CF: Custo fixo;

QT: Quilometragem Total.

1.1.1 Frota

A frota necessária a operação, utilizada para cálculo dos custos foi composta por veículos usados, com idade média de 2 (dois) anos, inicialmente:

Tabela 1 – Configuração da Frota

	Operacional
CONVENCIONAIS BÁSICOS com ar condicionado	7
Total	7

Não se prevê aumento da frota, ao longo do contrato.

1.1.2 Custos Variáveis

Para estes custos os coeficientes de consumo em geral são estipulados em função das características da área (topografia, clima e condições da malha viária da região) e do sistema de transporte (tipo, composição e conservação da frota) alocado na prestação do serviço.

1.1.2.1. Combustível (Óleo Diesel)

O custo do combustível por quilômetro é obtido pela multiplicação do preço do litro do óleo diesel pelo coeficiente de consumo médio do veículo, expresso em litros por quilômetros (l/km).

$$CC = PD \times CCC$$

onde:

CC = custo por quilômetro com combustível (R\$/km);

PD = preço de um litro de óleo diesel (R\$);

CCC = coeficiente de consumo de combustível, resultante da divisão da quantidade de litros de diesel consumida pela quilometragem rodada num mesmo período de tempo (l/km).

O combustível utilizado é o diesel S10 para toda a frota, com adição de ARLA. O consumo de ARLA adotado na Planilha de Referência foi de 1,58%, cabendo à proponente adotar seu próprio valor.

1.1.2.2. Lubrificantes

De acordo com a Planilha ANTP, a despesa com lubrificantes é relacionada com o consumo de óleo diesel, devido à dificuldade de obter os coeficientes de consumo de cada componente deste item (óleo de motor, óleo de caixa de marcha, óleo de diferencial, fluidos de freios e graxa) pelos seus respectivos preços.

Esse coeficiente será aplicado no preço do litro do óleo diesel e é válido para qualquer tipo de veículo, conforme cálculo abaixo:

$$CL = PD \times CCL$$

onde:

CL = custo por quilômetro com lubrificantes (R\$/km);

PD = preço de um litro de óleo diesel (R\$);

CCL = coeficiente de consumo de lubrificantes equivalente ao preço do óleo diesel.

1.1.2.3. Rodagem

Este item de custo é composto por pneus, câmaras de ar e pneus reformados (recapagens). A determinação do consumo dos componentes é baseada na vida útil do pneu, expressa em quilômetros, que inclui a sua primeira vida e a vida dos pneus reformados. O custo é obtido multiplicando-se os seus preços unitários pelas respectivas quantidades consumidas (recapagens) ao longo da vida útil do pneu.

O custo por quilômetro é calculado dividindo-se o custo total da rodagem pela sua vida útil, que pode ser assim obtido:

$$CR = \frac{CP + Crec}{VUP}$$

onde :

CR = custo da rodagem por quilômetro (R\$/km);

CP = custo do item pneu (R\$);

Crec = custo do item recapagem (R\$);

VUP = vida útil do pneu (km).

Custo do item pneu:

$$CP = PP \times NP$$

onde:

CP = custo do pneu (R\$);

PP = preço do pneu (R\$);

NP = número de pneus.

Custo do item recapagem:

$$Crec = Prec \times NP \times Qrec$$

Onde:

Crec = custo da recapagem (R\$);

Prec = preço da recapagem (R\$);

NP = números de pneus;

Qrec = quantidade de recapagens executadas por pneu ao longo de sua vida útil.

1.1.2.4. Peças e Acessórios

Conforme recomendação da Planilha GEIPOT, os gastos em consumo de peças e acessórios utilizados na manutenção do veículo, são determinados a partir de um índice anual (percentual) sobre o preço do veículo novo, sem pneus, devido à variedade de veículos existentes e que o consumo das mesmas se dá em função da idade média e do estado de conservação da frota, além das condições da malha viária utilizada.

O custo por quilômetro com peças e acessórios é assim calculado:

$$CPA = \frac{PVCR \times COEF}{PMM}$$

onde:

CPA = custo por quilômetro com peças e acessórios (R\$/km);

PVCR = preço do veículo novo com rodagem (R\$);

COEF = coeficiente de consumo de peças e acessórios;

PMM = percurso médio mensal (km).

1.1.3. Custos Fixos

O custo fixo é a parcela do custo operacional que não se altera em função da quilometragem percorrida, ou seja, os gastos com itens que compõem esse custo ocorrem mesmo quando os veículos não estão operando. Expresso em unidade monetária por veículo por mês, é constituído pelos custos referentes à depreciação e à remuneração de capital, às despesas com pessoal, às despesas com pedágio, seguros, despesas gerais e administrativas.

Para a obtenção da despesa mensal correspondente ao Custo Fixo devem-se multiplicar as parcelas relativas à depreciação do capital, a remuneração do capital, as despesas com seguros e a parcela referente a despesas gerais e administrativas pela frota total e, a parcela referente às despesas com pessoal, pela frota operacional.

O custo fixo por quilômetro será obtido dividindo-se a despesa mensal correspondente ao Custo Fixo pela quilometragem média mensal percorrida pela frota operacional.

1.1.3.1 Depreciação de Capital

A depreciação corrige monetariamente o valor de um bem durável devido ao seu desgaste e/ou obsolescência tecnológica num dado período de tempo. No cálculo da tarifa, apropria-se a depreciação da frota total e de máquinas, instalações e equipamentos. A depreciação de veículos depende de três fatores:

- iii. **Vida economicamente útil** - é o período durante o qual a utilização do veículo é mais vantajosa do que sua substituição por um novo equivalente. Considerando-se o estágio tecnológico da indústria automobilística brasileira e as características construtivas e operacionais diferenciadas dos tipos de veículo, foi adotada uma vida útil de 8 (oito) anos para os veículos na prestação do serviço;

- iv. **Valor residual** - é o preço de mercado que o veículo alcança ao final de sua vida útil. Esse valor é expresso como uma fração do veículo novo sem rodagem (pneus e câmaras de ar). O valor residual adotado foi de 10% (dez por cento) do preço do veículo novo sem rodagem;
- v. O método de Cole ou Método da Soma dos Dígitos Decrescentes, por representar mais fielmente a desvalorização do veículo rodoviário, caracterizada por uma perda muito acentuada de valor no início de sua utilização e que se atenua ao passar dos anos. Esse método também estimula a renovação da frota, pois é mais vantajoso para o operador, manter uma frota com idade média abaixo da vida útil **Método de cálculo da depreciação** - foi utilizado considerada na planilha.
- vi. **Valor a Depreciar** - é o preço do veículo novo menos o Valor Residual.

Na planilha de cálculo de custos foram relacionados os veículos vinculados à prestação de serviços por faixa etária. Os preços dos veículos foram obtidos através de pesquisa de mercado.

O cálculo da depreciação pode assim ser traduzido:

$$CD = \frac{CDV \times PVS}{R \times 12}$$

onde :

CD = custo de depreciação mensal da frota (R\$/ veículos mês);
CDV = coeficiente ponderado de depreciação anual da frota;
PVS = preço do veículo novo sem rodagem (R\$);
R = frota total;
12 = número de meses em um ano.

1.1.3.2 Depreciação de Máquinas, Instalações e Equipamentos

Esse item representa uma parcela muito pequena no custo operacional total e, de acordo com a Planilha ANTP, deve ser utilizado um percentual mensal sobre o preço de um veículo novo completo.

Assim, a depreciação de máquinas, instalações e equipamentos, é obtida multiplicando-se o preço do veículo novo completo, ponderado pela frota total, pelo fator estabelecido pela Proponente.

1.1.3.3 Remuneração de Capital

A remuneração traduz o custo de oportunidade de capital investido, que no caso do transporte escolar relaciona-se à frota, a máquinas, instalações e equipamentos, e ao almoxarifado.

a) Remuneração do Capital Imobilizado em Veículos

Para o cálculo do valor da remuneração anual do capital imobilizado em veículos, aplica-se a taxa de remuneração determinada pela proponente ao ano, sobre o valor do veículo novo, sem pneus e câmaras de ar, ponderado pela frota total, deduzindo-se a parcela já depreciada.

O Custo de Remuneração Mensal do Capital é calculado segundo a expressão:

$$CRV = \frac{CAR \times PVSR}{FT \times 12}$$

onde:

CRV = custo de remuneração mensal do capital empregado em frota (R\$/ veic. mês);

CAR = coeficiente de remuneração anual de veículo;

PVSR = preço do veículo novo sem rodagem (R\$);

FT = frota total;

12 = número de meses em um ano.

b) Remuneração de Máquinas, Instalações e Equipamentos

O cálculo da remuneração de máquinas, instalações e equipamentos, para efeito de simplificação, foi relacionado ao valor de um veículo novo completo. A Planilha ANTP admite que o valor anual do capital imobilizado em máquinas, instalações e equipamentos corresponde a um percentual do preço de um veículo novo completo, para cada veículo da frota. Assim, aplicando-se sobre este valor a taxa de remuneração mensal adotada, tem-se a remuneração mensal, por veículo, do capital imobilizado em máquinas, instalações e equipamentos.

$$\text{Fator} = X\% \times (0,1375/12)$$

c) Remuneração do Almoxarifado

Admite-se que o valor anual do capital imobilizado em almoxarifado corresponde a um percentual do preço de um veículo novo completo (Planilha ANTP), para cada veículo da frota. Assim, aplicando-se sobre esse valor, para cada veículo, a taxa de remuneração mensal adotada, tem-se a remuneração mensal, por veículo, do capital imobilizado em almoxarifado.

$$\text{Fator} = Y\% \times (0,1375/12)$$

1.1.3.4 Despesas com Pessoal

Este item engloba todas as despesas relativas à mão de obra e é constituído pelas despesas com pessoal de operação (motoristas e fiscais/despachantes), de manutenção, de administração, de gerenciamento do sistema, e remuneração da diretoria assalariada (pró-labore), sendo a somatória de salários, horas extras, adicionais (noturno, insalubridade e periculosidade), comissões, encargos sociais e benefícios (vale refeição, cesta básica, convênio médico, uniformes, etc.) pagos pela empresa operadora aos seus funcionários alocados na operação.

As despesas com pessoal é o item de maior representatividade (maior peso) no custo final da prestação do serviço.

a) Fator de Encargos Sociais

O coeficiente de encargos sociais a ser adotado é o que representa o desembolso efetivo do empregador além dos salários, sendo classificados em quatro grupos distintos:

- i. Encargos que incidem diretamente sobre a folha de pagamento e sobre benefícios pagos como salários (INSS, Acidente de Trabalho, Salário Educação, INCRA, SENAT, SEST, SEBRAE, FGTS);

- ii. Benefícios pagos sem a correspondente prestação dos serviços (Férias, Abono, Licença Paternidade, Licença Funeral, 13º salário);
- iii. Obrigações que não provocam nem sofrem incidência de outros encargos (Adicional Noturno);
- iv. Incidência cumulativa dos encargos do Grupo A sobre os do Grupo B.

Para a formação de preço os valores são estimados com base em uma situação média, pois os encargos trabalhistas e previdenciários, direitos sociais e obrigações, são decorrentes de convenções e acordos de trabalhos, que passarão a compor os custos da empresa na nova Contratação.

Nota sobre a REONERAÇÃO o da Folha de Pagamento (INSS) para as empresas de Transporte:

A PROPOSTA COMERCIAL deverá considerar a REONERAÇÃO da Folha de Pagamento nos custos operacionais decorrentes da prestação de serviços de transporte, por força da Lei Federal nº 14.973/2024, e complementarmente a Lei 224/2025, que alteraram a Lei nº 12.8546/11. Tais modificações no INSS Patronal das empresas do Setor de Transporte Rodoviário de Passageiros, refletem no resultado da Modelagem da Contrato, pois aumentam significativamente os gastos com pessoal e consequentemente, o custo por quilômetro.

b) Despesas com Pessoal de Operação

Para o cálculo da despesa mensal com pessoal de operação (motoristas e assistentes/monitores) por veículo deve-se multiplicar a soma do salário mensal, acrescido do coeficiente de encargos sociais, pelo fator de utilização de mão de obra (FU). Ao salário mensal normativo devem ser acrescidos os benefícios previstos na convenção coletiva ou acordo de trabalho pactuado com o Sindicato que representa a categoria na região.

O fator de utilização de mão de obra – FU – corresponde a quantidade de pessoal de operação, (motoristas e assistentes/monitores) necessário para operar cada veículo da frota. A determinação do FU deve considerar os dias de operação, a quantidade de veículos que é utilizada em cada faixa horária, a jornada de trabalho fixada na convenção, acordo coletivo ou sentença normativa, juntamente com a consideração do transporte coletivo urbano que exige o trabalho contínuo e a limitação imposta pela CLT (Art. 71), de intervalo para repouso ou alimentação.

No dimensionamento do quadro de pessoal de operação também deve ser considerado um número excedente de funcionários para a cobertura de folgas (Descanso Semanal Remunerado), faltas, feriados, adicional noturno e licenças (casamento e outras não incluídas no fator de encargos sociais) garantidas na legislação.

c) Despesas com Pessoal de Manutenção

Corresponde ao pessoal envolvido na manutenção da frota. O coeficiente para pessoal de manutenção utilizado na Planilha de Referência é vinculado ao pessoal de operação.

d) Despesas com Pessoal Administrativo

Correspondem às despesas com pessoal envolvido em atividades administrativas e, em geral, as empresas operadoras possuem um quadro de pessoal na área administrativa com grande diversidade de funções e salários, de difícil apuração. Com base na metodologia ANTP, que compreende a descrição das funções necessárias e a quantificação do pessoal para cada faixa de tamanho de empresa, adotou-se na Planilha de referência o percentual de 65,63%.

e) Remuneração de Diretoria (Pró-labore)

Considera-se como remuneração de diretoria a retirada mensal efetuada pelos proprietários das empresas operadoras que exercem função de direção, não sofrendo incidência do coeficiente de encargos sociais.

f) Benefícios

Neste item deve ser considerado o valor mensal por funcionário de todos os benefícios pagos, Conforme Acordo Coletivo do Sindicato da Categoria.

[Custos com Benefícios = Vlr por funcionároi x FU_{TOTAL} x frota efetiva]

1.1.3.5 Despesas Administrativas

Para apropriação do grupo das despesas administrativas a ANTP recomenda que o dimensionamento seja realizado de forma segregada, no conjunto dos itens descritos a seguir

a) Despesas Gerais e Administrativas

Nesse item devem ser considerados todos os custos necessários à prestação do serviço ainda não computados, tais como: aluguel de garagem, prestadores de serviços, material de escritório, água, luz e telefone, cursos de aperfeiçoamento, correios, publicações, vistoria DETRAN, e outras despesas não diretamente ligadas à operação.

A apuração das despesas desse item abrange diversas despesas das quais muitas não têm uma frequência de gastos mensais, e para seu cálculo seria necessário um levantamento de todos os gastos por um período de pelo menos seis meses para a apuração de uma média mensal.

Na Planilha de Custos a proponente deve adotar um valor percentual sobre o preço ponderado do veículo novo com pneus, haja vista as tecnologias veiculares estabelecidas no Edital.

b) Despesas com Taxa de Licenciamento e Seguro Obrigatório (CDS)

A despesa com licenciamento anual dos veículos corresponde ao valor cobrado pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/SP) para emissão do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV), documento de porte obrigatório para o livre tráfego. A equação de custeio é dada pela fórmula abaixo.

$$\text{CDS} = (\text{VAS} + \text{VAT}) * \text{FT} / 12$$

Onde:

CDS é o custo mensal do seguro obrigatório e da taxa de licenciamento;
VAS é o valor anual com seguro obrigatório por veículo;
VAT é o valor anual com taxa de licenciamento por veículo; e
FT é a frota total.

A Proponente deve adotar seus valores de Seguro de Responsabilidade Civil, bem como o Seguro Obrigatório Anual de Veículos, Licenciamento e Taxas.

1.1.3.6 Tributos, Taxas e Remuneração de Serviços Prestados

Os impostos, contribuições e encargos incidentes sobre a receita operacional da Contratada devem estar contemplados na planilha de custos. Estes custos representam um percentual sobre a receita e são compostos pelo ISS, Contribuição Previdenciária, PIS e COFINS e RPS – Remuneração pela Prestação do Serviço.

$$TRD - \frac{ATR}{1 - ATR} \times [CV + CF + RPS]$$

onde:

ATR = é a soma das alíquotas dos tributos diretos;

RPS = é a remuneração pela prestação dos serviços;

CV = é o custo variável mensal do sistema; e

CF = é o custo fixo mensal do sistema.

a) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)

É de competência do município. Conforme Lei municipal, item 16.01 da lista de serviços (Serviços de transporte coletivo de natureza municipal), o valor atribuído ao **ISSQN é a alíquota de 3,5%**.

b) Programa de Integração Social (PIS)

Dada a modalidade de contratação por “*prestação de serviços de transporte*”, foi considerado o custo de PIS aplicável às empresas de lucro Real, visto que é estabelecido na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a cobrança de alíquota geral de 1,65% sobre o faturamento.

c) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Dada a modalidade de contratação por “*prestação de serviços de transporte*”, foi considerado o custo de COFINS aplicável às empresas de lucro Real, visto que é estabelecido na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a cobrança de alíquota geral de 7,65% sobre o faturamento.

d) Contribuição Previdenciária (INSS)

Conforme já explicitado anteriormente, a política de desoneração da folha de pagamento foi iniciada pelo Governo Federal em 2011 e ampliada em 2014 para 56 setores da economia de forma definitiva, com o intuito de ajudar o fluxo de caixa das empresas e tentar manter os postos de trabalho. O setor de transporte foi atendido pela desoneração e deixou de pagar 20% de contribuição previdenciária sobre a folha de salários, passando a arcar com uma alíquota de 2% sobre o faturamento bruto anual. Dessa forma, a partir de 1º de junho de 2014, a alíquota de INSS passou a ser calculada sobre o valor da receita bruta, no valor de 2%. Porém, com a introdução de nova legislação, procede-se à REONERAÇÃO da folha de pagamento. **Essa alíquota passa a ser de 1,60%.**

1.1.4. Outros Custos Operacionais

1.1.4.1. Sistemas Inteligentes e Transporte (SBE, GPS, SIU)

As obrigações da contratação contemplam instrumentos de controle, monitoramento e gestão da dos serviços. O custeio em tecnologias (*software*, *hardware*, licenças de uso, aplicativos, equipamentos, dispositivos e peças acessórias, manutenção, treinamento, data center) estimados no Modelo da Contratação, **resultam em um valor mensal de R\$ 17.691,74**. A proponente deve mensurar os custos desses serviços com base em sua expertise e utilização.

1.1.4.2. Custos Ambientais⁶

A atividade de transporte coletivo urbano é um processo produtivo com potencial de degradação do meio ambiente, não só pela emissão de poluentes na atmosfera, mas também em relação ao manejo e descarte de diversos insumos consumidos na execução da atividade.

O foco principal dos custos ambientais é sobre as medidas de gestão ambiental, compreendendo todos os gastos relacionados direta ou indiretamente com a prevenção da degradação do meio ambiente, associadas às ações de reparação de danos (tratamento de recuperação e restauração de áreas contaminadas), tais como aquisição de insumos para o controle e assistência técnica especializada (consultoria ambiental) na gestão de risco ambiental.

Assim, de acordo com a metodologia ANTP, considerando o mercado de serviços de transporte coletivo urbano, os valores máximo e mínimo do coeficiente ambiental praticados são **$\alpha_{\text{Mínimo}} = 0,010$ e $\alpha_{\text{Máximo}} = 0,015$** , sendo que a proponente adotará o coeficiente que melhor represente seu risco ambiental.

1.1.4.3. Resumo dos Parâmetros Operacionais

Os parâmetros operacionais, pelos quais os custos do sistema de transporte são rateados, compreendem basicamente a frota e a quilometragem rodada.

A quilometragem rodada a ser considerada em estudos deve ser aquela efetivamente realizada, ou seja, incluindo a oferta colocada à disposição da população (quilometragem produtiva) e a necessária para os deslocamentos entre as garagens e os terminais da rota (quilometragem improdutiva). Utilizou-se o percentual de **10% (dez por cento) a título de quilometragem improdutiva**.

O principal indicador operacional, utilizado para cálculo do custo, já que reflete a produtividade do sistema é o Percurso Médio Mensal (PMM).

Por definição o PMM refere-se à quilometragem rodada durante um mês de operação dividida pela frota operacional necessária para realizá-la, sendo assim calculado:

$$\text{PMM} = \frac{\text{QM}}{\text{FO}}$$

onde:

PMM = percurso médio mensal (km);

QM = quilometragem mensal rodada (km); e

FO = frota operacional.

⁶ <https://www.antp.org.br/planalha-tarifaria-custos-do-servico-onibus/metodo-de-caculo.html>

1.1.4.4. Custo Operacional Total

O Custo Total Operacional, incluindo tributos é calculado através da seguinte expressão:

$$CT = (CV + CF) / (1 - T/100)$$

onde:

CT = custo total com tributos;

CV = custo variável total;

CF = custo fixo total; e

T = soma das alíquotas dos tributos.

1.1.5. Preço do Custo Quilometragem

O Custo por quilômetro é o resultado da divisão do Custo Total Operacional pela quilometragem mensal.

$$CPQ = \frac{CT}{KM}$$

Onde:

CPQ = Custo Por Quilometro;

CT = custo total mensal com tributos; e

KM = Quilometro operacional mensal.

1.1.6. Preço do Custo por Ônibus

O Custo por Ônibus é o resultado da divisão do Custo Total Operacional pela frota total mensal.

$$CPÔ = \frac{CT}{FR}$$

Onde:

CPÔ = Custo por Ônibus;

CT = custo total mensal com tributos; e

FR = Frota total.

1.2. PLANILHA REFERENCIAL DE CUSTOS OPERACIONAIS

O método de cálculo dos custos operacional dos serviços de transporte por ônibus segue uma sequência lógica. É importante destacar que as licitantes, na forma do Edital deverão elaborar o seu próprio estudo, considerando os seus parâmetros de consumo, custos unitários, frota, estimativa de custos adicionais, investimentos e demais elementos econômico-financeiros, observados os parâmetros operacionais e as obrigações definidas neste Edital.

Para a demonstração do correto cálculo do custo mensal, elaborou-se a Planilha de Custos de Referência, apresentada no ANEXO IV.



ANEXO X – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

Eu, _____, portador do RG. Nº _____ e do CPF sob nº _____, representante legal da licitante _____, interessado em participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026, DECLARO, sob as penas da Lei, especialmente o Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório.
- b) A intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório.
- c) O licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório.
- d) O conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto.
- e) O conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) O representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

- I. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.
- II. Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei.
- III. Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.
- IV. No tocante a licitações e contratos:
 - a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.
 - b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.
 - c) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.
 - d) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.
 - e) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.



f) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

V. Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Local, data

REPRESENTANTE LEGAL

RAZÃO SOCIAL .

CNPJ/MF Nº _____..

OBS: Esta declaração de verã ser feita em papel timbrado da empresa